DRS
DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL

Foto: Argeone Herbst | Pedra Azul - Domingos Martins

DIRETRIZES DO PLANO DE AÇÃO

Microrregião Sudoeste Serrana

Parte da coletânea de resumos das microrregiões do estado do Espírito Santo.

Social | Econômico | Ambiental | Território | Gestão Pública

INSTITUTO FEDERAL Espírito Santo
UFES
FAPES FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E INOVAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO
#ijsn45anos Instituto Jones dos Santos Neves 45 anos ijsn
GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Profissional e Desenvolvimento Econômico
Secretaria de Economia e Planejamento

As opiniões emitidas são exclusivas e de inteira responsabilidade do (os) autor (es), não exprimindo necessariamente, o ponto de vista do Instituto Jones dos Santos Neves ou do Governo do Estado do Espirito Santo.

REITOR UFES
Paulo Sérgio de Paula Vargas

REITOR IFES
Jadir Jose Pela

COORDENADOR REGIONAL
Leonardo Bis dos Santos

EQUIPE
Aline Faé Stocco – coordenadora adjunta da etapa das diretrizes
Arnaldo Henrique de Oliveira Carvalho
Bianca Passos Arpini
Hingridy Fassarella Caliari
Maria Claudia Lima Couto
Naara de Lima Campos
Robson Malacarne

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
José Renato Casagrande

VICE-GOVERNADORIA
Jacqueline Moraes da Silva

SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO – SEP
Álvaro Rogério Duboc Fajardo

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES – IJSN

Diretor Presidente
Daniel Ricardo do Castro Cerqueira

Diretoria de Estudos e Pesquisas
Latussa Laranja Monteiro

Diretoria de Integração e Projetos Especiais
Pablo Silva Lira

Coordenação Geral
Latussa Laranja Monteiro

Coordenação Técnica
Lívia Maria Albertasse Tulli

Coordenação Institucional
Michele Gasparini de Miranda

Sumário

Apresentação 5
1. Premissas 5
2. Metodologia 7
2.1 Premissas Conceituais 7
2.2 Princípios Norteadores das Diretrizes 9
2.2.1 Desenvolvimento Regional Sustentável e as ideias-forças 9
2.2.2 Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável 10
2.2.3 Pressupostos da Visão de Futuro: ES 2030 11
2.2.4 Instrumentos Legais da Regionalização 12
2.2.5 Eixos Temáticos 13
2.3 Etapas Construtivas das Diretrizes 14
3. Diretrizes – Eixo Território 16
3.1 Melhoria da Infraestrutura de Transporte e Mobilidade 16
3.2 Promoção de Matriz Energética Sustentável e Renovável 18
3.3 Comunicação para o Desenvolvimento 20
3.4 Promoção do Direito ao Território e à Moradia 21
Referências Bibliográficas do Eixo Territorial 24
4. Diretrizes – Eixo Social 25
4.1 Integração e ampliação da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial da Política de Assistência Social 25
4.2 Educação como Estratégia de Fortalecimento da Cultura Local e Desenvolvimento Sustentável 27
4.3 Erradicação do Analfabetismo e Ampliação dos Anos de Estudo com Qualidade Reconhecida 29
4.4 Promoção da Cultura da Diversidade e Valorização dos Povos e o Território 31
4.5 Desenvolvimento de Estratégias de Atenção Integral à Saúde, com a consolidação da rede de atenção e vigilância em saúde 33
Referências Bibliográficas do Eixo Social 35
5. Diretrizes – Eixo Econômico 36
5.1 Valorização da Agricultura Familiar e o Desenvolvimento da Agroindústria e do Agroturismo 36
5.2 Agricultura Sustentável 37
5.3 Fortalecimento da Cadeia de Cafés Especiais 39
5.4 Fortalecimento de Mecanismos Financeiros de Interesse Socioeconômico Local 40

5.5 Fortalecimento do Setor Turístico 41
5.6 Criação de Identidade Turística 43
5.7 Diversificação dos Canais de Comercialização das Várias Cadeias Produtivas 43
5.8 Desenvolvimento de Inovação e Tecnologias Sociais 44
5.9 Adensamento de Cadeias Produtivas 45
Referências Bibliográficas do Eixo Econômico 48
6. Diretrizes – Eixo Ambiental 50
6.1 Promoção do Acesso Universal e Equitativo à Água Potável 50
6.2 Alcançar o Acesso Universal e Equitativo da Coleta e Tratamento do Esgoto 51
6.3 Estimular a Implantação de Sistemas Sustentáveis de Produção de Alimentos 52
6.4 Ampliar a Coleta Seletiva de Resíduos 53
6.5 Proteger e Restaurar Ecossistemas Naturais 54
Referências Bibliográficas do Eixo Ambiental 56
7. Diretrizes – Eixo Gestão Pública 57
7.1 Organização do Sistema de Governança Regional 57
7.2 Gestão Democrática e Controle Social 58
7.3 Fortalecimento dos Instrumentos de Gestão das Políticas Públicas na Microrregião 59
7.4 Fundos Públicos: um instrumento de financiamento das políticas públicas 60
7.5 Ampliação da Capacidade de Captação de Recursos para Promoção do Desenvolvimento Sustentável 63
7.6 Aprimoramento no funcionamento dos Fundos Públicos 65
Referências Bibliográficas do Eixo Gestão Pública 67
8. Alinhamento com os Princípios Norteadores 69
Considerações Finais 78
Referências Bibliográficas 79
Apêndice 1 80

Apresentação

Este documento organiza informações que foram levantadas a partir do diagnóstico integrado, visando a elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável – PDRS, designado no Convênio de Cooperação Técnica 001/2020, que tem como co-partícipes a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado do Espírito Santo (FAPES), a Secretaria de Economia e Planejamento (SEP), a Secretaria de Ciência Tecnologia Inovação e Educação Profissional (SECTI), o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes).

1. Premissas

As diretrizes aqui apresentadas partem de metodologia de pesquisa que teve por objetivo levantar dados com o foco voltado para a microrregião Sudoeste Serrana, composto pelos seguintes municípios:

Quadro 1 - Municípios que compõem a microrregião Sudoeste Serrana

REGIAO DE PLANEJAMENTO	MUNICIPIOS
SUODESTE SERRANA	Afonso Cláudio, Brejetuba, Conceição do Castelo, Domingos Martins, Laranja da Terra, Marechal Floriano, Venda Nova do Imigrante

Fonte: Elaboração dos autores a partir da Lei Nº 11.174/2020.

Para fins de compreensão do presente documento, apresenta-se o significado dos termos a seguir:

Quadro 2 - Termos relevantes da pesquisa*

Ideias-força	Conjunto de conceitos que balizam a pesquisa, a fim de testar as hipóteses de investigação e conferir sinergia entre as áreas temáticas. Nesta pesquisa são 5 ideias-força: 1) Economia e grupos sociais invisibilizados 2) Fronteira 3) Capital social e Governança 4) Inovação 5) Conflitos sociais
Territó-rio	Espaço delimitado que estabelece conexão com outros territórios, atravessado por fluxos culturais, genéticos, econômicos e ambientais, em interação constante entre as escalas locais e globais. Trata-se de perceber o espaço para além de sua configuração física, mas perpassado por relações de poder.
Desenvol-vimento Sustentá-vel	O conceito de desenvolvimento sustentável é extremamente complexo de ser definido, dada sua amplitude e, principalmente, polissemia. De maneira bastante suscinta, o entendimento de desenvolvimento regional sustentável requer necessariamente uma maior equidade social (combate às desigualdades sociais), com comprometimento com a conservação do meio ambiente e ampliação da qualidade de vida dos habitantes. No contexto desse projeto de pesquisa partimos de duas questões centrais:

	1 - Como promover o desenvolvimento econômico - ampliação da renda - com vistas ao combate às desigualdades sociais e com compromisso com a conservação do meio ambiente? 2 - Como ampliar a qualidade de vida do maior número possível dos habitantes de uma região?

Fonte: Elaboração dos autores.

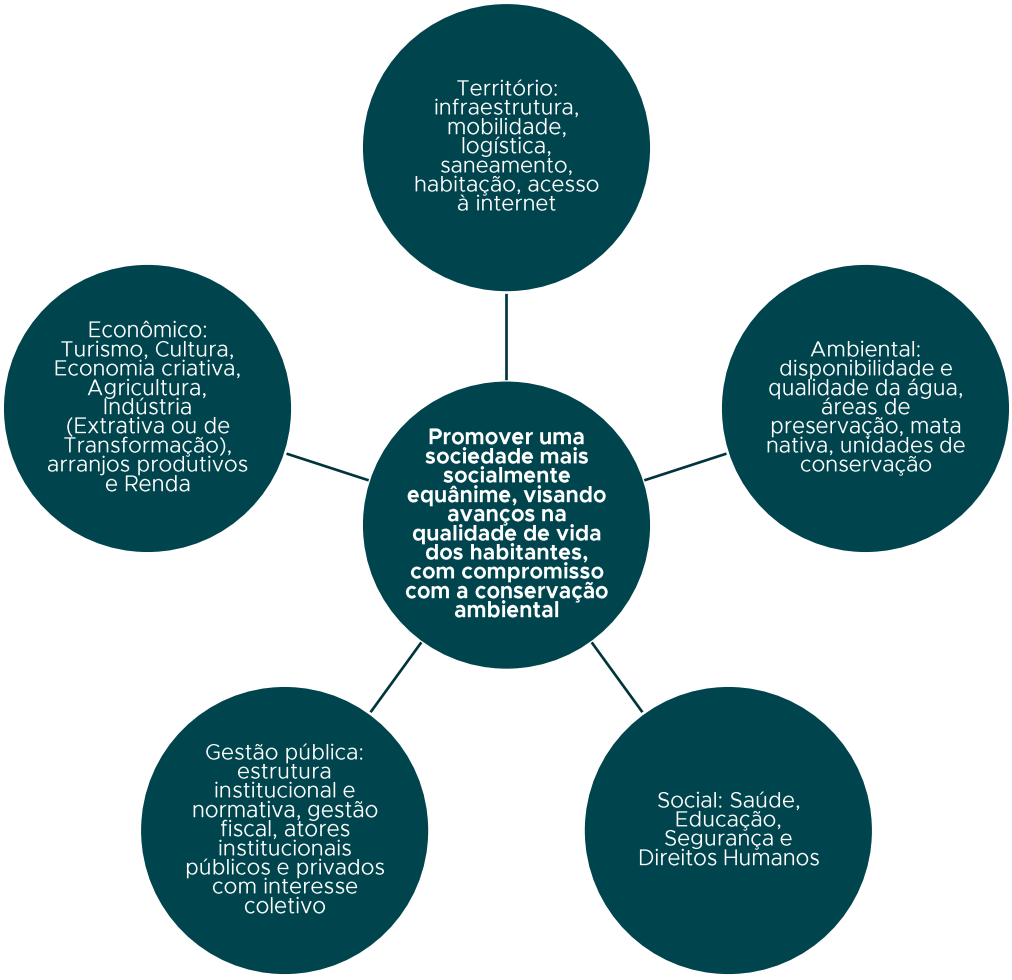
** Esses termos serão caracterizados no item 2.2.1 e foram detalhadamente discutidos in: SANTOS, Leonardo Bis dos; MALACARNE, Robson. Desenvolvimento Regional Sustentável: revisitar conceitos para construir novas alternativas. Curitiba: CRV, 2020.*

Quadro 3 – Hipótese de trabalho

De acordo com estudo recente, publicado em janeiro de 2020, "a crescente desigualdade em países desenvolvidos e em desenvolvimento pode exacerbar as divisões e desacelerar o desenvolvimento econômico e social" (Fonte: https://nacoesunidas.org/onu-desigualdade-fecha-as-portas-para-avanco-economico-e-social-no-mundo/). Nesse sentido, qualquer reflexão acerca de desenvolvimento regional sustentável deve partir do interesse em **promover uma sociedade mais socialmente equânime, visando avanços na qualidade de vida dos habitantes**. Adicionamos à essa fórmula o compromisso com a conservação do meio ambiente, a fim de reforçar o caráter da sustentabilidade de um sistema socioeconômico local e suas inter-relações regionais, nacionais e globais.

Os planos de desenvolvimento já produzidos, de um modo geral, utilizam o modelo clássico de abordagem por intermédio dos arranjos produtivos locais - APL. Sem desmerecer essa abordagem, partimos do pressuposto que o foco da pesquisa deve ser o território, dada sua complexidade, uma vez que os APL são instrumentos de análise que focam em determinadas agendas econômicas, contribuindo para a invisibilidade de outras tantas. No sentido de estar atento aos movimentos globais de valorização da diversidade, da inovação e da criatividade, e da sustentabilidade socioambiental, entende-se que um território vai fomentar o desenvolvimento com sustentabilidade traçando metas que almejem a geração de renda, combatendo as desigualdades sociais de várias ordens (econômica, cultural e política), com compromisso com a conservação do meio ambiente.

Figura 1 – Representação gráfica da relação entre eixos e objetivos do DRS Microrregião Sudoeste Serrana



Fonte: Elaboração dos autores.

2. Metodologia

A presente seção tem por objetivo apresentar, em linhas gerais, os principais aspectos metodológicos adotados para a elaboração das Diretrizes que nortearão a construção das ações que irão compor o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Estado do Espírito Santo – DRS/ES no que tange a microrregião Sudoeste Serrana.

2.1 Premissas Conceituais

Para a construção das diretrizes que irão orientar as ações de promoção do desenvolvimento sustentável da microrregião Sudoeste Serrana partiu-se de uma

noção de planejamento conhecido como Planejamento Estratégico Situacional[1]. Essa escolha levou em consideração a presença crescente dessa concepção de planejamento no campo das políticas públicas no Brasil e, principalmente, na saúde coletiva, uma área com longa tradição de planejamento no país e na América Latina (ARTMANN, 2000; GIOVANELLA, 1991).

Essa abordagem, que surgiu em contraposição ao planejamento tradicional, se caracteriza pela tentativa de conciliar a ação sobre uma realidade complexa que necessita ver transformada, com uma visão estratégica e situacional (MATUS, 2006). Isso envolve considerar as múltiplas dimensões da realidade e o olhar dos diferentes atores sobre os desafios e problemas, e não apenas a visão dos especialistas tecnocráticos. Envolve também o reconhecimento de que os processos sociais são marcados por incertezas e conflitos de interesse, o que torna o ato de planejar uma arena em que as forças sociais em disputa atuam como um determinante a ser sempre considerado (MATUS, 2006). E por fim, envolve também a necessidade de desenvolver instrumentos para a articulação do conjunto de atores que estão implicados no processo de planejamento (MATUS, 2006; ARTMANN, 2000).

Nesse enfoque, o planejamento não se reduz à ideia de cálculo que precede a ação, mas compreende um processo que engloba quatro momentos: 1) Explicativo – que compreende a análise e explicação dos problemas que fundamentam a ação, segundo Matus (2006, p. 141) "essa apreciação conduz aos objetivos, e os objetivos à seleção de problemas e ao aprofundamento da explicação situacional"; 2) Normativo – trata-se da construção do plano de ação frente às situações-objetivos que se almeja atingir; 3) Estratégico – análise das ações propostas frente aos diferentes cenários econômicos e políticos buscando construir a viabilidade das ações consideradas essenciais; 4) Tático-operacional – trata-se do momento da ação, ou seja, a execução do plano, o que envolve uma capacidade adaptativa às circunstâncias e condução gerencial estratégica. O planejamento não se esgota na execução, pelo contrário, a dinâmica da operacionalização requer sempre o retorno a algum dos momentos anteriores. Assim, segundo Matus (2006, p. 142) "(...) o plano sempre está-se fazendo, mas sempre está pronto para dar suporte à ação do dirigente".

Partindo disso, considera-se que esse momento de construção das diretrizes é uma forma de concretização do enlace entre o momento explicativo e o momento normativo no interior da construção do plano. O primeiro momento é marcado pela elaboração do diagnóstico que permite a identificação das situações iniciais, enquanto o segundo momento envolve também a construção das situações-objetivos como um pré-requisito para a formulação das ações. Assim, para este trabalho, adotou-se que diretrizes são "formulações que indicam as linhas de ação a serem seguidas (...)", sendo expressas de maneira objetiva e sob a forma de enunciado-síntese que tratam de delimitar a estratégia geral e os aspectos

[1] Segundo Artmann (2000, p. 2), "O Planejamento Estratégico Situacional - PES foi idealizado por Matus, autor chileno, a partir de sua vivência como ministro da Economia do governo Allende, no período de 1970-73, e da análise de outras experiências de planejamento normativo ou tradicional na América Latina cujos fracassos e limites instigaram um profundo questionamento sobre os enfoques e métodos utilizados".

que deverão ser priorizados na operacionalização das ações (BRASIL/MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2009, p.27).

Nesse sentido, as diretrizes servem como orientadores estratégicos que direcionam o plano de ação, na medida em que expressam a situação-objetivo que se almeja alcançar e indica os caminhos que podem ser mais efetivos para que se alcance o desenvolvimento regional para as microrregiões. Assim, elas se constituem em um substrato essencial para a construção das ações, para a análise estratégica do plano, para o estabelecimento de metas e para os posteriores ajustes no plano de ação.

2.2 Princípios Norteadores das Diretrizes

Para a construção das diretrizes partiu-se também de um conjunto de princípios norteadores que estabelecem parâmetros para a compreensão da realidade objeto da intervenção do plano de ação, assim como para as transformações a serem realizadas. Esses princípios constituem os marcos gerais do processo de planejamento, influenciando diretamente tanto a construção das diretrizes, como o plano de ação e sua posterior operacionalização.

2.2.1 Desenvolvimento Regional Sustentável e as ideias-forças

Dentro da complexidade que envolve o conceito de desenvolvimento sustentável, sua concretização requer uma unidade orgânica entre três aspectos centrais: o interesse em promover uma sociedade com maior equidade social (combate às desigualdades sociais) combinado com um comprometimento com a conservação do meio ambiente e com a ampliação da qualidade de vida de todos os habitantes. Nesse sentido, a sustentabilidade de ser construída a partir do território levando em consideração sua diversidade, os modos de vida e os problemas e desafios locais frente aos movimentos globais de valorização da diversidade, da inovação e da criatividade, e da sustentabilidade socioambiental.

Assim, os objetivos do desenvolvimento sustentável passam por abarcar o maior conjunto possível de indivíduos de um território (e, idealmente, englobaria a todos), tendo em vista a erradicação das desigualdades sociais historicamente constituídas a partir da capacidade de geração de riquezas para atendimento das necessidades presentes e sem comprometer as capacidades futuras da reprodução social.

Dentro disso, a inclusão dos excluídos é um pressuposto do desenvolvimento regional sustentável. Os grupos socialmente vulneráveis e historicamente invisibilizados precisam ter sua existência simbólica e suas vozes reconhecidas para terem a oportunidade de expor suas demandas. Assim, para a concretização do desenvolvimento regional sustentável é preciso que se mobilize as seguintes ideias-forças:

1) Economia e grupos sociais invisibilizados – foco em identificar e analisar práticas econômicas (troca direta de mercadorias – produtos agrícolas por produtos industrializados, por exemplo – ou outras maneiras que movimentam fluxos econômicos não necessariamente financeiros nas microrregiões), setores e segmentos produtivos não identificados em estudos pretéritos, bem como mapear grupos sociais invisibilizados nas microrregiões.

2) Fronteira – diferentemente dos limites políticos-administrativos, busca-se a partir dessa ideia força mapear os fluxos culturais, de poder, genéticos e econômicos, levando em consideração os polos de atração existentes no território alvo dessa investigação ou em relação com outros dentro e fora do estado do Espírito Santo.

3) Capital social e Governança – força motriz baseada nas relações de poder no território, capazes de movimentar demandas de grupos sociais específicos (reconhecimento a partir de poderes que não necessariamente passam pela esfera econômica) e as formas de gestão do território, nos aspectos macro e microssociais.

4) Inovação – inovação e invenção nas várias dimensões (produtos, processos e gestão). A inovação pode representar a dependência de um conhecimento novo e aplicado, gerando valor para alguém, para uma sociedade ou até mesmo para o mundo. O conceito de inovação é ainda entendido a partir da combinação de conhecimentos complementares, adjacentes e/ou sinérgicos com aplicação prática e útil para um processo organizacional ou para um público específico.

5) Conflitos sociais – foco nas contradições sociais manifestada a partir do conflito de interesses na apropriação do espaço e dos recursos ambientais. Tais conflitos perpassam as dimensões culturais e econômicas, atravessados pelas relações de poder.

2.2.2 Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

Em âmbito mundial, a cúpula dos países que compõem a Organização das Nações Unidas formulou uma agenda mundial de promoção do desenvolvimento sustentável materializados em 17 objetivos e 169 metas a serem alcançadas até 2030. Essa agenda é adotada pelos países membros das Nações Unidas e servem como elementos norteadores para atuação dos países, em suas diferentes instâncias político-administrativas.

São os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS): Erradicação da pobreza. Fome zero e agricultura sustentável. Saúde e bem-estar. Educação de qualidade. Igualdade de gênero. Água limpa e saneamento. Energia limpa e acessível. Trabalho decente e crescimento econômico. Inovação infraestrutura. Redução das desigualdades. Cidades e comunidades sustentáveis. Consumo e produção responsáveis. Ação contra a mudança global do clima. Vida na água. Vida terrestre. Paz, justiça e instituições eficazes. E por fim, Parcerias e meios de implementação, conforme Figura 02.

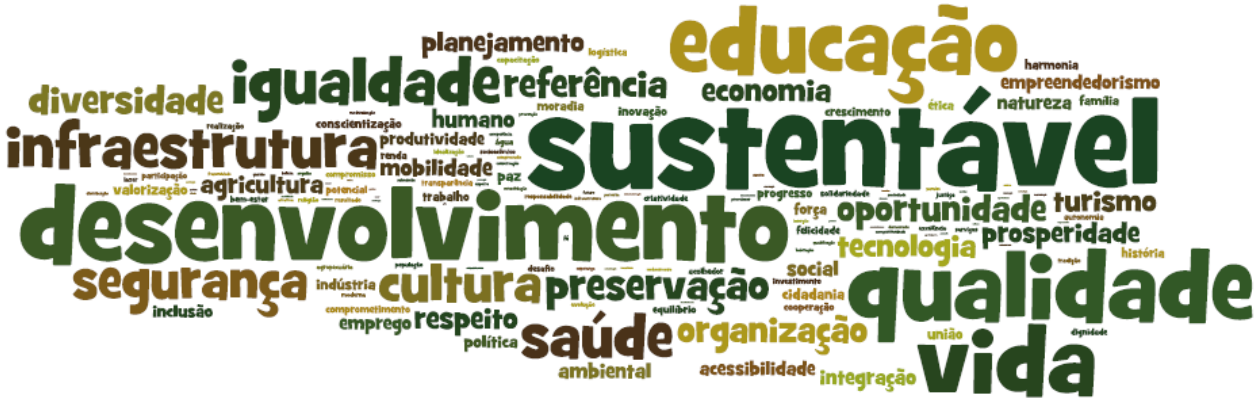
Figura 2 – Objetivos do desenvolvimento sustentável – ODS

Fonte: Organização das Nações Unidas.

2.2.3 Pressupostos da Visão de Futuro: ES 2030

Como um dos parâmetros para a construção dos Planos de Desenvolvimento Regional Sustentável das microrregiões adotou-se também os pressupostos que aparecem na visão de futuro construída no ES 2030. Esses pressupostos direcionam as políticas e ações públicas desenvolvidas no Espírito Santo. A delimitação desses pressupostos se deu a partir da realização de oficinas regionais que envolveram mais de 1.000 pessoas das 10 microrregiões de planejamento (ESPÍRITO SANTO, 2030). Nessas oficinas, os diferentes atores sociais construíram visões de futuro para as respectivas microrregiões. E com base nessas formulações coletivas se chegou ao conjunto de palavras que aparecem na Figura 3.

Figura 3 – Palavras e expressões utilizadas nas expectativas de futuro das Microrregiões do Estado, segundo o ES 2030



Fonte: (ESPÍRITO SANTO, 2030, p. 130).

Assim, foram estabelecidos como pressupostos de futuro para o estado do Espírito Santo:

Qualidade de Vida: "Essa expressão traz em si o desejo da população capixaba em viver melhor, com mais saúde, bem-estar, lazer e educação. A educação apresenta-se como um importante instrumento de inclusão para o indivíduo, dando-lhe oportunidade de participar do processo de desenvolvimento." (ESPÍRITO SANTO, 2030, p. 130).

Desenvolvimento: "A população capixaba deseja prosperar por meio da educação e da capacitação profissional, em um ambiente de mais oportunidades de trabalho e favorável ao empreendedorismo. A diversificação econômica é fundamental para esse processo, que deve incorporar ainda mais dinamismo por meio da inovação e com forte base tecnológica, seguindo as tendências mundiais de eficiência e produtividade, seja na indústria, seja na agricultura, elevando o Espírito Santo a um novo patamar de competitividade" (ESPÍRITO SANTO, 2030, p. 130).

Sustentabilidade: "Esse conceito pressupõe um equilíbrio entre o sistema econômico, o meio ambiente e os aspectos sociais. O desenvolvimento deve seguir uma trajetória que se sustente no longo prazo, com uso racional dos recursos naturais, garantindo às futuras gerações as condições para sua sobrevivência e desenvolvimento" (ESPÍRITO SANTO, 2030, p. 130).

2.2.4 Instrumentos Legais da Regionalização

São instrumentos legais norteadores dos Planos de Desenvolvimento Regional Sustentável do Estado do Espírito Santo – PDRS/ES, a Lei Estadual nº 9.768, de 26 de dezembro de 2011, que instituiu as microrregiões e criou os organismos consultivos e de participação social de base territorial nas microrregiões, e o

Decreto Estadual nº 4701-R, de 30 de julho de 2020, que tratou de regulamentar a atuação desses organismos designando-os como Conselhos de Desenvolvimento Regional Sustentável – CDRSs.

Como objetivos para a atuação regionalizada, a Lei nº 9.768, em seu artigo 1º estabelece:

> I - estimular a participação social na definição das diretrizes e políticas regionais; II - respeitar e compatibilizar a ação regional levando em consideração as suas repercussões locais e o ajuste necessário às peculiaridades dos municípios que comporão cada região, de modo a promover o desenvolvimento integrado entre municípios e regiões; III - criar referências comuns do ponto de vista do espaço para todos os órgãos da administração estadual; IV - elevar a qualidade dos serviços prestados, visando à integração de planos, recursos físicos e financeiros e de ações em parceria com os demais níveis do Poder Público; V - afirmar o processo de planejamento democrático e participativo; VI - estabelecer, com transparência, as ações norteadoras da descentralização regional; VII - promover a integração das ações intersetoriais; e VIII - estimular o desenvolvimento econômico e social em bases regionais.

Assim, as diretrizes orientadoras das ações de promoção do desenvolvimento regional sustentável da microrregião Sudoeste Serrana precisam refletir tais objetivos estabelecidos.

2.2.5 Eixos Temáticos

Para a construção das diretrizes adotou-se a subdivisão dos temáticos definidos no Convênio que originou a colaboração da UFES e IFES ao projeto, a saber:

Território: infraestrutura, mobilidade, logística, saneamento, habitação, acesso à internet;

Ambiental: disponibilidade e qualidade da água, áreas de preservação, mata nativa, unidades de conservação;

Social: Saúde, Educação, Segurança e Direitos Humanos;

Econômico: Turismo, Cultura, Economia criativa, Agricultura, Indústria, arranjos produtivos e Renda;

Gestão pública: estrutura institucional e normativa, gestão fiscal, atores institucionais públicos e privados com interesse coletivo.

2.3 Etapas Construtivas das Diretrizes

Em termos de etapas metodológicas, a construção das diretrizes implicou também a identificação das situações iniciais que seriam objeto das intervenções, as potencialidades e oportunidades existentes na região que poderiam ser direcionadas para o alcance das situações-objetivos e o estabelecimento das estratégias e aspectos que devem direcionar a atuação. Considerando ainda, que o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável - PDRS das microrregiões é parte de um permanente "está-se fazendo", a metodologia também envolveu um inventário de diretrizes, programas e ações dos planos e projetos já formulados para a região ou que abranjam a região.

Figura 4 – Percurso metodológico

Percurso metodológico de construção das diretrizes		
1. Planejamento e definições metodológicas	1.1	Levantamento de bibliografia sobre planejamento para definições conceituais e metodológicas
	1.2	Construção do desenho metodológico
	1.3	Reuniões de alinhamento e validação
2. Coleta e sistematização de dados	2.1	Leitura e identificação dos problemas, desafios, aspirações e potecialidades da microrregião
	2.2	Leitura e identificação de diretrizes e ações em documentos oficiais e de planejamento
3. Formulação das diretrizes	3.1	Preenchimento do instrumento de sistematização
	3.2	Alinhamento entre problemas, desafios, aspirações, potencialidades e diretrizes já existentes
	3.3	Formulação do enunciado síntese das diretrizes
	3.4	Redação da fundamentação estratégica das ditrizes
4. Integração e alinhamentos	4.1	Reuniões para socialização das diretrizes entre os eixos temáticos
	4.2	Junção e ajustes das diretrizes
	4.3	Alinhamento das diretrizes aos princípios norteadores

Fonte: Elaboração dos autores.

Para isso, adotou-se como ponto de partida a construção de um instrumento de sistematização do diagnóstico e dos planos e projetos já existentes, que foi validado de maneira coletiva com os pesquisadores envolvidos nos diferentes eixos temáticos. Na forma de uma matriz para cada eixo temático, esses documentos foram sistematizados a partir de cinco colunas organizadas na seguinte ordem: 1) Problema e desafio; 2) Aspiração ou demanda dos atores; 3) Potencialidades e oportunidades; 4) Diretrizes propostas em outros planos e projetos; 5) Interface da situação-inicial com outros eixos temáticos.

Figura 5 – Instrumento de sistematização

Problema e desafio do diagnóstico	Aspiração	Potencialidades e oportunidades	Diretrizes em outros Planos	Diretriz proposta
Problema identificado	Aspiração relacionada ao problema?	Potencialidade e oportunidade que se relaciona ao problema	Diretrizes prevista que se relaciona ao problema	Diretriz 1
-	Aspiração	Potencialidade e oportunidade relacionada à aspiração	Diretrizes prevista que se relaciona ao problema	Diretriz 2
Problema identificado	-	Potencialidade e oportunidade que se relaciona ao problema	-	Diretriz 3

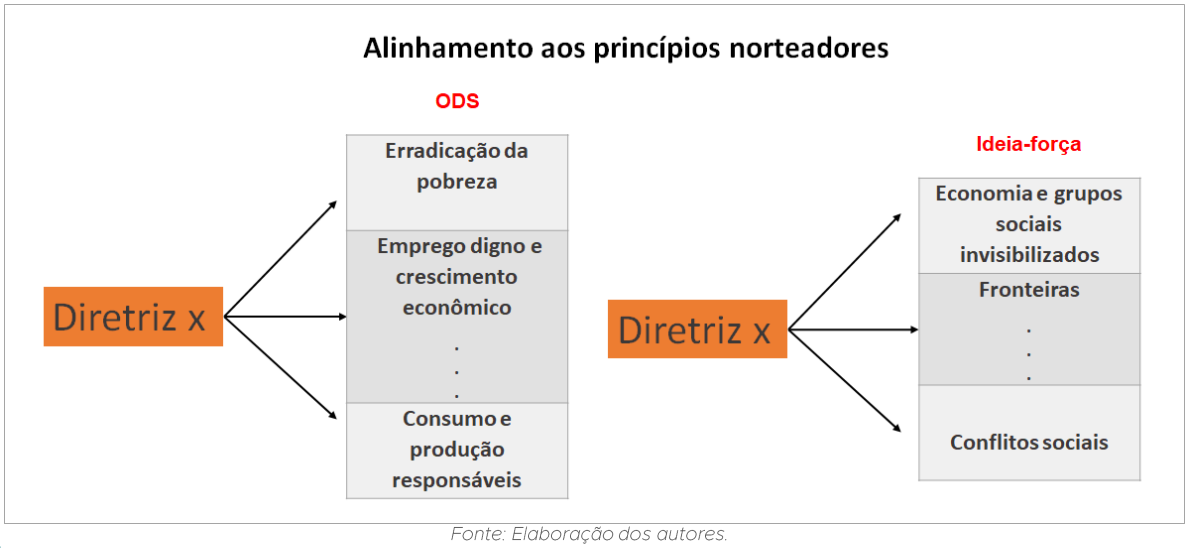
Fonte: Elaboração dos autores.

A partir dessa sistematização foram, então, elaboradas as diretrizes para a microrregião levando em considerações as temáticas de cada eixo. Nessa etapa os pesquisadores também foram orientados a verificar com atores chaves aspectos que pudessem complementar a formulação das propostas, assim como buscar fundamentação teórica para as abordagens indicadas enquanto estratégias. Posteriormente, foram realizados encontro para socialização e debate das diretrizes propostas por cada eixos temáticos tendo como objetivo promover a integração das propostas com temas e desafios correlatos.

Para cada diretriz proposta, tratou-se de apresentar a situação inicial que fundamentou sua formulação, bem como as linhas estratégicas que devem ser observadas no momento de formulação e execução das ações.

Para concluir as diretrizes foram confrontadas com os objetivos do milênio e com as ideias-forças para verificar como esses aspectos estão refletidos nas propostas formuladas para as microrregiões.

Figura 6 – Desenho para realização do alinhamento



Fonte: Elaboração dos autores.

3. Diretrizes – Eixo Território

Quadro 4 – Bases de dados e informações: eixo território

- Documentos:
  - Cartilha de apoio a elaboração de planos de mobilidade
  - Plano Decenal de Expansão de Energia 2029
  - Análise de custo-benefício das soluções banda larga: Atendimento das necessidades de serviços de telecomunicações utilizando recursos do FUST
  - Projeto Desenvolvimento Regional Sustentável - infraestrutura: Painel do Estado do Espírito Santo
  - Pesquisa CNT de rodovias 2019

Fonte: Elaboração dos autores.

3.1 Melhoria da Infraestrutura de Transporte e Mobilidade

Diretriz: Ampliar a infraestrutura de logística e de mobilidade de maneira a garantir maior integração interna à microrregião e maior articulação regional e nacional, considerando os aspectos da saúde socioeconômica, física, mental e comunitária.

Conforme dados do painel de infraestrutura (2019), do projeto Desenvolvimento Regional Sustentável, 54% das vias pavimentadas da região Sudoeste Serrana encontram-se em situação ruim.

> O problema é estrutura logística porque a segunda parte o empresário faz né, tem chegado novos restaurantes, pousadas, novos cafés, aquilo que você falou, pessoas fazendo seus bolinhos, vendendo suas flores, cada um vai fazendo alguma coisa para que possa crescer, porque através das pessoas visitando a região é que nosso produtor cresce, no passado as pessoas aqui na montanha não gostavam nem de receber as pessoas, " vai me atrapalhar a trabalhar" hoje isso mudou, quando chega alguém na casa deles recebe de braços abertos, porque ele sabe que ali ele vende a produção. E venderá muito melhor porque está vendendo direto para o consumidor, enquanto antes ele produzia alguma coisa e dependia de uma Ceasa, atravessadores, que muitas vezes ganhavam o dobro que eles ganhavam. Hoje não, no turismo ele vende direto para o consumidor. Então ele quer receber o cliente.

Outra ação necessária se relaciona à definição de estratégia para a interação logística interna e externa na região, dado que a falta de planejamento nesta área prejudica empresários, moradores e turistas. No percurso da análise dos dados verificou-se a ausência de plano de mobilidade para a região com cada município busca a solução de modo isolado. Há municípios, como Venda Nova, que oferecem ônibus circulares gratuitos. No entanto, na maioria dos casos, a

população que não mora próxima dos centros e da BR 262 a alternativa é a busca de caronas e transportes não regularizados. Nesse sentido, é fundamental a definição de regulamentação que considere as especificidades do território com a criação de rotas preferenciais e vias de uso proibido, caso contrário serão colhidos prejuízos ambientais, sociais e econômicos.

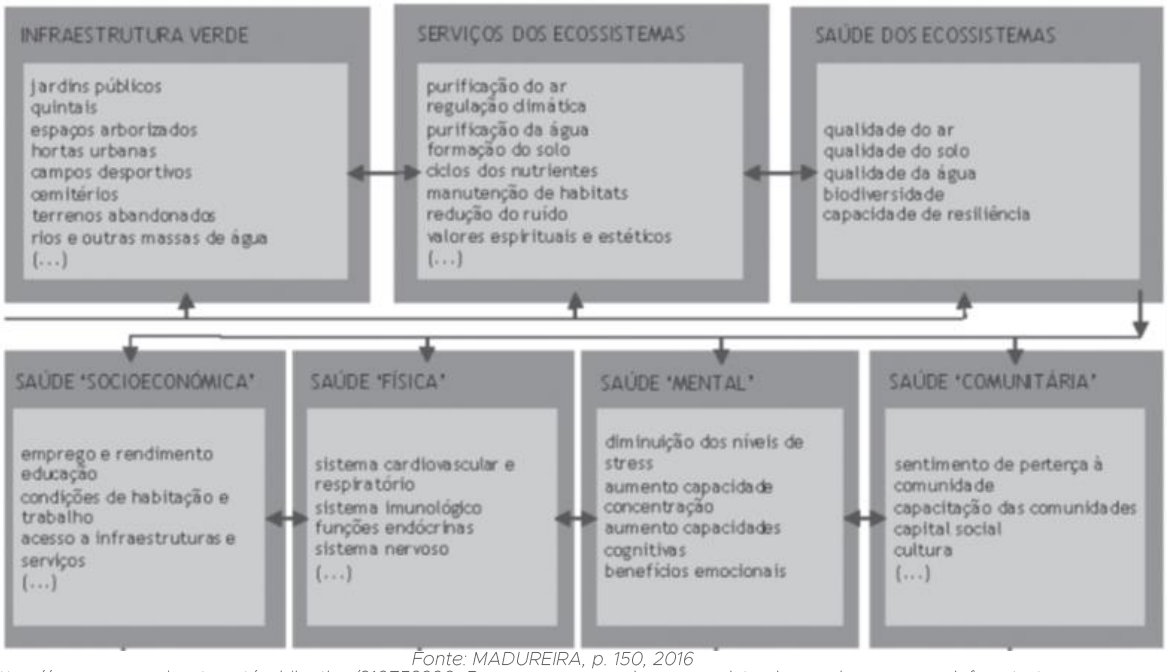
A região vê com uma condição necessária para a ampliação das atividades econômicas na região, a melhoria e a conservação das estradas, especificamente a BR 262. Além disso, uma oportunidade que pode impulsionar o turismo é a criação do projeto de promoção de destino turístico que está em elaboração pela SETUR e contemplando várias demandas: gestão compartilhada; criação de roteiros integrados; plano de mídia; identificação de oferta turística; implementar o projeto Caminhos do Turismo; usar de forma sustentável os ativos naturais: cobertura vegetal, mananciais hídricos e paisagens; desenvolver negócios ligados aos recursos naturais (biodiversidade), a partir de pesquisas e geração de novos conhecimentos e tecnologias; avançar com o projeto Caminhos do Campo; oportunizar a abertura de novas trilhas nas Unidades de Conservação (ES 2030).

Assim, os esforços no campo da logística e mobilidade devem ser direcionados para a ampliação da oferta de transporte público promovendo a integração entre os municípios, sendo necessária a elaboração de um plano de mobilidade. Além disso, pela centralidade que as obras de duplicação da BR 262 possuem para a melhoria da mobilidade e para impulsionar o potencial logística da região, é preciso uma atuação forte dos atores da região junto à classe política do estado pressionando pela realização desse investimento. Em paralelo, deve-se garantir que as ações de manutenção preventiva e corretiva da BR 262 sejam realizadas.

A relação entre infraestrutura e saúde, por sua vez, está fundamentada na figura abaixo.

A relação entre infraestrutura e saúde está fundamentada na figura abaixo.

Figura 7: Articulação entre infraestrutura verde, serviços ecossistêmicos e a saúde humana



Fonte: MADUREIRA, p. 150, 2016
https://www.researchgate.net/publication/310753220_Promover_os_servicos_ecossistemicos_urbanos_com_infraestruturas_verdes.

Assume-se que a articulação entre infraestrutura e mobilidade é um princípio que serve de referência para a tomada de decisões do gestor público. Nesse sentido entende-se que as ações que melhoram a qualidade do solo e da água (como o investimento em caixas secas) e as ações que melhoram a qualidade do ar (como o investimento em transporte público que diminui o número de veículos particulares) beneficiam a saúde humana, em suas diversas interfaces (socioeconômica, física, mental e comunitária).

3.2 Promoção de Matriz Energética Sustentável e Renovável

Diretriz: Promover uma matriz enérgica sustentável e renovável considerando os indicadores de perda de vegetação nativa, interferência em unidades de conservação e na infraestrutura local e garantindo acesso equitativo a todos.

A questão de energia é afetada diretamente pelas alterações climáticas devido a matriz do país que prioriza a geração hidráulica. Nesse sentido, é estratégico buscar alternativas de geração de energia renováveis que aproveitem o potencial de geração solar, por exemplo. A escolha da matriz energética, portanto, apesar de ser uma decisão nacional, gera impactos socioambientais locais. Devido a essa questão, a mobilização da comunidade no território é fundamental para apresentar alternativas e interferir no debate de políticas públicas. Entretanto, verificamos que essas alternativas, muitas vezes, são mobilizadas apenas pelos produtores rurais que possuem capacidade de investimento.

> [...] muitos clientes que são produtores rurais e precisam fazer bombeamento de água. Então eles consomem uma quantidade enorme de energia. O que a gente tem feito é atender eles com o nosso produto de geração própria, de tal forma que eles possam impactar menos, gerando a própria energia. Isso vale também para a indústria, a indústria é responsável pelas maiores contas de energia, o maior consumo de energia do município, e que eu me lembre agora, todas as indústrias, sei lá, top 5, top 10 indústrias em consumo de energia do município já têm energia solar hoje, ou seja, gera pelo menos 50% da sua própria energia. Então a nossa empresa acaba atuando dessa forma. O nosso produto acredito que colabora um pouco para a redução do impacto ambiental.

Conforme dados do painel de infraestrutura (2019), do projeto Desenvolvimento Regional Sustentável verifica-se a presença de uma Usinas Hidrelétricas e quatro Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's) no território. Há uma questão que se apresenta diante deste dado: Qual o beneficiário desse modelo de infraestrutura energética? Souza e Valencio (2005, p. 70) nos oferecem pistas para esta análise:

> O demandante comum de eletricidade, inserido nas grandes cidades e sofredor da crise recente, não foi o alvo do convencimento acerca da importância das PCH's na resolução do problema de abastecimento. Continuou, tal demandante, na expectativa de ser provido pelas mega obras. [...] A indústria passou a considerar as PCH's um caminho para a sua autonomia no abastecimento de energia no longo prazo e, ainda uma nova oportunidade de investimento.

No processo de pesquisa foram identificadas potencialidades e oportunidades para a região Sudoeste Serrana tais como: valorizar o capital ambiental existente e usufruir de forma sustentável para gerar oportunidades de emprego e renda à população; formar mestres e doutores para pesquisa e inovação em novas fontes de energia; instalar laboratórios modernos em instituições de ensino e de pesquisa locais; o acompanhamento de políticas públicas e incentivo ao uso de energias renováveis; realização de estudos e pesquisas com foco na redução de custos e aumento da eficiência energética dos equipamentos e sistemas existentes (ES 2030).

Estratégia: Na região encontra-se um campus do Instituto Federal do Espírito Santo (Venda Nova do Imigrante). Sugere-se que o Conselho Regional de Desenvolvimento Sustentável articule parceria com a instituição para constituir projetos pilotos de pesquisa e aplicação de fontes renováveis de energia. Além disso, foi identificado a existência de empresas na região fornecedoras de tecnologia para captação de energia solar. Importante estabelecer canal de diálogo com essas empresas para identificar dificuldades e criar política de incentivos.

Sugere-se que se estabeleça procedimentos para o estudo de impactos socioambientais por fonte energética que considerem indicadores sobre a perda

da vegetação nativa, interferência em unidade de conservação e transformação de ambiente lóticos em lênticos. Outro fator é a análise dos impactos socioeconômicos que envolvem o estudo dos indicadores população afetada, interferência em terras indígenas e interferência na infraestrutura. Por fim, é fundamental a análise criteriosa sobre a geração de empregos, seu incremento temporário na arrecadação municipal (ISS) e o incremento permanente na arrecadação municipal (compensação financeira). A metodologia, inclusive, é utilizada no Plano Decenal de Expansão de Energia 2022 da Empresa de Pesquisa Energética do Ministério de Minas e Energia.

3.3 Comunicação para o Desenvolvimento

Diretriz: Garantir a ampliação do uso das TIC's, por meio da oferta de conexão e telefonia de qualidade articuladas com os princípios da Tecnologia da Informação e Comunicação para o Desenvolvimento (ICT4D) e ao desenvolvimento dos ambientes de criação de ideias e soluções de baixo custo.

A região das Montanhas Capixabas encontra-se em uma encruzilhada que exige a definição do modelo de desenvolvimento a ser adotado. O desafio que se apresenta é identificar qual a melhor sinergia (estrada, telefonia, energia, internet e potencialidades ambientais) que possibilita crescimento econômico e responsabilidade com as questões socioambientais do território.

A região, porém, registra problemas de conectividade. Há municípios na região que possuem mais de 37% da tecnologia de conexão móvel 2g e 3g, como é o caso de Laranja da Terra:

> Nós temos aqui alguns provedores que oferecem serviços de internet com fibra óptica que é a SINAIS, NOVATEC (Venda Nova), e VL (Domingos Martins), temos internet rural via satélite. Só que ligação telefônica é um desafio. Eu moro há três km do centro de venda nova e não consigo fazer uma ligação telefônica. Se quiser falar comigo é mais fácil falar por Whatzapp.

Cada conexão de internet possui suas vantagens e desvantagens. No campo das políticas públicas a análise desses fatores é fundamental para a decisão de investimentos, de acordo com as singularidades do território. Conforme estudo do Ministério das Comunicações, sobre a análise de custo-benefício das soluções de banda, sugere-se a seguinte estratégia:

> As tecnologias de acesso podem ser subdivididas em função do meio pelo qual a comunicação se desenvolve, que podem ser resumidas a sistemas com fio e sem fio. Entre as tecnologias com fio está o uso de par metálico, utilizado no sistema de telefonia fixa convencional. Entre as tecnologias sem fio voltadas para os projetos de universalização, destaca-se a utilização de rádio monocanal, de estações rádio base e de satélite. A primeira delas se propõe a substituir o uso de par metálico em pontos individuais

> afastados de localidades com STFC. O uso de estações rádio base é uma evolução da solução via rádio e é aplicável quando existir um adensamento da demanda. Por fim, a solução via satélite é recomendável para utilização em locais isolados, nos quais outras soluções mostrem-se tecnicamente inviáveis (MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, 2008, p.24).

Ou seja, em ambiente urbano, na maioria das vezes, utiliza-se as soluções de fio metálico. Na região rural, por sua vez, estuda-se a viabilidade da solução via satélite e do uso de estações rádio base. No caso do uso de fibra óptica, por sua vez, o estudo dos Ministério das Comunicações sugere a aplicação em "centros urbanos, com uso de pequenas células e grande quantidade de usuários, até zonas rurais com uso de grandes células e baixa demanda por área de cobertura". A Análise da viabilidade dessas soluções articula-se com o desenvolvimento por meio de diversas interfaces, como é o caso da Tecnologia da Informação e Comunicação para o Desenvolvimento (ICT4D).

> A Tecnologia da Informação e Comunicação para o Desenvolvimento (ICT4D) é basicamente um framework para a aplicação de ferramentas e técnicas para a prática do desenvolvimento humano, [...]. É uma área que pode ser resumida como o uso das TIC para alcançar objetivos de desenvolvimento [...] o seu potencial passa pelo uso de tecnologias de comunicação, tal como telefones celulares e internet, que facilitaram a troca e o acesso às informações (AMUONO, 2017, p.1).

Estratégia: A política de melhoria da conexão de dispositivos móveis precisa vir acompanhada do incentivo a criação de plataformas e aplicativos que dialoguem com os princípios da Tecnologia da Informação e Comunicação para o Desenvolvimento (ICT4D). Sugere-se algumas iniciativas que colaboram com esse propósito.

Inovação Aberta:

- Fazer uma "chuva" de problemas, onde as instituições públicas, por meio de encomendas tecnológicas, apresentam os desafios para os professores e estudantes do Ensino Médio e do Ensino Superior e estes desenvolvem as soluções.

Educação Profissional:

- Oferecer os cursos voltados para inovação e economia criativa: programação, jogos, design, multimídia, DJ, fotografia, gastronomia etc.

3.4 Promoção do Direito ao Território e à Moradia

Diretriz: Promover acesso à moradia digna e à posse legal das casas e terrenos, buscando reduzir o ônus excessivo do aluguel nas zonas urbanas, o déficit

habitacional e inadequação das moradias e reconhecendo os territórios específicos.

O principal documento utilizado como base dos dados analisados neste relatório foi o Plano estadual de Habitação do Espírito Santo (PEHAB 2030), apresentado em outubro de 2014. Nele foram apresentados os principais dados sobre habitação das microrregiões do Espírito Santo. Além disso, utilizou-se também do documento Análise da Gestão Municipal no Espírito Santo (MUNIC, 2017), que apresenta dados do IBGE e proporciona um panorama geral da gestão municipal no Espírito Santo. Ambos têm como prerrogativa o direito à moradia previsto pela Constituição Federal de 1988.

O PEHAB 2030 defende a orientação do foco prioritário em estratégias de "redução das desigualdades e erradicação da pobreza e a descentralização do desenvolvimento e fortalecimento da rede de cidades propostas por esses Planos" (PEHAB 2030, p. 18). Elementos fundamentam a ideia de desenvolvimento sustentável que se busca alcançar a partir deste trabalho.

Quadro 5: Componentes do déficit habitacional por região

	Domicílios Precários		Coabitação Familiar		Ônus Aluguel	Adensamento Excessivo	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural		Urbano	Rural
Metropolitana	15,9%	33,5%	51,0%	61,0%	27,8%	5,3%	5,5%
Central Serrana	15,9%	21,3%	35,9%	78,2%	41,2%	7,0%	0,5%
Sudoeste Serrana	14,9%	44,1%	38,5%	55,9%	44,7%	1,9%	0,0%
Litoral Sul	6,4%	17,8%	57,8%	80,4%	31,6%	4,2%	1,8%
Central Sul	4,9%	21,6%	58,2%	77,7%	29,9%	7,0%	0,7%
Caparaó	5,0%	22,6%	43,9%	71,9%	45,2%	6,0%	5,5%
Rio Doce	16,3%	56,6%	45,5%	41,2%	32,1%	6,1%	2,2%
Centro-Oeste	14,1%	22,5%	47,0%	75,6%	35,4%	3,4%	2,0%
Nordeste	12,7%	47,3%	56,3%	49,2%	29,4%	6,0%	3,5%
Noroeste	8,4%	40,3%	46%	56,3%	41,4%	4,1%	3,4%

Fonte: PEHAB 2030

Considerando a condição dos domicílios, a microrregião Sudoeste Serrana possui um dos maiores índices de domicílio precários quando comparado às outras microrregiões. Ao lado a região Central Serrana, a microrregião apresenta ainda uma das menores taxas proporcionais de coabitação familiar na parte urbana, ainda que números relativamente moderados na parte rural, em comparação às outras microrregiões.

O ônus excessivo com aluguel está acima de 44% e bem próximos aos índices de outras microrregiões, como a Central Serrana e o Caparaó. Porém, estes dados estão muito acima das outras seis microrregiões do estado, como a Central Sul. É importante levar em consideração que este componente não contabiliza dados da área rural, mas somente da parte urbana.

Estratégia: De todas as famílias registradas no CadÚnico da microrregião Sudoeste Serrana, 38,94% estão em déficit habitacional, um número um pouco abaixo da média estadual, que é de 45,25%. O componente de déficit habitacional que prevalece nesta região se relaciona ao ônus excessivo com aluguel.

Um dos caminhos para ampliar a habitação e responder à demanda por moradia segura envolve uma leitura de indissociabilidade da questão habitacional com as políticas sociais e de infraestrutura. A estratégia de atuação do Conselho Regional Sustentável (cdrs) na integração de políticas públicas precisa valorizar as singularidades do território. Nesse sentido, a atuação das câmaras técnicas de turismo e empreendedorismo rural vinculadas ao CDRS é de fundamental importância.

Referências Bibliográficas do Eixo Territorial

CARVALHO, E; POWELL, A; SEREBRISKY, T. **De estruturas a serviços: o caminho para uma melhor infraestrutura na América Latina e no Caribe.** Banco Interamericano de Desenvolvimento. 2020.

ESPÍRITO SANTO. **Plano de desenvolvimento do Estado do Espírito Santo - 2030**. Vitória, ES: Governo do Estado do Espírito Santo, 2013. v. 1.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES – IJSN. **Panorama das Microrregiões capixabas.** Disponível em: http://www.ijsn.es.gov.br/images/files/projetos/desenvolvimento_regional/Panorama_Microrregiao_Caparao.pdf. Acesso em01 mar 2021.

MADUREIRA, H. **Promover os serviços ecossistêmicos urbanos com infraestruturas verdes. presented at the 2016**. Coimbra, 2016.

MALACARNE, R.; BRUNSTEIN, J. **Língua em viagem na tradução do desenvolvimento sustentável para empresários do Brasil e de Portugal.** Trabalhos em Linguística Aplicada, v. 59, n. 1, p. 715-745, 8 jun. 2020.

SANTOS, Leonardo Bis dos; MALACARNE, Robson. **Desenvolvimento Regional Sustentável: revisitar conceitos para construir novas alternativas.** Curitiba: CRV, 2020.

SILVA, S.F.P. **Materiais e Logística.** Florianópolis: Publicações do IF-SC, 2010.

VAZ, José Carlos; LOTTA, Gabriela Spanghero. **A contribuição da logística integrada às decisões de gestão das políticas públicas no Brasil.** Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, v. 45, n. 1, p. 107-139, Feb. 2011.

4. Diretrizes – Eixo Social

Quadro 6 – Bases de dados e informações: eixo social

- Documentos:
  - Plano Estadual de Assistência Social 2019-2023
  - Plano Nacional de Educação 2014-2024
  - Plano Estadual de Educação 2015-2025
  - Plano Diretor de Regionalização da Saúde 2011
  - Plano Estadual de Saúde 2020-2023
  - ES 2030
  - Espírito Santo: Planejamento Estratégico do 2019-2022
  - Panorama das Microrregiões Capixabas do Estado-Sudoeste Serrana
  - Relatório Desenvolvimento Regional Sustentável-Arranjo 2- Diagnóstico da Microrregião Sudoeste Serrana

Fonte: Elaboração dos autores.

4.1 Integração e ampliação da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial da Política de Assistência Social

Diretriz: Promover a integração entre a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial, garantindo também a ampliação da equipe de referência para os equipamentos da Política de Assistência Social em seus diferentes níveis de complexidades, o que contribuirá para melhorar a organização dos serviços.

A orientação nacional para a política de Assistência Social é que ela seja capaz de prevenir agravos que fazem referência com a questão financeira, mas também com as relações familiares e comunitárias. Por esse motivo ela tem uma forte perspectiva de prevenção que se aplica a partir do investimento na atenção básica, tanto nos equipamentos quanto na equipe que faz com que a política aconteça. No entanto, depois do agravo e da violação de algum direito há a previsões de serviços e equipamentos que se realiza as atenções de média e alta complexidade. Por esse motivo a Política de Assistência Social tem estreita relação com a qualidade de vida da população.

O desenvolvimento regional sustentável requer necessariamente uma maior equidade social, o que somente é possível com enfrentamento às desigualdades sociais. Mas isso não é suficiente, esse enfrentamento precisa vir aliado a um compromisso com a conservação do meio ambiente e à ampliação da qualidade de vida dos habitantes. Portanto, o investimento na política de Assistência Social é fundamental para o alcance desses objetivos.

A Microrregião Sudoeste Serrana possui um dos mais altos índices de pobreza entre as microrregiões (78,5%) ficando atrás somente do Caparaó (81,2%) e da região Metropolitana (80,6%). O índice de extrema pobreza é de 44,6%, ficando em sétimo lugar se comparado às demais microrregiões, com base nos dados do

CadÚnico de 2020. No relatório ES 2030 (volume 14), há uma menção a alta dependência de programas de transferência de renda pela população nessa microrregião, o que pode estar relacionado à própria condição de pobreza relatada anteriormente.

Esses dados impulsionam a necessidade de atenção pública para tal questão, de forma a traçar estratégias intersetoriais entendendo a pobreza e a extrema pobreza como um problema multicausal que precisa ser enfrentado em diferentes políticas públicas como geração de emprego e renda, investimento econômico, educação, assistência social, saúde, entre outras. De acordo com os dados apresentados, a microrregião possui renda média domiciliar um pouco acima da média estadual, mas ainda bem distante de outras microrregiões, como a Central Serrana. Apesar dos indicadores baseados na renda para mensurar a pobreza, ela não é o único critério para determinar a qualidade de vida da população, pois a ideia de pobreza é multifacetada.

Além das questões de renda, de escassez de emprego, de informalidade, de precariedade habitacional, aparecem também, na microrregião Sudoeste Serrana, o problema das violências, sendo as com maiores registros nos CREAS, as violências perpetradas contra crianças e adolescentes (41, 13%) e mulheres (38,56%). Fato que necessita tanto de ações preventivas quanto corretivas focalizadas.

Segundo o Plano Estadual de Assistência Social essa microrregião possui 8 CRAS (Centro de Referência de Assistência Social e) e 7 CREAS (Centro Referência Especializado de Assistência Social) atendendo a população. Apesar do crescimento dos investimentos na Assistência Social que permitiu a ampliação do número de CREAS nos últimos 10 anos, saltando de 3 para 7 equipamentos, a microrregião ainda demanda o fortalecimento da atenção básica, no sentido de prevenir agravos. Além disso, há a necessidade de maior interação entre os serviços de diferentes níveis de complexidade, em especial da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, investindo em processos de referência e contrarreferência.

Outra questão fundamental são as equipes de referência incompletas comparativamente ao padrão definido na NOB RH (quanto às categorias profissionais que compõem as equipes e vínculo de trabalho efetivo com a Prefeitura). A microrregião chega a ter 40,90% da equipe do CRAS e 48,38% do CREAS, conforme indicado na NOB RH.

Vale reforçar que para seguir as orientações propostas pela Política Nacional de Assistência Social, no que diz respeito às equipes de referência, é necessário considerar os indicativos da NOB SUAS RH. Referente à atenção básica, o equipamento CRAS, deve apresentar como equipe de referência ao menos: 2(dois) técnicos de nível superior e 2(dois) de nível médios no caso de municípios de pequeno porte e; 3 técnicos de nível superior e 3 técnicos de nível médio no caso de municípios de médio porte. Para a gestão inicial e básica na média complexidade, o equipamento CREAS, devem apresentar a seguinte equipe de referência: 1(um) coordenador, 1(um) assistente social, 1(um) advogado, 2(dois) profissionais nível superior ou médio (abordagem dos usuários), 1(um) auxiliar

adm. Com relação a equipamentos de alta complexidade, como casa lar, abrigos, entre outros, cada equipamento deve ter: 1(um) coordenador para até 20(vinte) atendidos; 1(um) cuidador para até 10(dez) usuários, 1(um) auxiliar cuidador para até 10(dez) usuários, 1(um) assistente social e 1(um) psicólogo para até 20(vinte) usuários.

Sobre as questões apresentadas na presente diretriz, o Plano Estadual de Assistência Social estabelece em suas metas que é necessário:

> Meta 3. Sensibilizar as equipes municipais para a necessidade de acompanhar todas as famílias com membros em acolhimento institucional com vistas ao retorno à convivência familiar e comunitária;
>
> Meta 4. Sensibilizar os municípios para a necessidade e possibilidade de implantar várias alternativas de acolhimento (institucional, família acolhedora, subsídio à família extensa, e outros);
>
> Meta 15. Realizar a articulação efetiva das proteções – PSB e PSE - no âmbito do SUAS implementando os processos de referência e contrarreferência.
>
> Meta 20. O desenvolvimento de ações regionais articuladas para enfrentamento da exploração sexual e outras graves violações de direitos identificadas.
>
> Meta 21. Realizar atividades coletivas, comunitárias e de mobilização social em todos os serviços socioassistenciais a fim de divulgar informações, garantir o exercício da cidadania e fortalecimento de vínculos comunitários e no território.

A aspiração para essa diretriz é a erradicação da pobreza e extrema pobreza, conforme indica a meta do primeiro Objetivo de Desenvolvimento Sustentável, assim como promover o fortalecimento dos laços comunitários e familiares. Para tanto, é necessário entender a configuração da população da microrregião, a potencialidade do território e desenvolver políticas que considerem as perspectivas locais em diferentes frentes e áreas de ação, entendendo a pobreza de forma multicausal. Outra preocupação é a integração dos serviços. Investir em políticas afirmativas também é fundamental, visando a proteção e promoção de crianças, adolescentes, jovens e mulheres, garantindo transição intergeracional e relações de gênero saudável e livre de violência.

4.2 Educação como Estratégia de Fortalecimento da Cultura Local e Desenvolvimento Sustentável

Diretriz: Promover a educação de qualidade da microrregião Sudoeste Serrana, considerando as especificidades locais como a questão paisagística e ambiental, turística, agrária e agropecuária.

As potencialidades da Microrregião Sudoeste Serrana que tem impacto e influem na educação são diversas, como: possuir uma das maiores concentrações de famílias que vivem em área rural (53,7%), ficando atrás somente da microrregião Central Serrana (57,0%) (IJSN, 2019). Ter uma concentração significativa de negócios do ramo agropecuários. Possuir cultura turística e paisagística forte, que envolve a questão ambiental e de preservação, com destaque para a presença do parque Estadual Pedra Azul. Ser atravessada pela BR 262, o que facilita a mobilidade entre os municípios e as demais regiões. Dessa forma, esta diretriz visa alinhar a educação, para além da formação integral do ser humano, às potencialidades da microrregião. Aproveitando a distribuição dos aparelhos públicos educacionais da microrregião – esta microrregião possui 115 (cento e quinze) unidades com oferta para a educação infantil, 146 (cento e quarenta e seis) para o ensino fundamental, 27 (vinte e sete) para o médio, apenas 1 (uma) unidade para o ensino profissional e 6 (seis) instituições de ensino superior (IJSN, 2019), considerando unidades públicas e privadas –, alinhado aos destaques do Conselho Regional de Desenvolvimento Regional da microrregião Sudoeste Serrana – turismo e empreendedorismo rural –, buscar alternativas de educação ambiental, educação patrimonial (diversidade étnica, patrimônio cultural, patrimônio natural), educação do campo (incluindo estratégias da pedagogia da alternância), como oportunidades de melhorias.

Tratar o planejamento da educação da microrregião a partir desses critérios, estimular a revisão dos planos municipais de educação a partir de uma perspectiva totalizante, valorizando a diversidade étnica e seus conteúdos culturais – essenciais para pautar a especificidade do território e de sua população –, considerando a presença de imigrantes alemães e italianos, assim como da comunidade quilombola – como a do Córrego do Sapato, cuja ocupação abrange os limites municipais das zonas rurais de Brejetuba e Conceição de Castelo.

Nesse sentido, o aumento da taxa de natalidade de 2009 para 2019 foi de 11% para a microrregião, no entanto, o aumento de o nascimento de crianças negras saltou 176%, expressando a diversidade da população da região, fato que deve ser um dos orientadores das políticas educacionais. Portanto a escola precisa fortalecer as identidades e sentimento de pertença ao território, abarcado pela microrregião. Isso faz parte de um conjunto de ações ligados à educação patrimonial, fundamental para estimular o turismo, ao reconfigurar possíveis conflitos entre moradores locais e turistas – mapeados na pesquisa diagnóstica. Um morador consciente de sua história e apto a divulga-la, vai promover um diferencial qualitativo ao receber o visitante, principalmente os praticantes de vertentes de turismo histórico.

No relatório ES 2030, algumas demandas pensando essa singularidade territorial e populacional foram levantadas para área da educação, como: A necessidade de ampliar as escolas agrícolas; O desenvolvimento de pesquisas e geração de novos conhecimentos e tecnologias voltados aos recursos naturais (biodiversidade); Consolidar os cursos técnicos e superiores públicos; Criação de um programa de capacitação para os empreendedores; Criação de uma Universidade Estadual; Qualificar e capacitar continuadamente a mão de obra

local; Qualificar e valorizar dos profissionais ligados à educação; Universalização e qualidade da educação básica.

Para que as necessidades específicas de cada município da microrregião sejam respeitadas é necessário garantir nos planos municipais de educação investimentos para essas questões específicas como os projetos específicos como os de caráter cultural e de educação ambiental essenciais para a microrregião Sudoeste Serrana, que garantam uma mudança cultural no uso de defensivos químicos, de superação da ideia de plantio morro abaixo e de introdução de inovação e tecnologia no campo para aumento da produtividade.

Sobre isso o Plano Estadual de Educação 2015-2025 (lei 10.382 de 24 de junho de 2015), em seu Art. 2º, orienta garantir o seguinte:

> III; Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; x-promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos à diversidade e a sustentabilidade socioambiental, xi-fortalecimento, ampliação e consolidação da educação no campo.

Ainda referentes ao Plano Estadual de Educação, no que tange as metas para serem efetivadas entre 2015 e 2025, uma delas dizem o seguinte:

> META 2 do PEE- Universalizar o Ensino Fundamental de 9 anos para toda a população de 6 a 14 anos e garantir que, pelo menos, 95% dos estudantes concluam esta etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PEE.

Portanto a aspiração é que a escola seja um ambiente agregador e disseminador da cultura local e promova o fortalecimento das potencialidades populacionais. A articulação e parceria entre os municípios da região na oferta do ensino que tem relação com seu potencial populacional e econômico. O necessário planejamento e flexibilidade no período de matricula nas escolas devido a sazonalidade enfrentada pelos trabalhadores e suas famílias que dependem da produção agrícola, da colheita, assim como a especificidade de considerar ser uma região de forte potencial agropecuário e com grande apelo ambiental.

4.3 Erradicação do Analfabetismo e Ampliação dos Anos de Estudo com Qualidade Reconhecida

Diretriz: Promover políticas que viabilizem a erradicação do analfabetismo e a ampliação de anos de estudos, com educação de qualidade, superando desigualdades regionais no que se refere a escolarização.

Segundo o relatório ES 2030, de 2000 a 2010, todos os municípios do sudoeste serrano diminuíram a taxa de analfabetismo, levando a região a uma redução de 2,83 pontos percentuais em sua taxa. O município de Venda Nova do Imigrante apresentou a menor taxa, com 7,7%, e Brejetuba a maior, com 18,9%. Entretanto Brejetuba reduziu sua taxa em 4,49 pontos percentuais entre 2000 e 2010,

obtendo assim a maior redução de toda a microrregião Sudoeste Serrana. No entanto, mesmo tendo avanços significativos nos últimas anos, a questão do analfabetismo, a disparidade idade série e a baixa escolaridade são questões que permeiam a educação na localidade.

Dados do último Censo (2010) expõem a necessidade de fortalecer e incentivar a educação nesta microrregião com índices tão díspares. A despeito do percentual de alfabetização cerca de 88,8% são consideradas alfabetizadas, estando ainda abaixo da média estadual, de 92,5%. Em relação a população com ensino superior completo não ultrapassa a marca de 4,5%, abaixo da média do Espírito Santo e Brasil, ambos com média de 8,3%. (Censo IBGE/ SIDRA, 2010).

No Espírito Santo, a maior parte da população de 25 anos ou mais inscrita no CadÚnico possui apenas o ensino fundamental incompleto (56,5%). No estado, a parcela dessa população com o ensino médio completo é de 24,3%. Na microrregião Sudoeste Serrana reside a parcela da população inscrita no Cadastro Único com a escolaridade mais baixa, onde 70,1% possuem o fundamental incompleto. No geral, os números apresentados são baixos em todas as microrregiões do estado do ES, no que se refere aos anos de estudo por pessoa, no entanto as que apresentam as menores taxas são a Sudoeste Serrana (5,0) e o Caparaó (4,9).

Conforme diagnóstico do DRS arranjo 2, na microrregião Sudoeste Serrana a média de estudantes que não atingiram a proficiência em leitura e escrita está abaixo da média estadual, salvo no município de Brejetuba que iguala e supera a média estadual, respectivamente, para ambas competências. Em relação a proficiência em Matemática, os dados são mais preocupantes. Chama atenção o percentual registrado pelo município de Laranja da Terra e Brejetuba – o primeiro por apresentar o menor percentual (9,7%) dos que não atingiram a proficiência em matemática e o segundo pelo maior percentual, 52,5%. Em relação a esta meta, Brejetuba sinaliza através dos dados a necessidade de intervenção, apoio e investimento para a melhora da qualidade do ensino e também para redução do impacto dessas questões apresentadas nos índices de alfabetização e aumento de escolarização.

Conforme ainda o diagnóstico do DRS, entre os municípios que compõem a microrregião Sudoeste Serrana, nenhum havia atingido o percentual estabelecido pela Meta 9 do PNE até o ano de 2018, de 93,5%. Com relação a esta meta o melhor índice foi apresentado por Venda Nova do Imigrante com 91,5% de alfabetizados e o município com o menor percentual para população alfabetizada continua sendo Brejetuba com 81,1%.

Com relação a distorção idade e série, que identifica os estudantes com dois anos ou mais fora da faixa etária recomendada para cada ano/série. Todos os municípios da microrregião Sudoeste Serrana estão abaixo da média estadual para o ensino médio, que se aproxima da média brasileira de 26,2%. Conceição do Castelo é o município com o maior percentual de equiparação. Já no ensino fundamental o percentual capixaba cai para 18,7%, maior que a média nacional. Conceição do Castelo mantém o maior percentual de distorção com 20,9% e Venda Nova do Imigrante com o menor percentual, 15%.

Sobre as questões problemas levantas na presente diretriz, o Plano Estadual de Educação 2015-2025 (lei 10.382 de 24 de junho de 2015), em seu Art. 2º, orienta garantir o seguinte:

> I Erradicação do analfabetismo; II Universalização do atendimento escolar; xi-fortalecimento, ampliação e consolidação da educação no campo.

Já no que se refere ao analfabetismo o Plano Nacional de Educação (2014-2024) possui a seguinte meta:

> META 9 do PNE - Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

Diante desses dados e levando em consideração que a maior parte da população dessa microrregião reside na zona rural, considera-se que uma estratégia fundamental para esta diretriz é fomentar a Educação de Jovens e Adultos e Educação do Campo, tendo por base as aspirações destacadas pelo Conselho de Desenvolvimento Regional Sustentável – CDRS, a saber as áreas do turismo e do empreendedorismo rural. Destacada a estratégia e o conteúdo prioritário, elenca-se como pressuposto de qualidade, além de índices como o IDEB, a vinculação e mobilização de conteúdos em relação aos desafios da microrregião Central Serrana. Para isso, propor investimentos em formação continuada de professores se faz necessário.

Portanto a aspiração é universalizar a educação de qualidade, eliminar o analfabetismo e a evasão escolar, assim como melhorar a qualidade do ensino e ampliar a quantidade de anos de estudo, por meio do investimento, entre outras questões, da Educação de Jovens e Adultos, das Escolas do Campo, da formação de professores, incluindo também a mobilização da comunidade para fortalecimento da cultura escolar.

4.4 Promoção da Cultura da Diversidade e Valorização dos Povos e o Território

Diretriz: Fomentar políticas afirmativas transversais (geração de renda, acesso à terra, educação, assistência social, direitos humanos, saúde, cultura) com destaque para as relações geracionais, de gênero, étnico raciais e atenção às populações tradicionais e às pessoas com deficiência fortalecendo a identidade local e territorial.

A microrregião do Sudoeste Serrana possui peculiaridades quanto a sua população, mas tem fragilidade quanto as políticas afirmativas que sustentem e desenvolvam essas potencialidades, sendo elas restritas a política de Assistência social. São diversas as questões, seguem elencadas algumas para deixar explícita

a necessidade de considerar as especificidades não somente das populações como também do território que conta com parque estadual, belezas naturais que são atrativos turísticos, e precisam ser consideradas ao planejar políticas públicas de forma sustentável, intersetorial e pensando a população integralmente. Como por exemplo o potencial agropecuário, as expressões culturais do povo negro, a presença de quilombo, os imigrantes, entre outras questões já pontuadas em diretrizes anteriores.

A microrregião Sudoeste Serrana é atravessada em quase toda sua extensão pela rota turística, Região Montanhas Capixabas, exceto pela exclusão de Laranja da Terra. Os municípios com maior destaque são Venda Nova do Imigrante e Domingos Martins reconhecidos pela oferta de atividades ligadas às características culturais do processo de colonização, roteiro gastronômico, turismo de aventura e agroturismo. Esta rota garante 5,0% da geração de empregos formais, estando atrás apenas da Região Metropolitana e Região dos Vales e do Café com 5,2% e 6,0%, respectivamente. (IJSN, 2020) Uma potencialidade da região que se torna demanda da população é a consideração da Pedra Azul como patrimônio da humanidade pela UNESCO.

Segundo o relatório DRS na microrregião Sudoeste Serrana, há uma invisibilização da população negra. Como a região é de população de maioria branca devido a colonização italiana e alemã, muitos acreditam que negros não existem na região, reforçando uma hostilidade com as pessoas negras e sobretudo com as mulheres negras. Esse fato é reforçado pela discrepância racial no âmbito da agricultura, em relação a propriedade privada e a posse. A predominância de proprietários de terra de cor branca, seguida pelos pardos, negros, amarelos e por último indígenas, revela fazes dessa configuração populacional. Os brancos são donos de aproximadamente 79% de todas as terras da microrregião. O processo de exclusão da posse de terra é um reflexo do racismo estrutural arquitetado no país ao longo dos últimos séculos e está presente também nesta microrregião.

No entanto essa situação tem sofrido mudanças tanto pela pressão do povo negro quanto pelo próprio aumento populacional, já que o total de nascimentos em 2009 e 2019 na microrregião Sudoeste Serrana, saiu de 1.813 nascimentos para 2.007 – um aumento de 11%. Enquanto isso, o nascimento de crianças pretas saltou 176%, saindo de 33 para 91 nascimentos. Destaque para o crescimento em Brejetuba, que sai de 4 nascimentos em 2009 para 23 em 2019. Esses índices podem ser resultado já de uma mudança social e da população negra, resultado das apropriações da identidade étnico-racial.

Com relação aos papéis de gênero, conforme o diagnóstico do DRS, eles estão bem definidos e engessados nesse território, naturalizados e com pouco olhar por parte do poder público, representando poucas ações e políticas no combate à violência contra a mulher. As poucas iniciativas ficam a cargo de algumas instituições, como escolas e CRAS/CREAS. Ao tratar da questão da violência de gênero, muito presente na microrregião, o Plano Estadual de assistência Social chega a levantar a seguinte pergunta “haveria maior violência entre as mulheres das regiões rurais?” ao se referir as microrregiões Sudoeste Serrana e Central Serrana.

Com relação ao trabalho a condição da ocupação revela altos percentuais de informalidade em todas as microrregiões. No estado a informalidade alcançou 70,2% da PIA ocupada. Em relação às microrregiões, as maiores taxas foram verificadas estão na microrregião Sudoeste Serrana (81,9%). A grande maioria da PIA (população em idade ativa) com 14 anos ou mais encontrava-se desocupada na microrregião Sudoeste Serrana (34,3%). A distribuição dos ocupados com 14 anos ou mais de idade (PIA ocupada), mostra que no Espírito Santo, 51,2% são do sexo masculino e 48,8% do sexo feminino. A maior participação do sexo masculino é verificada em todas as microrregiões (com exceção da microrregião Metropolitana onde a maioria é do sexo feminino). A microrregião do Caparaó é a que apresenta a maior participação de homens (64,1%), seguida da Sudoeste Serrana (59,5%) e Central Serrana (58,8%). O que reforça a necessidade de atenção a questão formativa e laboral que impacta na vida das juventudes.

Outra questão presente é a das pessoas com deficiência que conforme já tratado na diretriz 2 do eixo social, precisam de atenção especial referente a educação, já que não estão inseridos integralmente no sistema de ensino. A microrregião sudoeste serrana também é uma das regiões que tem menos idosos que recebem o BPC, com somente 0,28 da população.

Nesse sentido a aspiração para orientação dessa diretriz é a construção de uma sociedade que reconheça e respeite a diversidade de corpo, cor, raça-etnia, gênero, religiosa, geracional, por meio da ampliação da oferta de políticas afirmativas em diferentes áreas (de emprego e a geração de renda, cultura, educação, acesso a terra). Assim como a valorização do ecossistema em que sua população está inserida promovendo a vida, convivência social e também o desenvolvendo de forma sustentável.

4.5 Desenvolvimento de Estratégias de Atenção Integral à Saúde, com a consolidação da rede de atenção e vigilância em saúde

Diretriz: Consolidar e fortalecer a rede regional de atenção e vigilância em saúde de forma intersetorial, levando em consideração o conceito ampliado de saúde que envolva aspectos sociais, econômicos, ambientais e sustentáveis.

O conceito de saúde historicamente tem sido construído e reformulado englobando aspectos de bem-estar que dizem respeito não somente a ausência de doenças, mas a qualidade de vida de forma geral. Portanto, aspectos como segurança, habitação, saneamento básico, qualidade da água, redução de índices de desigualdade, boa alimentação, mobilidade, inserção produtiva e laboral, convivência comunitária contribuem para este estado desejável a todas e todos.

Nesse sentido o Sistema Único de Saúde – SUS é referência mundial no enfrentamento dos desafios ligado à área. Sua base de dados é uma das mais complexas, completas e atuais do Brasil, já que são alimentadas na base diariamente. Alguns parâmetros são disponibilizados quase em tempo real para definição de políticas e ações públicas. Ademais, as ações de saúde da família colocam a saúde em condição privilegiada de capilaridade nas comunidades – com maior impacto nas mais socialmente vulneráveis.

Destaca-se nesse ínterim, potencializar a estrutura existente e direcioná-la para ampliar a perspectiva da intersetorialidade. Buscar complexificar o entendimento da multideterminação da condição saudável, que envolve aspectos de convivências, econômicos, sociais, culturais. Com base nesse conceito buscar, de forma multivariada, combater as doenças verificadas no território. Ter subsídios para analisar as causas da inviabilização de vidas saudáveis.

Como indicação de tratamento para doenças, o próprio Plano Estadual de Saúde convoca a pensar a saúde de modo ampliado e integrado, visto que possuem como determinantes fatores sociais que exigem estratégias intersetoriais para seu enfrentamento. Assim, o desenvolvimento econômico e humano dessas regiões, assim como a redução das desigualdades são condições fundamentais para superação desses desafios – refletir a saúde a partir da intersetorialidade –, de maneira a alcançar o futuro desenhado pelo Governo e pela Secretaria de Estado da Saúde para o estado do Espírito Santo.

A aspiração dessa diretriz é a promoção de qualidade de vida, tendo a saúde, no sentido mais ampliado, como eixo central. Com garantia de dignidade de habitação, educação, trabalho, água potável, saneamento básico, segurança alimentar e nutricional, coleta de lixo regular, convivência familiar e comunitária com proteção, atendimento as necessidades causadas por doenças tanto em sua prevenção quanto no tratamento que envolve diversas especialidades.

Referências Bibliográficas do Eixo Social

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. LEI N° 13.005/2014. Brasília: 2014.

ESPÍRITO SANTO. **Lei 3.631/2017**, Esta lei pode ser consultada integralmente em: < https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/pdf%20e%20Arquivos/10631-INSTITUI%20O%20PACTO%20PELA%20APRENDIZAGEM%20NO%20ESP%C3%8DRITO%20SANTO.pdf>. Acesso em 08 de novembro de 2020.

ESPÍRITO SANTO. **Plano de desenvolvimento do Estado do Espírito Santo - 2030**. Vitória, ES: Governo do Estado do Espírito Santo, 2013. v. 1.S

ESPÍRITO SANTO. **Plano Diretor de Regionalização da Saúde 2011-2021**. Vitória: 2011.

ESPÍRITO SANTO. **Plano Estadual de Assistência Social 2019-2023.** RESOLUÇÃO CEAS/ES N° 449ª, de 15 de outubro de 2019. Vitória: 2019.

ESPÍRITO SANTO. **Plano Estadual de Educação 2015-2025**. Lei 10.382 de 25 de julho de 2015. Vitória: 2015.

ESPÍRITO SANTO. **Programa Busca Ativa Escolar**, disponível em: <https://buscaativaescolar.org.br/> Ultimo acesso em 26 de mai de 2021.

ESPÍRITO SANTO. **Relatório Lleishmaniose no ES**, disponível em: <https://saude.es.gov.br/Media/sesa/NEVE/LLEISHMANIOSES.pdf> Ultimo acesso em 06 de maio de 2021.

IJSN. **A economia do turismo no Espírito Santo. Vitória**, ES, 2020. Disponível em <TD59-Economia-do-turismo.pdf(observatoriodoturismo.es.gov.br> . Acesso em 21 de novembro de 2020.

IJSN. **Perfil da Pobreza no Espírito Santo**: famílias inscritas no Cadastro Único-IJSN, 2019. p. 46 e 66; p. 47 e p. 54.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Diagnóstico Desenvolvimento Regional Sustentável da microrregião Caparaó**. Vitória: Ifes, 2021. (mimeo).

5. Diretrizes – Eixo Econômico

Quadro 7 – Bases de dados e informações: eixo econômico

- Documentos:
  - Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2030
  - Agenda Regional Estratégica do Sul – 2011 – 2021
  - Portifólio Câmaras Técnicas: Projetos e Entregas por Microrregião – Sudoeste Serrana
  - Diagnóstico Desenvolvimento Regional Sustentável da Microrregião Sudoeste Serrana
  - Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura Capixaba (PEDEAG 3)

Fonte: Elaboração dos autores.

5.1 Valorização da Agricultura Familiar e o Desenvolvimento da Agroindústria e do Agroturismo

Diretriz: Estimular a agregação de valor aos produtos da agroindústria, fomentando a agricultura familiar e aproveitando o potencial agroturístico da região, preservando as tradições locais e os valores culturais, bem como orientando e instruindo aos pequenos produtores rurais a adquirir selo regional de origem e qualidade para seus produtos, a fim de facilitar a divulgação comercial e agregar qualidade. Consolidar uma marca regional para os produtos rurais deve ser o grande objetivo, a fim de ampliar mercados interno e externo.

Na microrregião Sudoeste Serrana, 76,4% das propriedades do setor agropecuário são categorizadas como agricultura familiar, segundo diagnóstico realizado na região (IFES, 2021, np).

Esse predomínio da agricultura familiar é fundamental para o desenvolvimento sustentável da microrregião, uma vez que possibilita uma distribuição mais justa de propriedade e renda, agregação valor sociocultural ao produto e conferência de maior qualidade de vida aos atores envolvidos nesse processo (IFES, 2021, np).

Além disso, por meio da atividade da agroindústria é possível agregar valor aos produtos agrícolas, conferindo-se caráter regional e familiar aos produtos rurais, o que contribui para o desenvolvimento sustentável das famílias e comunidades envolvidas nesses processos. Na Microrregião Sudoeste Serrana, cerca de 76,9% dos estabelecimentos voltados à produção agroindustrial são de agricultura familiar (IFES, 2021, np).

A promoção da sustentabilidade das propriedades rurais, estimulando a agregação de valor da produção agropecuária é um desafio identificado na

microrregião Sudoeste Serrana, conforme diagnóstico de desenvolvimento regional sustentável.

A agroindústria é estimulada pelo agroturismo, que é uma grande potencialidade a ser fortalecida na região, considerada o berço dessa atividade no país.

> O agroturismo estimula o desenvolvimento da agroindústria artesanal, do artesanato regional e da produção agroecológica, baseando-se em princípios como a "valorização da gastronomia local, da preservação do meio ambiente e das tradições culturais dos agricultores" (NE-APL/ES, 2007, p. 6 apud DRS Arranjo 2). Fortalecido por raízes de colonização europeia, sobretudo alemã e italiana, o agroturismo é voltado aos atrativos naturais e climatológicos, bem como à atmosfera do mundo rural (NE-APL/ES, 2007 *apud* IFES, 2021, np).

Ressalta-se a grande importância social da cadeia produtiva do agroturismo, que permite, além da diversificação e geração de empregos em distintos segmentos da sociedade, possibilita que as famílias de produtores rurais obtenham renda além das atividades de agricultura e pecuária (ROQUE, 2013; QUEDEVEZ, 2019 *apud* IFES, 2021, np). Desse modo, destaca-se que a grande sinergia entre essas cadeias produtivas contribui fortemente para o desenvolvimento regional sustentável.

Um aspecto que pode incentivar a ampliação do mercado dessas cadeias é a obtenção de selos de qualidades para os produtos rurais, buscando-se a consolidação de uma marca regional.

Diante desse contexto e a partir das estratégias elaboradas na Agenda Regional Estratégica do Sul – 2011-2021 (IJSN, 2010), estruturou-se a seguinte diretriz:

5.2 Agricultura Sustentável

Diretriz: Fortalecer a agricultura familiar promovendo maior diversificação agrícola, consolidando o zoneamento econômico ecológico, fomentando o Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Proater), além de incentivar a agroecologia e práticas ambientais inovadoras voltadas à perspectiva da economia verde inclusiva.

Produzir de forma sustentável (econômica, social e ambientalmente) é um dos desafios da agricultura capixaba é (SILVA, 2016). Galeano (2018) coloca a seguinte questão em relação a este ponto é: "Como manter a produção diante das adversidades climáticas e crise da economia e ao mesmo tempo garantir certo nível de rentabilidade ao produtor?"

Tais desafios são vivenciados na microrregião Sudoeste Serrana, cuja atividade agrícola é predominantemente familiar.

Na microrregião Sudoeste Serrana, cerca de 65% dos estabelecimentos agropecuários utilizam agrotóxicos na condução de cultivos (IFES, 2021, np). O uso de agrotóxicos afeta diretamente as dinâmicas ambientais e de saúde pública, pois os produtos químicos e os resíduos gerados podem acarretar a contaminação dos diversos recursos naturais, impactando o ambiente e todos que dependem desses recursos cultivos (IFES, 2021, np).

Além disso, poucos estabelecimentos realizam adubação orgânica na microrregião Sudoeste Serrana, representando somente 73 das mais de 12 mil propriedades agropecuárias (IFES, 2021, np).

Entretanto, a produção agroecológica representa uma potencialidade para a microrregião, segundo o diagnóstico de Desenvolvimento Regional Sustentável (IFES, 2021, np):

> A tendência é que, com a evolução dos conceitos agroecológicos e orgânicos, bem como acesso dinâmica novas tecnologias adaptadas às realidades presentes no território, haja um favorecimento dos mecanismos de produção sustentável com base agroecológica, bem como da melhoria na qualidade de vida dos agricultores e pessoas envolvidas no processo produtivo.
>
> A região Sudoeste Serrana caracteriza-se também por apresentar uma diversidade de grupos organizados de diversa natureza, e nem sempre estão associadas diretamente ao universo da produção e da propriedade, sejam elas agrícolas ou não. A vida social dos moradores e seus processos associativos diversos, sejam eles culturais, religiosos ou de origem que não se estabeleçam no contexto de processos produtivos carecem de uma maior análise e podem servir de referência para desdobramentos no contexto da própria agroecologia, visto que os mesmos têm referência direta na importância da vida comunitária e associativa. (IFES, 2021, np)

Além disso, o aumento da produtividade, da diversificação agrícola e da sustentabilidade está fortemente associado à oferta do serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER. Assim, aumentar a oferta do serviço de ATER é essencial para impulsionar o setor agropecuário.

Na microrregião Sudoeste Serrana apenas 21% das propriedades recebem algum tipo de assistência. A maior parcela dos estabelecimentos agropecuários é carente desse serviço, uma vez que não recebe orientação técnica, ou, quando existe essa assistência, ela não é realizada de modo sistemático, mas sim pontual (IFES, 2021, np). A elevada quantidade de estabelecimentos agrícolas carentes de ATER, desperta a necessidade de se planejar ações que viabilizem ampliar a oferta desses serviços a fim de melhorar a qualidade de vida da população rural (IFES, 2021, np). Desse modo, este configura-se em um dos desafios da microrregião.

Conforme o diagnóstico de Desenvolvimento Regional Sustentável (IFES, 2021, np), é relevante promover uma reestruturação da ATER, de modo que se torne

um trabalho sistemático e que abranja, além da orientação técnica, a gestão administrativa e econômica dos estabelecimentos agropecuários. Uma das razões identificadas para essa reformulação é que não é uma prática habitual entre os pequenos produtores rurais realizar controle de custos de produção, o que impacta atingir a sustentabilidade da atividade agropecuária. Adicionalmente, há uma precariedade de ATER devido ao número pequeno de técnicos disponíveis para atender e visitar as propriedades e da falta de técnicos capacitados (IFES, 2021, np).

Assim, é preciso fomentar o ATER na microrregião Sudeste Serrana, a fim de ampliar a oferta de assistência aos produtores rurais de forma sistemática para promover a produção sustentável, gestão de custos, agregação de valor, geração de renda, organização social, diversificação agropecuária, inclusão social e manejo sustentável dos recursos naturais. Adicionalmente, deve-se articular parcerias entre Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper), Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca (Seag), Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) e Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) para oferecer uma assistência mais especializada e aderente à economia regional.

Ressalta-se também nessa discussão o conceito economia verde. A Economia Verde é definida pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (*United Nations Environment Programme* - UNEP) como "uma economia que resulta em melhoria do bem-estar da humanidade e igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz os riscos ambientais e a escassez ecológica". Esse conceito evoluiu para Economia Verde Inclusiva, que abrange os seguintes aspectos: baixa emissão de carbono; produção limpa e eficiente; e inclusão no consumo e nos resultados. Trata-se de uma economia baseada em "compartilhamento, circularidade, colaboração, solidariedade, resiliência, oportunidade e interdependência" (UNEP, 2021). Tal abordagem foca não apenas na geração de emprego e renda, mas também no ambiente, na saúde e no futuro. A Economia Verde Inclusiva é um caminho para "alcançar o desenvolvimento sustentável, erradicando a pobreza e, ao mesmo tempo, respeitando os limites ecológicos que sustentam a saúde, o bem-estar e o desenvolvimento humanos (UNEP, 2021).

A partir desse contexto, apresenta-se uma diretriz voltada à agricultura sustentável, que deve ter como pilares a economia verde inclusiva, as práticas agroecológicas, a diversificação produtiva e o fomento ao Proater.

5.3 Fortalecimento da Cadeia de Cafés Especiais

Diretriz: Fortalecer a cadeia de cafés especiais, focando-se na utilização da indicação geográfica (IG) obtida para divulgar a marca Montanhas Capixabas para o mundo e transformar isso, de fato, em valor para o produtor e para a região; na identificação dos produtores rurais que estão aptos a receber o selo regional e na orientação para atender aos critérios exigidos; na integração e coordenação entre a rede de atores envolvidos, garantindo força e qualificação

aos pequenos produtores rurais; e na consolidação e diversificação dos canais de distribuição.

A cadeia produtiva de cafés especiais é uma das potencialidades da microrregião Sudoeste Serrana, conforme o diagnóstico de Desenvolvimento Regional Sustentável (IFES, 2021, np). Por isso, é significativo uma diretriz que contribua para otimizar esse ponto forte da região.

Na microrregião Sudoeste Serrana, na cafeicultura há o predomínio da agricultura familiar e tem-se buscado o caminho da agregação de valor nessa cadeia produtiva por meio dos cafés especiais (IFES, 2021, np).

No que se refere à agregação de valor, o Café das Montanhas do Espírito Santo conquistou o registro de Indicação Geográfica (IG) na categoria de Denominação de Origem (DO) concedido pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) em 04 de maio de 2021 (INCAPER, 2021). Tal IG abrange os cafés produzidos nos municípios de Afonso Cláudio, Alfredo Chaves, Brejetuba, Castelo, Conceição do Castelo, Domingos Martins, Iconha, Itaguaçu, Itarana, Marechal Floriano, Rio Novo do Sul, Santa Maria de Jetibá, Santa Teresa, Santa Leopoldina, Vargem Alta e Venda Nova do Imigrante (INCAPER, 2021). Ou seja, contempla seis dos sete municípios da microrregião Sudoeste Serrana (apenas o município de Laranja da Terra não está incluso). O registro dessa IG viabiliza "promover a sustentabilidade e a competitividade da atividade cafeeira, além de fortalecer o território e levar benefícios econômicos para os habitantes da região" (INCAPER, 2021).

Essa IG contribui para promover a microrregião Sudoeste Serrana no cenário nacional e internacional.

> Espera-se que com a Indicação Geográfica, na modalidade Denominação de Origem, exista a possibilidade de promover a região das Montanhas do Espírito Santo, conduzindo-a no rumo da trajetória da sustentabilidade socioeconômica de toda a população, fundamentada na cafeicultura ecologicamente adequada aos estratos ambientais, fazendo com que suas relações comerciais sejam de muita prosperidade. (INCAPER, 2021)

A proposta de valorizar a cafeicultura na região também é contemplado na Agenda Estratégica Regional Sul: 2011 – 2021 (IJSN, 2010), o que ressalta a importância de uma diretriz nesse sentido.

5.4 Fortalecimento de Mecanismos Financeiros de Interesse Socioeconômico Local

Diretriz: Criar e fortalecer instrumentos que permitam, no âmbito financeiro, fomentar as atividades econômicas regionais. Introduzir mecanismos para baratear crédito, facilitar acesso ao Pronaf e programas semelhantes e incentivar a criação de um banco comunitário de desenvolvimento regional,

que deve ser estruturado em rede, com natureza associativa e comunitária, na perspectiva da economia solidária.

O acesso ao crédito permite aos produtores rurais realizar investimentos em equipamentos e recursos tecnológicos que viabilizam o aumento de produtividade e uma produção mais sustentável.

Na microrregião Sudoeste Serrana, somente 12,8% das propriedades agropecuárias conseguiram obter acesso ao crédito rural, o que indica que está limitado a poucos produtores rurais (IFES, 2021, np). Isso acaba restringindo o desenvolvimento do setor agropecuário, uma vez que a falta de investimentos limita a produtividade, a qualidade e o alcance da sustentabilidade.

Entre as opções existentes para obtenção de crédito rural, o principal é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), criado em 1995, que oferece:

> Financiamento para custeio e investimentos em implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, visando à geração de renda e à melhora do uso da mão de obra familiar (BNDES, 2021).

No diagnóstico de Desenvolvimento Regional Sustentável (IFES, 2021, np) observou-se que o acesso às linhas de financiamento de crédito ocorre sobretudo pelo PRONAF, mas houve falta de dinheiro para o crédito.

Além disso, existem proposições de instrumentos para fomentar a atividade econômica na Agenda Estratégica Regional Sul: 2011 – 2021 (IJSN, 2010). Com base nesses aspectos e considerando-se também a perspectiva da economia solidária com uma alternativa ao enfrentamento de desigualdades sociais e resposta à crise econômica e de emprego, que foi agravada pela pandemia do novo coronavírus, elaborou-se a seguinte diretriz:

5.5 Fortalecimento do Setor Turístico

Diretriz: Articular e implementar plano turístico regional que possibilite fortalecer a marca Montanhas Capixabas e divulgar a região como destino estruturado, contemplando uma gestão compartilhada; a estruturação e ampliação de roteiros turísticos integrados na região; o fortalecimento da região como polo gastronômico; a elaboração de plano de mídia e a realização de feiras e eventos, de modo a promover os produtos e serviços regionais e divulgar o potencial turístico da região.

A partir do diagnóstico de Desenvolvimento Regional Sustentável (IFES, 2021, np), um dos desafios na microrregião Sudoeste Serrana é promover o turismo.

Na microrregião Sudoeste Serrana, o agroturismo é uma atividade consolidada, sendo um dos pontos fortes da região. Essa cadeia produtiva conta com empreendimentos de estrutura familiar e tem se expandido para além do agroturismo de visitação, tornando-se também agroturismo de produção, o qual utiliza as feiras realizadas nos municípios de várias regiões como canal de comercialização e divulgação de produtos, culminando com a atração de turistas (IFES, 2021, np).

Trata-se de uma cadeia que vende uma história e não somente um produto. Além disso, a existência de belezas naturais associadas às propriedades rurais e às tradições culturais é o que torna o ambiente atrativo para os turistas (IFES, 2021, np).

Adicionalmente, a cadeia produtiva do agroturismo está fortemente relacionada com a oferta de produtos típicos da região, o que "caracteriza a identidade local e pode viabilizar a obtenção do status de indicação geográfica (IG), tornando o destino mais atrativo e diferenciado" (SEBRAE, 2010 *apud* IFES, 2021, np). Na microrregião Sudoeste Serrana destaca-se a IG do produto socol e a IG do Café das Montanhas do Espírito Santo. Além disso, há uma grande sinergia que a cadeia agroturística possui com outras cadeias, podendo ampliar seu potencial de atração e, por consequência, a renda dos produtores rurais.

Outros nichos turísticos, como ecoturismo e turismo de aventura, também têm grande oportunidade de desenvolvimento na região, dada a riqueza de recursos naturais da região, com destaque para o Parque Estadual da Pedra Azul. Ademais, constituem potencialidades a ampliação e diversificação de roteiros turísticos, incluindo atividades como cicloturismo e observação de fauna e flora, além de combinar atrativos de diversos municípios, construindo roteiros integrados. Também é uma oportunidade a realização de feiras e eventos para a promoção de produtos regionais e eventual aumento de negócios em outras cadeias produtivas que possuem sinergia com a cadeia turística, como é o caso das cadeias de cafés especiais e de fruticultura.

Ressalta-se que há um projeto de promoção de destino turístico, segundo Portfólio de Câmaras técnicas da microrregião Sudoeste Serrana (ESPÍRITO SANTO, 2020), que está em elaboração pela SETUR, para atender demandas da microrregião Sudoeste Serrana, destacando a importância dessa cadeia produtiva na região.

Outrossim, a existência de uma instância de governança regional do turismo na microrregião Sudoeste Serrana, no modelo *Convention*, constitui um ponto forte. Porém, deve-se fortalecer, no âmbito do turismo, a gestão compartilhada, a criação de roteiros de experiência e a elaboração de planos de mídia para divulgar a região.

Assim, com base nessas potencialidades e oportunidades de melhoria, sugere-se como diretriz:

5.6 Criação de Identidade Turística

Diretriz: Criar identidade turística para todos os municípios da microrregião, a partir da identificação da oferta turística por município, catalogando, além dos empreendimentos, as belezas paisagísticas e culturais de cada local; da valorização dos produtos regionais, incentivando e orientando aos produtores aos rurais sobre a legislação pertinente à obtenção dos selos de qualidade como forma de agregar valor ao produto; e da sensibilização da população em relação à cultura e ao patrimônio histórico e geográfico locais.

Um dos desafios colocados para a microrregião Sudoeste Serrana no diagnóstico de Desenvolvimento Regional Sustentável é a necessidade de criação de identidade turística para todos os municípios da microrregião.

Trata-se de um aspecto considerado fundamental para impulsionar o desenvolvimento regional sustentável (IFES, 2021, np):

> [...] na microrregião Sudoeste Serrana, estimula-se a busca por design cultural de cada local, pois, dessa forma, cada propriedade terá sua identidade. Assim, não há concorrência, pois as histórias e tradições são distintas. Esse diferencial é o que define o negócio e o torna atrativo. Isso é essencial para que a cadeia seja sustentável.

Embora os municípios de Domingos Martins e Venda Nova do Imigrante tenham uma identidade turística bem definida, os demais municípios ainda necessitam estruturá-la para que se possa conhecer as distintas realidades e determinar os pontos fortes, fortalecendo, assim, o turismo regional (IFES, 2021, np).

Para isso, é necessário mapear o setor turístico de cada município, segmentando as atividades características do turismo. Apesar de existirem iniciativas conduzidas pelo Montanhas Capixabas Convention & Visitors Bureau, entidade que representa a instância de governança regional do turismo na microrregião Sudoeste Serrana, a fim de mapear a oferta de serviços turísticos da região turística das montanhas, cadastrando os empreendimentos e divulgando-os por meio de plataforma unificada, ainda há lacuna de dados.

Um dos caminhos para criar uma identidade é estimular a agregação de valor aos produtos rurais para obtenção de selos de qualidade e indicação geográfica. Outro aspecto importante é incentivar a valorização da cultura e tradição locais por parte da população.

5.7 Diversificação dos Canais de Comercialização das Várias Cadeias Produtivas

Diretriz: Diversificar e ampliar os canais de comercialização dos produtos e serviços regionais, contemplando o fortalecimento da aquisição institucional da produção agrícola local, que abrange as políticas públicas e programas

governamentais, com destaque para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), priorizando a agricultura familiar; a criação de entrepostos locais de comercialização, a fim de mitigar o papel dos atravessadores e facilitar o escoamento e comercialização de produtos provenientes de pequenos produtores e da agricultura familiar; a promoção de canais de comercialização mais curtos (vendas diretas), a partir da criação ou fortalecimento de plataformas e aplicativos para a promoção de vendas online dos produtos e serviços das diversas cadeias produtivas.

Segundo diagnóstico de Desenvolvimento Regional Sustentável (IFES, 2021, np), ampliar o mercado consumidor de produtos e serviços regionais é um dos modos de promover o desenvolvimento regional sustentável. Um caminho para atingir esse objetivo é diversificar e ampliar os canais de distribuição.

Um dos desafios pontuados para a microrregião Sudoeste Serrana é a comercialização dos produtos agrícolas realizada por intermédio de atravessadores (INCAPER, 2011), uma vez que as cadeias de venda mais curtas garantem melhor receita ao produtor rural (QUEDEVEZ, 2020).

A Agenda Regional Estratégica do Sul – 2011-2021 e o plano ES2030 contemplaram esse aspecto, contudo, principalmente após a crise sanitária ocasionada pelo novo coronavírus, percebeu-se a importância dos canais de venda online.

A pandemia impactou várias cadeias produtivas da microrregião Sudoeste Serrana, sobretudo aquelas relacionadas ao turismo e à agricultura.

De forma geral, as cadeias produtivas da região passaram por um processo de reinvenção, com o surgimento e/ou fortalecimento de um canal de distribuição direto. A criação de feiras online, com o apoio do Sebrae/ES e de páginas na internet para divulgação e venda dos serviços turísticos constituem exemplos de ações nesse sentido (IFES, 2021, np).

Ademais, a localização central da microrregião Sudoeste Serrana e sua conexão com a região metropolitana consiste em um ponto forte que pode contribuir para potencializar as vendas online.

Porém, o funcionamento desse canal fica condicionado à infraestrutura de comunicação na região, que é precária.

5.8 Desenvolvimento de Inovação e Tecnologias Sociais

Diretriz: Desenvolver e fomentar redes de CT&I integradas com as potencialidades regionais, incentivando desenvolvimento de projetos e iniciativas de tecnologia social, estimulando a cooperação e integração entre as instituições de ensino técnico e superior presentes na região, empresas capixabas e instituições de fomento para produção de soluções inovadoras que atendam às necessidades das demandas e oportunidades dos mercados e

contemplem a inclusão de segmentos populacionais invisibilizados, gerando renda e inserção na estrutura produtiva.

São desafios para a agricultura capixaba: a redução de riscos na produção (clima, pragas, etc); aumentar os níveis de produtividade e qualidade; reduzir os desníveis tecnológicos locais e regionais e ampliar o uso da mecanização rural (SILVA et al., 2016).

Um dos modos de atuar sobre esse desafio é através de inovação e tecnologia, que constituem fatores potenciais para impulsionar o desenvolvimento regional.

A região Sudoeste Serrana conta com a presença instituições de ensino técnico e superior em seu território, o que é uma potencialidade. Portanto, com o intuito de atender às demandas regionais e produzir soluções inovadoras e inclusivas, deve-se incentivar a formação de uma rede colaborativa que contemple instituições de ensino e empresas.

Nesse sentido, há o conceito de Tecnologias Sociais, as quais se propõem a atuar sobre problemas sociais, sendo de baixo custo, sustentável e replicável (UFF, 2021).

Assim, considerando-se que o potencial educacional da região pode impulsionar as atividades econômicas e, paralelamente, contribuir para a redução de desigualdades e da pobreza, dando suporte e visibilidade aos segmentos populacionais excluídos, sugere-se essa diretriz que visa fomentar redes de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), buscando soluções de tecnologias sociais para atingir o desenvolvimento regional sustentável.

5.9 Adensamento de Cadeias Produtivas

Diretriz: Fortalecer e adensar as cadeias produtivas, promovendo o associativismo e cooperativismo entre os elos; ampliando a sinergia e integração com outras cadeias; fomentando o uso de práticas agrícolas sustentáveis e a produção orgânica ou agroecológica; buscando a melhoria da qualidade da produção; estimulando a agregação de valor e ampliando a inserção competitiva de produtos e serviços nos mercados nacionais e internacionais, propiciando geração de emprego e renda.

O Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2030 (ESPÍRITO SANTO, 2013) coloca como um dos desafios da microrregião Sudoeste Serrana o adensamento de suas cadeias produtivas a fim de obter escala de produção para atender a mercados maiores e mais exigentes.

Trata-se de uma região em que, além das cadeias produtivas do café e do agroturismo, sobressaem-se as cadeias da fruticultura e olericultura.

Uma das formas para adensar as cadeias produtivas é por meio de incentivo ao associativismo e cooperativismo, que permitem a organização coletiva dos pequenos produtores, propiciando economias de escala, ganhos de produtividade, maior poder de barganha, compartilhamento de recursos e tecnologias, otimização de custos, facilidade de comercialização, melhor gestão

para os pequenos produtores, inserção em novos mercados e aumento de competitividade (IJSN, 2010). Assim, representam elementos-chave para alcançar o desenvolvimento regional sustentável.

De acordo com o diagnóstico de Desenvolvimento Regional Sustentável (IFES, 2021, np), apesar de na microrregião Sudoeste Serrana existir uma quantidade significativa de associações, sindicatos e outros mecanismos de organização social que abrangem agricultores e outros empresários relacionados às várias cadeias produtivas, a maioria dos produtores rurais (73,5%) não participa de nenhuma organização. Tal aspecto dificulta a evolução de modelos sustentáveis e a dinamização dos processos produtivos.

Diante desse contexto, percebe-se a necessidade de se promover maior incentivo para participação em cooperativas na microrregião Sudoeste Serrana, objetivando um desenvolvimento fundado na coletividade.

No que diz respeito à cadeia de fruticultura, conforme Quedevez (2019), há potencial para exportação. O Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura Capixaba (PEDEAG 3) (SEAG, 2016), apresentou diretrizes para cadeias de fruticultura capixabas. Apresenta-se a seguir aquelas consideradas prioritárias para as cadeias de tangerina, banana, uva e morango (culturas mais significativas na microrregião Sudoeste Serrana): o adensamento da cadeia de valor, para qual deve-se adotar a estratégia de associativismo e cooperativismo, a fim de melhorar beneficiamento e comercialização; a melhoria de volume de produção, alcançada por meio de aumento de áreas de cultivo, de produtores e melhorias genéticas; a melhoria de qualidade da produção; e intensificação da produção sustentável, obtida por meio da ampliação do uso de práticas agrícolas sustentáveis e a produção orgânica ou agroecológica.

No que se refere à cadeia produtiva da olericultura, o PEDEAG 3 (SEAG, 2016, p. 153), traz as seguintes como diretrizes prioritárias no cenário capixaba: melhoria da qualidade de produção, alcançada por meio da melhoria da sanidade vegetal e segurança alimentar dos produtos agrícolas; intensificação da produção sustentável, obtida a partir do fomento de boas práticas de produção e uso racional de recursos naturais; e agregação de valor da produção do agronegócio, para a qual sugere-se adotar a estratégia de obter certificados de produção, desenvolver marcas e produtos processados e industrializados. Apesar de o adensamento dessa cadeia produtiva não configurar entre as diretrizes mais prioritárias, também é considerado na análise.

Um dos desafios apontados na microrregião Sudoeste Serrana, que está ao uso de práticas agrícolas mais sustentáveis, é industrializar as sobras da olericultura e reduzir as perdas (DRS Arranjo 2, 2020).

Analisando-se as diretrizes listadas pelo PEDEAG 3 (SEAG, 2016) nas cadeias de fruticultura e olericultura, tem-se os seguintes pontos em comum: intensificação da produção sustentável e melhoria de qualidade.

Em relação às cadeias de cafeicultura e de agroturismo, suas oportunidades e desafios foram pontuados em outras diretrizes. Contudo, consiste em um desafio comum, entre as cadeias da região, o seu adensamento e fortalecimento.

Com base nesses pontos e naqueles levantados pelo ES2030, elaborou-se uma diretriz com o objetivo de fortalecer as cadeias produtivas, visando maior inserção em diversos mercados e aumento de competitividade.

Referências Bibliográficas do Eixo Econômico

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO – BNDES. **Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf>. Acesso em: 05 de maio de 2021.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2030** - ES2030. Vitória, 2013. 15 v.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Economia e Planejamento. **Portfólio Câmaras Técnicas: Projetos e Entregas por Microrregião**. 2020.

GALEANO, E. A. V.; MORATTI, D. G.; CADE, A. M. E.; BARRO, F. L. de S. Valor bruto da produção de 2017 e atualização das estimativas para a produção agrícola de 2018. **Boletim da Conjuntura Agropecuária Capixaba**, Vitória, Incaper, v. 4, n. 15, p. 3-15, 2018. Disponível em: < https://biblioteca.incaper.es.gov.br/digital/bitstream/123456789/3287/1/Boletimdaconjunturaagroecuaria-v4-n15-2018.pdf> Acesso em 20 de outubro de 2020.

INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - Incaper. **Selo de Indicação Geográfica é concedido ao Café Montanhas do Espírito Santo**. Disponível: <https://incaper.es.gov.br/Not%C3%ADcia/selo-de-indicacao-geografica-e-concedido-ao-cafe-montanhas-do-espirito-santo>. Acesso em 07 de maio de 2021.

INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. Programa de assistência técnica e extensão rural - Proater. **Planejamento e programação de ações** (Afonso Cláudio). Cariacica, 2011.

_____. Programa de assistência técnica e extensão rural - Proater. **Planejamento e programação de ações** (Brejetuba). Cariacica, 2011.

_____. Programa de assistência técnica e extensão rural - Proater. **Planejamento e programação de ações** (Conceição de Castelo). Cariacica, 2011.

_____. Programa de assistência técnica e extensão rural - Proater. **Planejamento e programação de ações** (Domingos Martins). Cariacica, 2011.

_____. Programa de assistência técnica e extensão rural - Proater. **Planejamento e programação de ações** (Laranja da Terra). Cariacica, 2011.

_____. Programa de assistência técnica e extensão rural - Proater. **Planejamento e programação de ações** (Marechal Floriano). Cariacica, 2011.

_____. Programa de assistência técnica e extensão rural - Proater. **Planejamento e programação de ações** (Venda Nova do Imigrante). Cariacica, 2011.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Diagnóstico Desenvolvimento Regional Sustentável da Microrregião Sudoeste Serrana**. Vitória: Ifes, 2021. (*mimeo*)

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Agenda Regional Estratégica do Sul** – 2011-2021. Vitória, ES, 2010.

NE-APL/ES. **Plano de Desenvolvimento do APL de Agroturismo**. Vitória: Secretaria de Desenvolvimento-Governo do Estado do Espírito Santo, 2007.

ROQUE, Andreia. **Estudo preliminar da cadeia produtiva turismo rural Brasil**. IICA Brasil - Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura: Brasília, 2013.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS MICROEMPRESAS - SEBRAE. **Turismo no Brasil**: Termo de referência para a atuação do Sistema SEBRAE. Brasília, 2010.

SEAG – Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca. **Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura Capixaba** (PEDEAG 3). 2016. Disponível em: <https://seag.es.gov.br/Media/seag/Documentos/PEDEAG_Completo_sem%20ficha%20t%C3%A9cnica%20(1).pdf>. Acesso em 08 de julho de 2020.

SILVA, Antonio Elias Souza da; COSTA, Enio Bergoli da; DADALTO, Gilmar Gusmão; LOSS, Wolmar Roque. Síntese da evolução da agricultura capixaba. IN: DADALTO, Gilmar Gusmão et al. (editores)**Transformações da agricultura capixaba: 50 anos**. Vitória, ES : Cedagro; Incaper; Seag, 2016. 128p.

QUEDEVEZ, K. **Anuário do agronegócio capixaba**. Vitória, ES: Contexto Consultoria e Projetos Eireli, 2019. Disponível em: <http://biblioteca.incaper.es.gov.br/digital/handle/123456789/3951>. Acesso em 25 de outubro de 2020.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME – UNEP. **Why does green economy matter?** Disponível em: <https://www.unep.org/explore-topics/green-economy/why-does-green-economy-matter>. Acesso em: 05 de maio de 2021.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME – UNEP. **What is an "Inclusive Green Economy"?** Disponível em: < https://www.unep.org/explore-topics/green-economy/why-does-green-economy-matter/what-inclusive-green-economy>. Acesso em: 05 de maio de 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – UFF. **O que são Tecnologias Sociais?** Disponível em: <http://tecnologiasocial.sites.uff.br/o-que-sao-tecnologias-sociais/>. Acesso em 07 de maio de 2021.

6. Diretrizes – Eixo Ambiental

Quadro 7 – Bases de dados e informações: eixo ambiental

- Documentos:
  - Plano de bacias hidrográficas. CBH Rio Itapemirim
  - Plano de bacias hidrográficas. CBH Rio Itabapoana
  - Plano de Bacias Hidrográfica. CBH Rio Santa Maria da Vitória e Jucu
  - Plano Estadual de Resíduos Sólidos
  - Programa Estadual de Educação Ambiental

Fonte: Elaboração dos autores.

6.1 Promoção do Acesso Universal e Equitativo à Água Potável

Diretriz: Alcançar o acesso universal e equitativo à água potável e segura para todos, uma vez que uma parcela da população não é atendida, para tanto ampliar e modernizar a rede de distribuição e de monitoramento quali-quantitativo das águas superficiais e subterrâneas, assegurando retiradas sustentáveis de água dos aquíferos para enfrentar períodos de escassez hídrica, controlando de forma mais eficiente a emissão de outorga que garante o direito de uso da água visto que este instrumento da política regulariza o uso dos recursos hídricos permitindo um maior controle do balanço hídrico na microrregião, assim promovendo o uso eficiente dos recursos hídricos.

A universalização do acesso ao serviço de abastecimento público de água é um objetivo legítimo das políticas públicas porque tem impactos importantes sobre a saúde, o ambiente e a cidadania (GALVÃO JÚNIOR, 2009). Assim, é um dos objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) garantir a disponibilidade e o manejo sustentável da água para todos, mas não é apenas uma questão de acessibilidade técnica, diz respeito à política democrática (CASTRO, 2016).

O acesso ao serviço de abastecimento de água é condição necessária à dignidade da pessoa humana e à sua sobrevivência (GALVÃO JÚNIOR, 2009). Entretanto, contrariamente ao preconizado no ODS, a água não está sendo utilizada de maneira racional (DUTRA, 2018).

O serviço de abastecimento público de água, dentre seus diferentes usos, é considerado o mais nobre e prioritário, uma vez que a sobrevivência da população humana está diretamente relacionada com a água, presente nas atividades de preparo de alimentos, higienização e dessedentação (BRAGA et al., 2005). Recurso natural limitado, dotado de valor econômico (BRASIL, 1997), a água é essencial para a manutenção da vida e dos processos biológicos. Nesse sentido, assegurar a todos, acesso à água potável, tanto em quantidade como qualidade, é fundamental para a sustentabilidade da microrregião.

A ampliação do atendimento populacional da rede de distribuição de água é um anseio da população a Microrregião Sudoeste Serrana, visto que o índice médio de abastecimento de água pela rede pública é baixo, apenas 45% da população é atendida por este serviço básico essencial (IJSN, 2019). Um dos fatores que podem explicar o déficit dos serviços de água é a fragmentação das políticas públicas e a carência de instrumentos de regulação (GALVÃO JÚNIOR, 2009). Associado a isso, a alta perda de água na distribuição e o baixo tratamento de esgoto comprometem a sustentabilidade dos recursos hídricos (DUTRA, 2018).

A ampliação do sistema de distribuição deve estar associada a estratégias para reduzir o índice de perda, assegurando um maior atendimento à população por meio do uso racional e de uma gestão sustentável e eficiente dos recursos hídricos.

Por se tratar de uma região onde a atividade agropecuária é uma das principais atividades econômicas, além de preocupar-se com a distribuição da água, controlar os meios de captação, principalmente para irrigação no meio rural é fundamental. Dessa forma, assegurar retiradas sustentáveis de água dos aquíferos para enfrentar escassez, controlando de forma mais eficiente a emissão de outorga que garante o direito de uso da água, visto ser este o instrumento da política que regulariza o uso dos recursos hídricos, permitindo um maior controle do balanço hídrico na microrregião.

Na medida que se retira a água e a distribui para a população, monitorar os reservatórios hídricos, tanto superficiais quanto os subterrâneos, é indispensável para garantir a oferta, em quantidade e qualidade de água. Assim, ampliar e modernizar a rede de monitoramento quali-quantitativo das águas superficiais e subterrâneas, assegurando condições de representatividade geográfica e espacial na microrregião, fortalecendo a participação das comunidades locais para melhorar a gestão da água.

Dessa forma, para assegurar uma maior longevidade nesse atendimento, tanto em quantidade como em qualidade, faz-se necessário um olhar com mais atenção do ponto de vista ambiental, fortalecendo programas já estabelecidos nos planos das bacias hidrográficas da microrregião, tanto no meio urbano quanto rural.

6.2 Alcançar o Acesso Universal e Equitativo da Coleta e Tratamento do Esgoto

Diretriz: Alcançar o acesso ao saneamento adequado e equitativo para todos, reduzindo a poluição, eliminando despejo de esgoto sem tratamento no curso d'água, elevando o índice de tratamento de esgoto por meio da instalação de novas ETEs ampliando assim a rede coletora além de incentivar a população para realizar a ligação doméstica na rede coletora visando melhorar a qualidade dos recursos hídricos.

O acesso a esgoto tratado faz parte dos serviços de saneamento básico juntamente com a água, assim, também é condição necessária à dignidade da

pessoa humana, fundamental à sua sobrevivência porque tem impactos importantes sobre a saúde, o ambiente e a cidadania (GALVÃO JÚNIOR, 2009).

O índice de coleta de esgoto na Microrregião Sudoeste Serrana é muito baixo, 37% apenas (IJSN, 2019). Um dos fatores que explicam o déficit dos serviços de esgoto é a fragmentação das políticas públicas e a carência de instrumentos de regulação (GALVÃO JÚNIOR, 2009). Problemas de financiamento de longo prazo podem explicar o déficit no acesso e a baixa eficiência na prestação do serviço (DUTRA, 2018).

Nesse sentido, aumentar a coleta de esgoto dos municípios da microrregião por meio da implementação de novas redes coletoras, incentivando a população a realizar a ligação da rede doméstica na rede pública é fundamental para a sustentabilidade da microrregião.

Alcançar o acesso ao saneamento adequado e equitativo para todos, reduzindo a poluição dos recursos hídricos, eliminando despejo de esgoto sem tratamento no curso d'água, elevando o índice de tratamento de esgoto por meio da instalação de novas ETEs ampliando assim a rede coletora, além de incentivar a população para realizar a ligação doméstica na rede coletora visando melhorar a qualidade dos recursos hídricos.

No processo de gestão do saneamento, é importante estimular a participação das comunidades locais para melhorar a tomada de decisões.

6.3 Estimular a Implantação de Sistemas Sustentáveis de Produção de Alimentos

Diretriz: Estimular a implantação de sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar boas práticas agrícolas resilientes por meio de cursos de capacitação e educação ambiental para trabalhadores e produtores rurais com objetivo de adotarem medidas alternativas que promovam a redução da poluição ambiental nas bacias hidrográficas da microrregião.

A atividade agrícola na microrregião é um dos segmentos econômicos mais fortes, principalmente a agricultura de base familiar. Nesse sentido, pensar em sistemas de produção de alimentos sustentáveis é fundamental para o setor. Seguindo esse enfoque, a sustentabilidade almejada para a agricultura familiar deve ser buscada a partir de práticas educativas e projetos socioambientais que estimulem não apenas a troca de técnicas de produção, mas a transformação do conjunto de relações sociais e produtivas existentes no meio rural (MMA, 2015).

Os sistemas de produção agrícola, sejam agropecuários ou silviculturais, devem atender aos requisitos básicos da sustentabilidade, ou seja, devem ser economicamente viáveis, ambientalmente corretos e socialmente justos. Esses sistemas têm como finalidade a produção com mínimo impacto aos recursos naturais, por meio do uso racional dos insumos, respeitando a legislação trabalhista e ambiental (TRECENTI, 2009).

Como a microrregião enfrenta vários problemas relacionados ao meio ambiente como uso indiscriminado de agrotóxicos, desmatamento, queimada, degradação do solo, poluição dos cursos d'água devido lançamento de esgoto associado ao baixo índice de coleta e de tratamento, comprometem a sustentabilidade dos recursos naturais. Assim, conscientizar a população rural da necessidade de implantação de medidas alternativas para reduzir a emissão de efluentes, como fossas sépticas, evitando o lançamento diretamente dos efluentes para os cursos d'água sem tratamento contribuirá para a melhoria da qualidade da água, aumentando sua sustentabilidade.

Além disso, estimular a implantação de sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar boas práticas agrícolas resilientes por meio de cursos de capacitação para trabalhadores e produtores rurais com objetivo de adotarem medidas alternativas que promovam a redução da poluição ambiental nas bacias hidrográficas da microrregião.

Para isso, realizar cursos de capacitação de boas práticas agrícolas para os trabalhadores e produtores rurais e projetos educacionais nas escolas sobre as principais questões ambientais na microrregião. Implementar processos educacionais dialógicos e promover a formação do pensamento crítico e emancipatório nas diferentes ações do programa. Adotar a agroecologia e as práticas produtivas sustentáveis como referências para orientar o desenvolvimento rural, a produção agrossilvipastoril e a recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APPs), Reservas Legais e outras áreas degradadas, difundindo o uso de tecnologias sociais no âmbito da agricultura familiar.

6.4 Ampliar a Coleta Seletiva de Resíduos

Diretriz: Ampliar a coleta seletiva de resíduos sólidos por meio da instalação de novos pontos, tanto na parte urbana quanto rural, implementar campanhas de educação ambiental para reduzir a geração por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso dos resíduos, assegurando a participação integrada das OCRMs no gerenciamento de resíduos sólidos por meio de incentivos fiscais e financeiros para a segregação dos resíduos na fonte geradora e o desenvolvimento da coleta das diferentes frações por essas instituições. Fortalecer a participação social na gestão dos resíduos sólidos urbanos.

A atividade de reciclagem tem se estruturado como um setor econômico de relativa importância à medida que a questão dos resíduos sólidos se tornou, nos últimos anos, um dos problemas centrais em termos de planejamento urbano e gestão pública (SILVA, 2017). Nesse sentido, a cadeia de resíduos promove mudanças socioeconômicas, produtivas e socioambientais na medida em que promove a inserção de coletivos de catadores de materiais recicláveis (ALVES et al., 2013).

Os coletivos sociais formados por pessoas que integram as Organizações de Catadores de Materiais Recicláveis - OCMRs, constituem importantes agentes locais capazes de contribuir, social, econômica e ambientalmente na gestão

responsável dos resíduos sólidos. Dessa forma, fortalecer as OCMRs e instituir incentivos fiscais e financeiros para essas organizações atuarem na segregação dos resíduos na fonte geradora e desenvolver a coleta seletiva, implantando mais pontos de coleta nos municípios da microrregião.

As atividades desenvolvidas pelos catadores são importantes para o meio ambiente e para a sociedade, porém tais trabalhadores são discriminados e marginalizados pela sociedade (MORAIS e GONÇALVES, 2014).

Nesse setor de atividade, possui um papel fundamental a figura dos catadores de materiais recicláveis, que fornecem insumos básicos para a etapa de beneficiamento e transformação de materiais com a finalidade de reutilização no processo produtivo (SILVA, 2017).

A coleta de resíduos sólidos por meio dos serviços de limpeza urbana deve ser mantida pelas administrações públicas para garantir uma boa qualidade de vida. Na microrregião, 65% do lixo é coletado (IJSN, 2019), havendo um enorme passivo ambiental no tocante à gestão dos resíduos sólidos. Dessa forma, expandir a coleta de resíduos, incluindo a zona rural e estabelecer pontos de coleta seletiva e pontos para logística reversa é essencial para a manutenção do bem-estar humano. Assim, para potencializar os ganhos referentes a essa atividade, um dos principais instrumentos a serem considerados é a instalação da coleta seletiva nos municípios, envolvendo as etapas de coleta, transporte, tratamento e triagem do lixo gerado (SILVA, 2017).

Como estratégia, reduzir a geração por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso dos resíduos, ampliar a coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos por meio da instalação de novos pontos, tanto na parte urbana quanto rural, assegurando a participação integrada das OCRMs no gerenciamento de resíduos sólidos por meio de incentivos fiscais e financeiros para a segregação dos resíduos na fonte geradora e o desenvolvimento da coleta das diferentes frações por essas instituições. Fortalecer a participação social na gestão dos resíduos sólidos urbanos.

6.5 Proteger e Restaurar Ecossistemas Naturais

Diretriz: Proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, por meio da ampliação do Programa Reflorestar, aumentando as áreas de preservação dentro das áreas prioritárias por serem estas áreas de recarga de aquíferos assegurando sua função ecossistêmica de recuperação e conservação dos recursos hídricos controlando os processos erosivos e melhorando a qualidade dos recursos hídricos.

A classe de uso e ocupação do solo que ocupa maior extensão territorial na microrregião Sudoeste Serrana é a Mata Nativa (26,6%). Essas áreas estão submetidas à intensa degradação em razão da intensificação das pressões antrópicas sobre o ambiente, sendo observado uma substituição das paisagens naturais por outros usos e ocupações do solo, convertendo áreas com cobertura

florestal em fragmentos florestais, causando problemas ambientais e, em muitos casos, afetando a disponibilidade de recursos naturais importantes, como a água (EUGENIO et al., 2011). Essa condição pode ser comprovada uma vez que o segundo maior uso e ocupação do solo na microrregião é da classe de pastagem (23,7%).

Descrever o uso e ocupação do solo na microrregião é importante ferramenta de gestão para proposição de políticas públicas visando a sustentabilidade. Nesse sentido, implantar medidas de controle e preservação da vegetação e monitorar o aporte de sedimentos nos corpos hídricos é essencial para a sustentabilidade dos ecossistemas regionais.

Assim, proteger e restaurar os ecossistemas relacionados com a água, por meio do Programa Reflorestar realizando o pagamento por serviços ambientais (PSA), aumentando assim as áreas de preservação dentro das áreas prioritárias por serem estas áreas de recarga de aquíferos assegurando sua função ecossistêmica de recuperação e conservação dos recursos hídricos controlando os processos erosivos e melhorando a qualidade dos recursos hídricos.

Referências Bibliográficas do Eixo Ambiental

ALVES, Jean Carlos Machado; MEIRELES, Maria Eugênia Ferreira. **Gestão de resíduos: as possibilidades de construção de uma rede solidária entre associações de catadores de materiais recicláveis.** 2013.

BRAGA, B. et al. **Introdução à Engenharia Ambiental**: O desafio de desenvolvimento sustentável. 2ª ed., São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005, p. 77.

BRASIL. **Lei n.º 9.433**, de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9433.htm. Acesso em: 10 abr 2021.

CASTRO, José Esteban. O acesso universal à água é uma questão de democracia. 2016.

DUTRA, Joísa, SMIDERLE, Juliana Jerônimo, OLIVEIRA, Fernanda. Acesso universal à água e ao esgotamento sanitário até 2030: uma meta possível para o Brasil? **Revista Conjuntura Econômica**, v. 72, n. 4, p. 20-21, 2018.

EUGENIO, Fernando Coelho; SANTOS, Alexandre Rosa dos; LOUZADA, Franciane Lousada Rubini de Oliveira; PIMENTEL, Leonardo Bergantini; MOULIN, Janine Varanda. Identificação das áreas de preservação permanente no município de Alegre utilizando geotecnologia. **Cerne**, v. 17, n. 4, p. 563-571, 2011

GALVÃO JUNIOR, Alceu Castro. Desafios para a universalização dos serviços de água e esgoto no Brasil. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 25, p. 548-556, 2009.

IJSN - INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Nota técnica**: memória dos dados e metodologia para o panorama das microrregiões do Espírito Santo. Vitória. 2019.

Ministério do Meio Ambiente. Formação de agentes populares de educação ambiental na agricultura familiar: volume 1 – Educação ambiental e agricultura familiar no Brasil: aspectos introdutórios. Brasília: MMA, 2015.

MORAIS, Roberto Tadeu Ramos; GONÇALVES, Newton José Cavalcante. O conhecimento e sua influência na escolha pelo trabalho coletivo: estudo de caso na Rede de Catadores de Resíduos Sólidos Recicláveis do Estado do Ceará. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, v. 2, n. 2, p. 205-224, 2015.

SILVA, Sandro Pereira. A organização coletiva de catadores de material reciclável no Brasil: dilemas e potencialidades sob a ótica da economia solidária. 2017.

TRECENTI, Ronaldo. Sistemas sustentáveis de produção agrícola. Jornal Dia de Campo. 2009. Disponível em: http://diadecampo.com.br/zpublisher/materias/Materia.asp?id=20606&secao=Colunas%20Assinadas, Acesso em 07 mai 2021.

7. Diretrizes – Eixo Gestão Pública

Quadro 8 – Bases de dados e informações: gestão pública

- Documentos:
  - Política Nacional de Participação Social
  - Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019. Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal.
  - Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.
  - Constituição da República Federativa do Brasil
  - Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2030 - ES2030

Fonte: Elaboração dos autores.

7.1 Organização do Sistema de Governança Regional

Diretriz: Organizar um sistema de governança regional para a promoção do desenvolvimento sustentável fortalecendo as instâncias organizativas já existentes na região e promovendo a articulação entre os diferentes atores públicos e privados no planejamento e execução das políticas públicas no território.

Como parte das estratégias para tornar o Espírito Santo um estado "inovador, dinâmico e sustentável", o planejamento de longo prazo formalizado no Plano ES2030 aponta para a necessidade de estruturação de uma rede de desenvolvimento regional, tendo em vista os seguintes objetivos: 1) Prover as regiões de serviços públicos e privados, com o suporte de uma eficiente rede de cidades, de forma a garantir qualidade de vida a todos os seus cidadãos; 2) Dotar as regiões de infraestrutura, logística e comunicação e promover o desenvolvimento científico e tecnológico. 3) Consolidar uma rede integrada e cooperativa de modo a propiciar o desenvolvimento das potencialidades regionais (ES2030, 2013, p. 193). Isso apontou para a necessidade de consolidação de um sistema de gestão regionalizado, sendo a criação dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento um avanço importante, mas não suficiente para a concretização dessa estratégia. A institucionalização dos conselhos precisa vir acompanhada de seu funcionamento com um modelo de governança que leve em consideração a heterogeneidade das microrregiões e as experiências já existentes de articulação regional.

Dentro disso, o Conselho Regional de Desenvolvimento da microrregião Sudoeste Serrana foi instituído em 2019. Ele prevê uma composição organizativa de agentes do poder executivo municipal, poder legislativo, setor produtivo, entidades locais e demais organizações da sociedade civil. Em consonância com

o Plano Regional de Desenvolvimento ES 2030 o conselho objetiva criar um ambiente de articulação e integração de interesses das microrregiões a partir das vocações, desafios e oportunidades identificadas para cada área e buscar o desenvolvimento regional integrado de forma equilibrada e sustentável.

A microrregião Sudoeste Serrana pode ainda se valer das experiências de outras estruturas de participação e governança regional integrada. Nesse sentido, o Conselho de Desenvolvimento Regional da Sudoeste Serrana deve ser organizado buscando a construção de espaços e estruturas que fortaleçam diálogo e cooperação entre os municípios, agregando outras áreas das políticas públicas no âmbito de atuação.

A região se destaca por possuir um grande potencial paisagístico e turístico, que abre possibilidades para o desenvolvimento de atividades econômicas ligadas aos recursos naturais, além da tradição e dos costumes da população predominantemente de origem pomerana e italiana. É importante reconhecer todas essas potencialidades para serem utilizadas nos respectivos processos de planejamento tornando-os orientadores dos investimentos na região, assim como difundir os resultados já alcançados.

Indica-se ainda que essa diretriz seja cumprida de forma alinhada aos princípios democráticos enquanto garantia constitucional. Conforme o Plano de Desenvolvimento Regional 2030, faz-se necessário "articular instâncias regionais de governança, não necessariamente formais, que possam garantir alinhamentos e integração de políticas públicas e mobilização da sociedade." (ES2030, 2013, p. 145).

7.2 Gestão Democrática e Controle Social

Diretriz: Garantir participação e o controle social no planejamento e acompanhamento das políticas públicas na microrregião fortalecendo o papel dos conselhos municipais, garantindo a representatividade dos diferentes interesses nos espaços de participação e ampliando os canais de comunicação com a população.

A "participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis" (BRASIL, 1988), art. 2014) é uma garantia constitucional institucionalizada partir dos conselhos e das conferências de diversas políticas públicas. Portanto, uma gestão democrática visa assegurar a participação da sociedade civil nos processos de construção e de deliberação da política pública bem como no efetivo controle social. As conferências, conselhos e, também, os fóruns apresentam-se como espaços fecundos para dinamizar esse tipo de participação e de controle.

Atualmente, esses avanços no campo da participação e controle social, previstos constitucionalmente, estão em constante ameaça. Um exemplo dessa ameaça está figurado no fim da Política Nacional de Participação Social (PNPS) Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014, por meio do Decreto nº 9.759, de 11 de abril de

2019 que extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. Com isso, é importante fortalecer esses espaços e tornar efetiva as funções que cumprem esses mecanismos no âmbito das políticas públicas.

Além disso, no planejamento de longo prazo do estado a participação foi tomada como um conceito chave, em que se reconheceu a necessidade de governos "mais dialogados". Esse princípio orientou não apenas a elaboração da Agenda ES2030, como esteve presente de forma transversal nas estratégias estabelecidas para se alcançar a visão de futuro.

Com isso, é importante que se estimule a criação dos conselhos municipais previstos nos instrumentos que regulam as políticas públicas, assim como a realização das conferências de discussão e planejamento das políticas e audiências públicas para prestação de contas à população. Como estratégia para qualificar a participação social e consolidar os conselhos existentes podem ser organizadas formações e cursos de curta duração sobre gestão pública e controle social. Nesses espaços institucionalizados de participação social é necessário garantir a participação dos sujeitos que historicamente foram silenciados e invisibilizados no processo de formação econômica e social dos territórios como mulheres, negros, trabalhadores rurais, entre outros.

O Diagnóstico do Desenvolvimento Sustentável realizado em 2021 (IFES, 2021) mostra que não há, por exemplo, Conselho de transporte em nenhum de seus municípios. Ainda, uma média de 40% dos municípios que compõe a microrregião, não possui conselho de Meio Ambiente. Como experiência profícua de participação e controle social de políticas públicas, a área da assistência social se destaca, já que mantém o funcionamento dos respectivos conselhos municipais de assistência social em todos os municípios da microrregião (IFES, 2021).

Aos espaços institucionalizados de participação e controle social outros canais podem ser agregados principalmente os criados a partir das novas tecnologias de comunicação como as redes sociais, sites institucionais, *call center*, e-mail, entre outros.

7.3 Fortalecimento dos Instrumentos de Gestão das Políticas Públicas na Microrregião

Diretriz: Elevar a capacidade administrativa da gestão pública na região por meio da criação e consolidação dos instrumentos de planejamento, execução e acompanhamento das políticas públicas.

Desde a aprovação da Constituição Federal de 1988, a gestão pública no Brasil passou por significativas mudanças. De um lado, avançou na institucionalização das políticas públicas de diferentes áreas temáticas garantindo a realização das etapas do ciclo que envolve a gestão dessas políticas, a saber: planejamento, execução, acompanhamento e avaliação. De outro, a hegemonia do discurso do estado mínimo fundamentou reformas que ampliaram a participação da iniciativa

privada na gestão dos serviços públicos deram origem a novas estruturas institucionais. A descentralização administrativa que transferiu maiores responsabilidades para estados e municípios é outro aspecto de caracterizam as transformações que vem ocorrendo no campo da gestão das políticas públicas.

Nesse contexto, é requerida da gestão pública maior capacidade de administrar os recursos e de atender as demandas da coletividade, o que tem implicado na criação e formalização de novos instrumentos de gestão. Para municípios pequenos, adaptar-se a esse novo contexto constituiu-se um desafio que acaba dificultando o desenvolvimento regional. Portanto, o apoio de instâncias estaduais e federais torna-se fundamental para a criação da sinergia regional.

Embora a região Sudoeste Serrana seja composta por poucos municípios, o que em tese seria um fator positivo para a integração regional, há ainda um esforço a ser feito neste sentido. Os municípios isoladamente ainda registram deficiências quanto aos instrumentos básicos das políticas públicas, como por exemplo, a ausência de planos e fundos municipais que são pressupostos para o acesso e captação de determinados recursos. Há ausência de planos setoriais de mobilidade e transporte, assim como de planos diretores, em parte dos municípios que compõe a região.

Mas, a utilização desses recursos também requer agilidade e organização para que os investimentos sejam realizados e os serviços prestados de maneira eficiente e efetiva. Para dar conta desse último aspecto é preciso pessoal capacitado e com habilidade gerencial. Com isso, uma estratégia essencial é ampliar a formação dos profissionais ligados à gestão pública a partir de parcerias com instituições de ensino superior para a oferta de cursos de curta duração e de pós-graduação.

A criação de espaços para a gestão compartilhada de territórios, equipamentos e instituições reunindo tanto representantes dos diferentes âmbitos de governo, como a iniciativa privada e a sociedade civil organizada apresentam-se como uma necessidade para a região.

7.4 Fundos Públicos: um instrumento de financiamento das políticas públicas

Os fundos públicos estão dispersos por toda a administração direta e foram concebidos para agilizar a gestão e garantir recursos públicos para áreas ou setores específicos, sob a alegação de serem estratégicos aos interesses nacionais. Os fundos especiais ganharam mais importância a partir da década de 1960 e são previstos no art. 71 da Lei Federal nº 4.320/64, sendo criados para receber e distribuir recursos financeiros para a realização de atividades ou projetos específicos. (BASSI, 2019).

Um fundo especial está associado à identificação de ações e necessidade de investimentos em áreas consideradas relevantes para a coletividade, seja um setor ou uma região (SILVA e SARMENTO, 2006). Segundo Reis (1991, p.16) “os

fundos especiais são mecanismos de que a entidade governamental se utiliza para aplicar eficientemente os seus recursos e com isso efetivar a sua participação no desenvolvimento e no crescimento socioeconômico".

> "Os Fundos Especiais, dependendo do objetivo pretendido, desdobram-se em fundos de gestão de recursos financeiros (destinados exclusivamente a financiamentos de investimentos em todas as áreas de interesse da entidade); em fundos rotativos (os que são criados e destinados àqueles programas cujos resultados financeiros são reinvestidos) e em fundos de gestão de recursos financeiros e de outras naturezas (destinados à execução de programas especiais e trabalhos em setores da administração pública, tais como saúde, educação, assistência e outros). No último desdobramento de fundos, é que se tem a base de formulação para a municipalização das políticas sociais" (SILVA e SARMENTO, 2006).

No Quadro 9 apresenta-se um resumo dos principais Fundos Públicos Municipais no Estado do Espírito Santo, registrados nas últimas Pesquisas de Informações Básicas Municipais (MUNIC), realizadas pelo IBGE, nos anos 2017, 2018 e 2019 (IBGE, 2018, 2019, 2020).

Quadro 9: Resumo sobre os principais Fundos Públicos Municipais no Estado do Espírito Santo.

Fundos Municipais	Quantidade de municípios com Fundo	Fonte
Fundo Municipal de Habitação	20	MUNIC 2017– IBGE (2018)
Fundo Municipal de Transporte	5	
Fundo Municipal de Meio Ambiente	44	
Fundo Municipal de Cultura ou similar	24	MUNIC 2018 - – IBGE (2019)
Fundo Municipal de Saúde	78	
Fundo Municipal de Assistência Social	78	
Fundo Municipal de Segurança Pública	10	MUNIC 2019 – IBGE (2020)
Direitos Humanos	3	
Direitos da Criança e do Adolescente	61	
Direitos do Idosos	15	
Direitos da Pessoa com Deficiência	4	
Promoção da Igualdade Racial	-	

Fonte: Elaboração dos autores.

Os fundos especiais exigem amparo legal à sua constituição, e tem como características serem compostos de receitas específicas (vinculadas), direcionadas a finalidade específica; podem transportar o saldo ao exercício seguinte, ou seja, o superávit financeiro acumulando recursos que não foram gastos (REIS, 2008). Desta forma os fundos permitem uma flexibilização da máquina pública, mediante uma gestão descentralizada dos recursos para finalidades preestabelecidas.

Destaca-se, no entanto, que no Espírito Santos, a Lei complementar nº 947, de 27 de março de 2020, alterou a legislação de vários fundos públicos com vistas

a autorizar a reversão, ao Tesouro Estadual, do superávit financeiro de recursos vinculados a estes, sendo que os Fundos Públicos criados mais recentemente já trazem este dispositivo nas suas leis de criação. Para tanto, a Lei nº 947/2020 incluiu em 25 Leis que regulamentam Fundos Públicos Estaduais do Espírito Santo o seguinte texto padrão:

> "Parágrafo único. O superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do [Nome do fundo], quando do encerramento de cada exercício financeiro, poderá ser transferido para o exercício seguinte, a crédito do Tesouro Estadual e de forma desvinculada, exceto quando se tratar de recursos vinculados pela Constituição Federal, pela legislação federal ou decorrentes de convênios, acordos e ajustes, bem como operações de crédito, quando houver."

Neste estudo, foi realizado um levantamento sobre os Fundos Públicos Estaduais do Espírito Santos com vistas a relacionar a possibilidade de aplicação dos seus respectivos recursos nos futuros programas, projetos e ações oriundos dos Planos de Desenvolvimento Regional Sustentável, por eixo temático. Neste estudo foram identificados 45 Fundos Públicos financeiros e/ou contábeis com objetivos diversos, sendo que alguns prestam-se a estruturar a máquina pública estadual, outros destinados ao provisionamento para pagamento de benefícios, dentre eles o fundo previdenciário. Outros fundos são destinados à execução das políticas públicas estruturadas em âmbito federal como Saúde, Educação e Assistência Social. Também têm os fundos criados com particularidades na área ambiental, social, cultural, dentre outros.

O Quadro 1 que se encontra no apêndice 1 apresenta um resumo dos 45 Fundos Públicos Estaduais do Espírito Santo mapeados neste levantamento, contendo sua lei de criação, os objetivos e o público-alvo. A forma de aplicação dos recursos destes fundos varia entre ser aplicado diretamente pelo próprio estado; repasse aos municípios por meio de fundos municipais específicos ou por projetos apresentados ao conselho gestor do fundo; e também por repasses a pessoas físicas e/ou jurídicas, de direito público ou privado, com ou sem fins lucrativos, de acordo com a finalidade do fundo, conforme descrito na legislação que o regulamenta.

No Quadro 2 do apêndice 1 buscou-se relacionar os fundos com os eixos temáticos do Projeto DRS. Foram identificados dois fundos relacionados ao eixo ambiental, dezesseis ao eixo econômico, vinte e três ao eixo de Gestão Pública e sete ao eixo território, sendo que alguns fundos têm sua linha de aplicação em mais de um eixo. Destaca-se também que dois fundos têm o objetivo de apoiar os municípios em diferentes áreas e, portanto, estão relacionados a todos os eixos como o FEADM - Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Municipal (Fundo Cidades) e FUMDEVIT - Fundo Metropolitano de Desenvolvimento da Grande Vitória.

Para avaliar as aplicações dos fundos foram consultados os dados do Portal da Transparência do Estado do Espírito Santo, referente aos recursos orçados e empenhados nos anos de 2018, 2019 e 2020. Nesta consulta pode-se observar

que a relação entre os valores orçados e empenhados varia entre os fundos. Entretanto, não foi possível obter os saldos anuais de cada fundo, para aprofundamento da análise.

A existência de grandes variações nos valores de cada fundo também está relacionada com as suas respectivas finalidades. Existem fundos que estão relacionados ao provisionamento para pagamento de benefícios, dentre eles benefícios previdenciários. Já há outros fundos que são destinados à execução das políticas públicas estruturadas em âmbito federal, como Saúde, Educação, Assistência social, apresentam com maior relação entre os valores orçados e empenhados.

Por outro lado, tem-se os fundos com baixos valores empenhados em relação ao orçado, com destaque para o FUNDEMA - Fundo Estadual do Meio Ambiente, FEPI - Fundo Estadual de Defesa dos Direitos Da Pessoa Idosa e FIA - Fundo para a Infância e a Adolescência, que não apresentam valores empenhados nos três últimos anos, segundo dados do portal da transparência.

Deve-se destacar que com a prerrogativa legal instituída pela Lei complementar nº 947/2020 pode-se levar a um esvaziamento do recurso dos fundos, deixando de agilizar a gestão e garantir recursos públicos para áreas/setores específicos. Isto porque o superávit financeiro apurado no balanço patrimonial de alguns fundos, incluído os três citados anteriormente, quando do encerramento de cada exercício financeiro, poderá ser transferido para o exercício seguinte, a crédito do Tesouro Estadual.

Portanto, a partir das análises, são apresentadas algumas diretrizes para direcionar ações no âmbito da gestão pública no sentido de promover um melhor uso desse instrumento de financiamento das políticas públicas, inclusive um alinhamento na aplicação dos recursos dos fundos com as diretrizes do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável.

7.5 Ampliação da Capacidade de Captação de Recursos para Promoção do Desenvolvimento Sustentável

Diretriz: Ampliar a captação de recursos financeiros para aplicação em programas e projetos de desenvolvimento sustentável fomentando a capacitação de agentes públicos e privados na elaboração e execução de projetos e estimulando os municípios a criarem estruturas administrativas específicas para atuarem na elaboração, execução e acompanhamento dos projetos de captação de recursos.

Os recursos financeiros da gestão municipal têm como origem as receitas próprias ou as transferências intergovernamentais, advindas dos Estados ou da União. As transferências intergovernamentais são recursos arrecadados por um ente federativo e transferido a outro(s). Os principais recursos que os municípios recebem da União são por meio de transferências como o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR). As

transferências estaduais provêm de recursos oriundos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), dentre outros (IPAM, 2015).

Existem também os financiamentos não reembolsáveis. Estes são comumente chamados de financiamentos a "fundo perdido", pois os recursos não são devolvidos à fonte financiadora. O acesso a essas fontes de financiamento é voluntário e o apoio se dá através de convênios, contratos, entre outros instrumentos legais (IPAM, 2015).

Abreu et al. (2015) apontam dificuldades para a falta de acesso às informações de financiamento, como por exemplo, quais são as fontes existentes, o momento em que está disponível para submissão de propostas, suas exigências e onde podem acessar informações sobre elas.

Conforme pesquisa realizada pelo IPAM (2015), as principais dificuldades comentadas pelos agentes municipais sobre as dificuldades para captação de recursos para projetos ambientais foram:

- Ausência de equipe técnica municipal para submissão e execução de projetos;
- Falta de acesso às informações iniciais e respostas de não aprovação;
- Impossibilidade de atender aos pré-requisitos das fontes financiadoras, como contrapartidas financeiras e planos municipais de gestão de resíduos sólidos;
- Inadimplências nas contas municipais;
- Incompatibilidade entre o que é necessário aos municípios e os usos previstos pelas fontes financiadoras;
- Não reconhecimento da importância da área ambiental por parte dos gestores municipais e por outras áreas responsáveis pela captação de recursos;
- Infraestruturas deficitárias de comunicação e transporte.

Por outro lado, as principais dificuldades apontadas pelos órgãos gestores dos fundos foram:

- Falta de quadro técnico municipal preparado para elaborar a proposta e executá-la;
- Baixa qualidade técnica das propostas apresentadas;
- Ausência de capacidade técnica municipal para operar o SICONV;
- Dificuldade de cumprir as regras do edital e do convênio, dentre elas o modo de realização das contratações.

Estas questões podem ser estendidas a projetos relacionados a outras áreas, tanto para acesso a fundos municipais quanto estaduais. Estes obstáculos dificultam que os recursos sejam aplicados de forma efetiva para sanar os problemas para os quais os fundos foram criados.

Ao analisar as leis de criação dos fundos estaduais, constata-se que o termo "desenvolvimento sustentável" e/ou "regional" estão pouco ou completamente ausente. O FUMDEVIT - Fundo Metropolitano de Desenvolvimento da Grande Vitória é o único relacionado ao suporte financeiro, ao planejamento integrado e às ações conjuntas de interesse comum entre o Estado e os Municípios integrantes de uma região. Por outro lado, o FEADM - Fundo Estadual de Apoio

ao Desenvolvimento Municipal, conhecido como FUNDO CIDADES, visa apoiar investimentos municipais em diversas áreas, mas não relaciona as ações municipais em um contexto regional.

Em relação a fundos de abrangência regional, ressalta-se que a Lei nº 11.226, de 29 de dezembro de 2020 extingue o Fundo de Desenvolvimento Econômico do Sul do Estado do Espírito Santo – FUNDESUL, sendo seus ativos e passivos transferidos ao Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo - FUNDES. O FUNDESUL, era de natureza contábil e financeira, com a finalidade de fomentar o desenvolvimento econômico sustentável da Macrorregião Sul, composta pelas Microrregiões do Caparaó, Central Sul e Litoral Sul do Estado do Espírito Santo.

Além disso, a Lei nº 11.088, de 12 de dezembro de 2019, revogou a Lei Estadual nº 8.308, de 12 de junho de 2006, que criou o Fundo para a Redução das Desigualdades Regionais. O Fundo tinha como objetivo transferir aos municípios parcela dos recursos da compensação financeira repassada ao Estado pelo resultado da explotação do petróleo e do gás natural.

Percebe-se, portanto, que uma forma de sanar estas questões é fomentar e promover a capacitação de agentes públicos estaduais e municipais na elaboração de programas e projetos que visem o desenvolvimento regional sustentável, bem como a capacitação na elaboração de projetos de captação e aplicação dos fundos públicos para que estes tenham mais aderência às proposições de projetos cujo área de abrangência seja regional com foco na sustentabilidade.

7.6 Aprimoramento no funcionamento dos Fundos Públicos

Diretriz: Potencializar a aplicação dos recursos dos Fundos públicos em projetos que possam impulsionar o desenvolvimento regional sustentável com a criação de mecanismos de ampla divulgação e promoção de acesso à informação sobre os fundos públicos estaduais e municipais e as condicionalidades para acesso e aplicação dos recursos.

Outra constatação ao se elaborar o levantamento sobre os fundos públicos estaduais refere-se às dificuldades de acesso às informações sobre a aplicação dos seus recursos, principalmente aqueles cujo público-alvo são os municípios e pessoas físicas e jurídicas. Ao consultar o Portal da transparência do Governo do estado verifica-se que existem fundos com baixas taxas na relação entre os quantitativos orçados e empenhados. Como é o caso do o FUNDEMA - Fundo Estadual do Meio Ambiente, FEPI - Fundo Estadual de Defesa dos Direitos Da Pessoa Idosa e FIA - Fundo para a Infância e a Adolescência FUNCOP - Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza.

Por outro lado, tem-se como exemplo positivo o FUNCITEC - Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia com alta relação entre valores orçados e aplicados, ultrapassando em 2018 e 2019 a taxa de 100%, provavelmente decorrentes de aporte suplementar de recursos. Este fundo é vinculado à Fundação de Amparo

à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo – FAPES, cujo editais, que visam o apoio financeiro a programas e projetos de interesse para o desenvolvimento científico e tecnológico do Estado do Espírito Santo, são amplamente divulgados.

Corroborando com a questão da pouca aplicação dos fundos, observa-se esta realidade também em relação aos fundos municipais, segundo mostra Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) realizada em 2017 pelo IBGE. Neste estudo foram identificados 2.802 municípios com Fundo Municipal de Meio Ambiente no Brasil. Destes, apenas 254 municípios utilizaram os recursos do seu respectivo fundo municipal de meio ambiente no ano anterior (2016), o que representa apenas 9,1% dos municípios com fundo. (IBGE, 2018).

Segundo esta pesquisa, no Espírito Santo havia 44 municípios (56,4%) com fundo municipal de meio ambiente em 2017, o que considerando os dados do MUNIC 2013 foi verificado um pequeno aumento de 3,8% no período entre 2013 e 2017 (IBGE, 2013, 2018). Destes 44 municípios apenas 12 (27,3%) utilizaram recursos do fundo para ações ambientais no ano anterior, 2016. (IBGE, 2018).

Diante estes fatos e visando possibilitar a ampliação do acesso aos recursos dos Fundos Públicos que foram criados no âmbito estadual, visando fortalecer determinadas áreas específicas e de interesse da comunidade Capixaba, principalmente aos que são destinados a repasses aos municípios, e ou pessoas físicas e jurídicas sugere-se como diretriz:

Criar mecanismos de acesso à informação e de divulgação sobre os fundos públicos estaduais e municipais, e a aplicação dos seus recursos, os quais tenham por finalidade o apoio a projetos que possam impulsionar o desenvolvimento regional sustentável.

Referências Bibliográficas do Eixo Gestão Pública

ABREU, K. D.; BURGOS, F; CRISOSTOMO, A.C.; AZEVEDO, A. **Amazônia em pauta - no 5: financiamentos não reembolsáveis para a gestão ambiental municipal e seus desafios.** Ipam, Brasília. 2015.

BASSI, C. de M. **Fundos especiais e políticas públicas: uma discussão sobre a fragilização do mecanismo de financiamento.** In: Texto para discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea. 2019. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2458.pdf >. Acesso em: 18 abr. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 8.243,** de 23 de maio de 2014. Política Nacional de Participação Social. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8243.htm

BRASIL. **Decreto nº 9.759**, de 11 de abril de 2019. Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9759.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%209.759%2C%20DE%2011%20DE%20ABRIL%20DE%202019&text=Extingue%20e%20estabelece%20diretrizes%2C%20regras,colegiados%20da%20administra%C3%A7%C3%A3o%20p%C3%BAblica%20federal.

BRASIL, **Lei no 10.257**, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2030** - ES2030. Vitória, 2013.

IBGE. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais: MUNIC 2013**. 2014. Disponível em: https https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/10586-pesquisa-de-informacoes-basicas-municipais.html?edicao=21632&t=downloads. Acesso em 08 nov. 2020.

IBGE. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais: MUNIC 2017.** 2018. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/10586-pesquisa-de-informacoes-basicas-municipais.html?edicao=21632&t=downloads. Acesso em 08 nov. 2020.

IBGE. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais: MUNIC 2018.** 2019. Disponível em: https https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/10586-pesquisa-de-informacoes-basicas-municipais.html?edicao=21632&t=downloads. Acesso em 15 abr. 2021.

IBGE**. Pesquisa de Informações Básicas Municipais: MUNIC 2019.** 2020. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/10586-pesquisa-de-informacoes-basicas-municipais.html?edicao=21632&t=downloads. Acesso em 15 abr. 2021.

IPAM - Instituto de Pesquisas Ambientais da Amazônia. **Fortalecendo a gestão ambiental municipal: mecanismos financeiros e visibilização de boas práticas. 2015.**

REIS, H. da C. **Fundos especiais: nova forma de gestão de recursos públicos.** Revista de Administração Municipal, v. 38, n. 201, p. 51-59, out./dez. 1991. Disponível em: <http://lam.ibam.org.br/revista_detalhe.asp?idr=13>. Acesso em: 18 abr. 2021.

RODRIGUES, J. M. M. **Análise da disponibilização de recursos de financiamento não reembolsáveis para projetos ambientais no Brasil.** Projeto de Graduação. Curso de Engenharia Ambiental. Escola Politécnica. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.

SILVA, Suelene; SARMENTO, Helder Boska. **Fundos Especiais: uma ferramenta importante para a Municipalização das políticas setoriais.** In: Congresso de Controladoria e Contabilidade, 6., 2006, São Paulo. Anais eletrônicos. São Paulo: USP, 2006. Disponível em: < https://www3.tce.pr.gov.br/contasdogoverno/2009/regime_especial/estudo_sobre_fundos_especiais.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2021.

8. Alinhamento com os Princípios Norteadores

A construção das diretrizes de Desenvolvimento Regional Sustentável tem como objetivo estabelecer prioridades, estratégias e metas que visam orientar as ações dos setores público, privado e sociedade civil, na busca pelo encadeamento de energias sociais com vistas à promoção do desenvolvimento sustentável do Estado do Espírito Santo, entendo que o alcance desse resultado passa também por um desenvolvimento equilibrado entre e no interior das microrregiões.

Como parte das premissas e princípios que orientam a construção dos planos tem-se os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável/ODS (ONU, 2020) com 169 metas pactuadas por 193 países para serem alcançadas até 2030. As diretrizes criadas refletem tais objetivos, como pode ser observado no quadro abaixo:

Quadro 10 – Alinhamento entre as diretrizes propostas e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável/ODS

Ampliar a infraestrutura de logística e de mobilidade de maneira a garantir maior integração interna à microrregião e maior articulação regional e nacional, considerando os aspectos da saúde socioeconômica, física, mental e comunitária.	• Saúde e bem-estar; • Indústria, inovação e infraestruturas; • Cidades e comunidades sustentáveis.
Promover uma matriz enérgica sustentável e renovável considerando os indicadores de perda de vegetação nativa, interferência em unidades de conservação e na infraestrutura local e garantindo acesso equitativo a todos.	• Energias renováveis; • Inovação e infraestruturas; • Produção e consumo sustentáveis; • Ação contra a mudança global do clima; • Vida terrestre.
Garantir a ampliação do uso das TIC's, por meio da oferta de conexão e telefonia de qualidade articuladas com os princípios da Tecnologia da Informação e Comunicação para o Desenvolvimento (ICT4D) e ao desenvolvimento dos ambientes de criação de ideias e soluções de baixo custo.	• Educação de qualidade; • Inovação e infraestruturas; • Cidades e comunidades sustentáveis.
Promover acesso à moradia digna e à posse legal das casas e terrenos, buscando reduzir o ônus excessivo do aluguel nas zonas urbanas, o déficit habitacional e inadequação das moradias e reconhecendo os territórios específicos.	• Erradicação da pobreza; • Saúde e bem-estar; • Água potável e saneamento; • Cidades e comunidades sustentáveis; • Redução das desigualdades.
Promover a integração entre a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial, garantindo também a ampliação da equipe de referência para os equipamentos da Política de Assistência Social em seus diferentes níveis de complexidades, o que contribuirá para melhorar a organização dos serviços.	• Erradicação da pobreza; • Acabar com a fome; • Redução das desigualdades; • Paz, justiça e instituições efetivas.

Promover a educação de qualidade da microrregião Sudoeste Serrana, considerando as especificidades locais como a questão paisagística e ambiental, turística, agrária e agropecuária.	• Erradicação da pobreza; • Educação de qualidade; • Redução das desigualdades.
Promover políticas que viabilizem a erradicação do analfabetismo e a ampliação de anos de estudos, com educação de qualidade, superando desigualdades regionais no que se refere a escolarização.	• Erradicação da pobreza; • Educação de qualidade; • Redução das desigualdades.
Fomentar políticas afirmativas transversais (geração de renda, acesso à terra, educação, assistência social, direitos humanos, saúde, cultura) com destaque para as relações geracionais, de gênero, étnico raciais e atenção às populações tradicionais e às pessoas com deficiência fortalecendo a identidade local e territorial.	• Erradicação da pobreza; • Igualdade de gênero; • Paz, justiça e instituições efetivas.
Consolidar e fortalecer a rede regional de atenção e vigilância em saúde de forma intersetorial, levando em consideração o conceito ampliado de saúde que envolva aspectos sociais, econômicos, ambientais e sustentáveis.	• Saúde e bem-estar; • Parcerias e meios de implementação.
Estimular a agregação de valor aos produtos da agroindústria, fomentando a agricultura familiar e aproveitando o potencial agroturístico da região, preservando as tradições locais e os valores culturais, bem como orientando e instruindo aos pequenos produtores rurais a adquirir selo regional de origem e qualidade para seus produtos, a fim de facilitar a divulgação comercial e agregar qualidade. Consolidar uma marca regional para os produtos rurais deve ser o grande objetivo, a fim de ampliar mercados interno e externo.	• Fome zero e agricultura sustentável; • Redução das desigualdades; • Cidade e comunidades sustentáveis; • Trabalho decente e crescimento econômico; • Vida terrestre; • Parcerias e meios de implementação.
Fortalecer a agricultura familiar promovendo maior diversificação agrícola, consolidando o zoneamento econômico ecológico, fomentando o Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Proater), além de incentivar a agroecologia e práticas ambientais inovadoras voltadas à perspectiva da economia verde inclusiva.	• Erradicação da pobreza; • Fome zero e agricultura sustentável; • Saúde e bem-estar; • Redução das desigualdades; • Cidades e comunidades sustentáveis; • Produção e consumo responsáveis; • Vida terrestre; • Trabalho digno e crescimento econômico; • Ação contra a mudança global do clima.
Fortalecer a cadeia de cafés especiais, focando-se na utilização da indicação geográfica (IG) obtida para divulgar a marca Montanhas Capixabas para o mundo e transformar isso, de fato, em valor para o produtor e para a região; na identificação dos produtores rurais que estão aptos a receber o selo regional e na orientação para atender aos critérios exigidos; na integração e coordenação entre a rede de atores envolvidos, garantindo força e qualificação aos pequenos produtores rurais; e na consolidação e diversificação dos canais de distribuição.	• Trabalho decente e crescimento econômico; • Cidade e comunidades sustentáveis; • Indústria, inovação e infraestrutura; • Produção e consumo responsáveis.

Criar e fortalecer instrumentos que permitam, no âmbito financeiro, fomentar as atividades econômicas regionais. Introduzir mecanismos para baratear crédito, facilitar acesso ao Pronaf e programas semelhantes e incentivar a criação de um banco comunitário de desenvolvimento regional, que deve ser estruturado em rede, com natureza associativa e comunitária, na perspectiva da economia solidária.	• Fome zero e agricultura sustentável; • Cidades e comunidades sustentáveis; • Trabalho decente e crescimento econômico.
Articular e implementar plano turístico regional que possibilite fortalecer a marca Montanhas Capixabas e divulgar a região como destino estruturado, contemplando uma gestão compartilhada; a estruturação e ampliação de roteiros turísticos integrados na região; o fortalecimento da região como polo gastronômico; a elaboração de plano de mídia e a realização de feiras e eventos, de modo a promover os produtos e serviços regionais e divulgar o potencial turístico da região.	• Trabalho decente e crescimento econômico; • Cidade e comunidades sustentáveis; • Produção e consumo responsáveis; • Parcerias e meios de implementação.
Criar identidade turística para todos os municípios da microrregião, a partir da identificação da oferta turística por município, catalogando, além dos empreendimentos, as belezas paisagísticas e culturais de cada local; da valorização dos produtos regionais, incentivando e orientando aos produtores aos rurais sobre a legislação pertinente à obtenção dos selos de qualidade como forma de agregar valor ao produto; e da sensibilização da população em relação à cultura e ao patrimônio histórico e geográfico locais.	• Fome zero e agricultura sustentável; • Trabalho decente e crescimento econômico; • Cidade e comunidades sustentáveis; • Produção e consumo responsáveis.
Diversificar e ampliar os canais de comercialização dos produtos e serviços regionais, contemplando o fortalecimento da aquisição institucional da produção agrícola local, que abrange as políticas públicas e programas governamentais, com destaque para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), priorizando a agricultura familiar; a criação de entrepostos locais de comercialização, a fim de mitigar o papel dos atravessadores e facilitar o escoamento e comercialização de produtos provenientes de pequenos produtores e da agricultura familiar; a promoção de canais de comercialização mais curtos (vendas diretas), a partir da criação ou fortalecimento de plataformas e aplicativos para a promoção de vendas online dos produtos e serviços das diversas cadeias produtivas.	• Erradicação da pobreza; • Fome zero e agricultura sustentável; • Redução das desigualdades; • Cidades e comunidades sustentáveis; • Produção e consumo responsáveis; • Trabalho digno e crescimento econômico; • Parcerias e meios de implementação.
Desenvolver e fomentar redes de CT&I integradas com as potencialidades regionais, incentivando desenvolvimento de projetos e iniciativas de tecnologia social, estimulando a cooperação e integração entre as instituições de ensino técnico e superior presentes na região, empresas capixabas e instituições de fomento para produção de soluções inovadoras que atendam às necessidades das demandas e oportunidades dos mercados e contemplem a inclusão de segmentos populacionais invisibilizados, gerando renda e inserção na estrutura produtiva.	• Fome zero e agricultura sustentável; • Redução das desigualdades; • Indústria, inovação e infraestrutura; • Educação de qualidade; • Cidades e comunidades sustentáveis; • Parcerias e meios de implementação.

Fortalecer e adensar as cadeias produtivas, promovendo o associativismo e cooperativismo entre os elos; ampliando a sinergia e integração com outras cadeias; fomentando o uso de práticas agrícolas sustentáveis e a produção orgânica ou agroecológica; buscando a melhoria da qualidade da produção; estimulando a agregação de valor e ampliando a inserção competitiva de produtos e serviços nos mercados nacionais e internacionais, propiciando geração de emprego e renda.	• Fome zero e agricultura sustentável; • Cidades e comunidades sustentáveis; • Parcerias e meios de implementação.
Alcançar o acesso universal e equitativo à água potável e segura para todos, uma vez que uma parcela da população não é atendida, para tanto ampliar e modernizar a rede de distribuição e de monitoramento quali-quantitativo das águas superficiais e subterrâneas, assegurando retiradas sustentáveis de água dos aquíferos para enfrentar períodos de escassez hídrica, controlando de forma mais eficiente a emissão de outorga que garante o direito de uso da água visto que este instrumento da política regulariza o uso dos recursos hídricos permitindo um maior controle do balanço hídrico na microrregião, assim promovendo o uso eficiente dos recursos hídricos.	• Saúde e bem-estar; • Água potável e saneamento; • Cidades e comunidades sustentáveis; • Ação contra a mudança global do clima; • Vida terrestre; • Parcerias e meios de implementação.
Alcançar o acesso ao saneamento adequado e equitativo para todos, reduzindo a poluição, eliminando despejo de esgoto sem tratamento no curso d'água, elevando o índice de tratamento de esgoto por meio da instalação de novas ETEs ampliando assim a rede coletora além de incentivar a população para realizar a ligação doméstica na rede coletora visando melhorar a qualidade dos recursos hídricos.	• Saúde e bem-estar; • Água potável e saneamento; • Cidades e comunidades sustentáveis; • Ação contra a mudança global do clima; • Vida na água; • Vida terrestre; • Parcerias e meios de implementação.
Estimular a implantação de sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar boas práticas agrícolas resilientes por meio de cursos de capacitação e educação ambiental para trabalhadores e produtores rurais com objetivo de adotarem medidas alternativas que promovam a redução da poluição ambiental nas bacias hidrográficas da microrregião.	• Erradicação da pobreza; • Trabalho decente e crescimento econômico; • Cidade e comunidades sustentáveis; • Produção e consumo responsáveis; • Ação contra a mudança global do clima; • Vida terrestre.
Ampliar a coleta seletiva de resíduos sólidos por meio da instalação de novos pontos, tanto na parte urbana quanto rural, implementar campanhas de educação ambiental para reduzir a geração por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso dos resíduos, assegurando a participação integrada das OCRMs no gerenciamento de resíduos sólidos por meio de incentivos fiscais e financeiros para a segregação dos resíduos na fonte geradora e o desenvolvimento da coleta das diferentes frações por essas instituições. Fortalecer a participação social na gestão dos resíduos sólidos urbanos.	• Erradicação da pobreza; • Trabalho decente e crescimento econômico; • Cidade e comunidades sustentáveis; • Produção e consumo responsáveis; • Ação contra a mudança global do clima; • Vida terrestre; • Parcerias e meios de implementação.

Proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, por meio da ampliação do Programa Reflorestar, aumentando as áreas de preservação dentro das áreas prioritárias por serem estas áreas de recarga de aquíferos assegurando sua função ecossistêmica de recuperação e conservação dos recursos hídricos controlando os processos erosivos e melhorando a qualidade dos recursos hídricos.	• Saúde e bem-estar; • Cidades e comunidades sustentáveis; • Ação contra a mudança global do clima; • Vida terrestre.
Organizar um sistema de governança regional para a promoção do desenvolvimento sustentável fortalecendo as instâncias organizativas já existentes na região e promovendo a articulação entre os diferentes atores públicos e privados no planejamento e execução das políticas públicas no território.	• Redução das desigualdades; • Paz, justiça e instituições efetivas; • Parcerias e meios de implementação.
Garantir participação e o controle social no planejamento e acompanhamento das políticas públicas na microrregião fortalecendo o papel dos conselhos municipais, garantindo a representatividade dos diferentes interesses nos espaços de participação e ampliando os canais de comunicação com a população.	• Redução das desigualdades; • Paz, justiça e instituições efetivas; • Parcerias e meios de implementação.
Elevar a capacidade administrativa da gestão pública na região por meio da criação e consolidação dos instrumentos de planejamento, execução e acompanhamento das políticas públicas.	• Redução das desigualdades; • Cidades e comunidades sustentáveis; • Paz, justiça e instituições efetivas; • Parcerias e meios de implementação.
Ampliar a captação de recursos financeiros para aplicação em programas e projetos de desenvolvimento sustentável fomentando a capacitação de agentes públicos e privados na elaboração e execução de projetos e estimulando os municípios a criarem estruturas administrativas específicas para atuarem na elaboração, execução e acompanhamento dos projetos de captação de recursos.	• Redução das desigualdades; • Cidades e comunidades sustentáveis; • Parcerias e meios de implementação.
Potencializar a aplicação dos recursos dos Fundos públicos em projetos que possam impulsionar o desenvolvimento regional sustentável com a criação de mecanismos de ampla divulgação e promoção de acesso à informação sobre os fundos públicos estaduais e municipais e as condicionalidades para acesso e aplicação dos recursos.	• Redução das desigualdades; • Cidades e comunidades sustentáveis; • Parcerias e meios de implementação.

Fonte: Elaboração dos autores.

Da mesma maneira, buscando concentrar energias sociais diante dos desafios elencados na Microrregião Sudoeste Serrana, destacamos aqui o alinhamento com as ideias-forças. Ressaltamos que, diante recursos escassos e demandas sociais reprimidas e crescentes, se faz necessário esse esforço de concatenar ações.

Quadro 11 - Alinhamento entre as ideias-força e diretrizes propostas

Economia e grupos sociais invisibilizados	Promover a integração entre a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial, garantindo também a ampliação da equipe de referência para os equipamentos da Política de Assistência Social em seus diferentes níveis de complexidades, o que contribuirá para melhorar a organização dos serviços.
	Promover a educação de qualidade da microrregião Sudoeste Serrana, considerando as especificidades locais como a questão paisagística e ambiental, turística, agrária e agropecuária.
	Promover políticas que viabilizem a erradicação do analfabetismo e a ampliação de anos de estudos, com educação de qualidade, superando desigualdades regionais no que se refere a escolarização.
	Estimular a agregação de valor aos produtos da agroindústria, fomentando a agricultura familiar e aproveitando o potencial agroturístico da região, preservando as tradições locais e os valores culturais, bem como orientando e instruindo aos pequenos produtores rurais a adquirir selo regional de origem e qualidade para seus produtos, a fim de facilitar a divulgação comercial e agregar qualidade. Consolidar uma marca regional para os produtos rurais deve ser o grande objetivo, a fim de ampliar mercados interno e externo.
	Ampliar a coleta seletiva de resíduos sólidos por meio da instalação de novos pontos, tanto na parte urbana quanto rural, implementar campanhas de educação ambiental para reduzir a geração por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso dos resíduos, assegurando a participação integrada das OCRMs no gerenciamento de resíduos sólidos por meio de incentivos fiscais e financeiros para a segregação dos resíduos na fonte geradora e o desenvolvimento da coleta das diferentes frações por essas instituições. Fortalecer a participação social na gestão dos resíduos sólidos urbanos.
	Garantir participação e o controle social no planejamento e acompanhamento das políticas públicas na microrregião fortalecendo o papel dos conselhos municipais, garantindo a representatividade dos diferentes interesses nos espaços de participação e ampliando os canais de comunicação com a população.
Fronteira	Ampliar a infraestrutura de logística e de mobilidade de maneira a garantir maior integração interna à microrregião e maior articulação regional e nacional, considerando os aspectos da saúde socioeconômica, física, mental e comunitária.
	Consolidar e fortalecer a rede regional de atenção e vigilância em saúde de forma intersetorial, levando em consideração o conceito ampliado de saúde que envolva aspectos sociais, econômicos, ambientais e sustentáveis.

	Fortalecer e adensar as cadeias produtivas, promovendo o associativismo e cooperativismo entre os elos; ampliando a sinergia e integração com outras cadeias; fomentando o uso de práticas agrícolas sustentáveis e a produção orgânica ou agroecológica; buscando a melhoria da qualidade da produção; estimulando a agregação de valor e ampliando a inserção competitiva de produtos e serviços nos mercados nacionais e internacionais, propiciando geração de emprego e renda.
Capital social e Governança	Articular e implementar plano turístico regional que possibilite fortalecer a marca Montanhas Capixabas e divulgar a região como destino estruturado, contemplando uma gestão compartilhada; a estruturação e ampliação de roteiros turísticos integrados na região; o fortalecimento da região como polo gastronômico; a elaboração de plano de mídia e a realização de feiras e eventos, de modo a promover os produtos e serviços regionais e divulgar o potencial turístico da região.
	Criar identidade turística para todos os municípios da microrregião, a partir da identificação da oferta turística por município, catalogando, além dos empreendimentos, as belezas paisagísticas e culturais de cada local; da valorização dos produtos regionais, incentivando e orientando aos produtores aos rurais sobre a legislação pertinente à obtenção dos selos de qualidade como forma de agregar valor ao produto; e da sensibilização da população em relação à cultura e ao patrimônio histórico e geográfico locais.
	Alcançar o acesso ao saneamento adequado e equitativo para todos, reduzindo a poluição, eliminando despejo de esgoto sem tratamento no curso d'água, elevando o índice de tratamento de esgoto por meio da instalação de novas ETEs ampliando assim a rede coletora além de incentivar a população para realizar a ligação doméstica na rede coletora visando melhorar a qualidade dos recursos hídricos.
	Organizar um sistema de governança regional para a promoção do desenvolvimento sustentável fortalecendo as instâncias organizativas já existentes na região e promovendo a articulação entre os diferentes atores públicos e privados no planejamento e execução das políticas públicas no território.
	Elevar a capacidade administrativa da gestão pública na região por meio da criação e consolidação dos instrumentos de planejamento, execução e acompanhamento das políticas públicas.
	Ampliar a captação de recursos financeiros para aplicação em programas e projetos de desenvolvimento sustentável fomentando a capacitação de agentes públicos e privados na elaboração e execução de projetos e estimulando os municípios a criarem estruturas administrativas específicas para atuarem na elaboração, execução e acompanhamento dos projetos de captação de recursos.
	Potencializar a aplicação dos recursos dos Fundos públicos em projetos que possam impulsionar o desenvolvimento regional sustentável com a criação de mecanismos de ampla divulgação e promoção de acesso à informação sobre os fundos públicos estaduais e municipais e as condicionalidades para acesso e aplicação dos recursos.

Inovação	Promover uma matriz enérgica sustentável e renovável considerando os indicadores de perda de vegetação nativa, interferência em unidades de conservação e na infraestrutura local e garantindo acesso equitativo a todos.
	Garantir a ampliação do uso das TIC's, por meio da oferta de conexão e telefonia de qualidade articuladas com os princípios da Tecnologia da Informação e Comunicação para o Desenvolvimento (ICT4D) e ao desenvolvimento dos ambientes de criação de ideias e soluções de baixo custo.
	Fortalecer a agricultura familiar promovendo maior diversificação agrícola, consolidando o zoneamento econômico ecológico, fomentando o Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Proater), além de incentivar a agroecologia e práticas ambientais inovadoras voltadas à perspectiva da economia verde inclusiva.
	Fortalecer a cadeia de cafés especiais, focando-se na utilização da indicação geográfica (IG) obtida para divulgar a marca Montanhas Capixabas para o mundo e transformar isso, de fato, em valor para o produtor e para a região; na identificação dos produtores rurais que estão aptos a receber o selo regional e na orientação para atender aos critérios exigidos; na integração e coordenação entre a rede de atores envolvidos, garantindo força e qualificação aos pequenos produtores rurais; e na consolidação e diversificação dos canais de distribuição.
	Criar e fortalecer instrumentos que permitam, no âmbito financeiro, fomentar as atividades econômicas regionais. Introduzir mecanismos para baratear crédito, facilitar acesso ao Pronaf e programas semelhantes e incentivar a criação de um banco comunitário de desenvolvimento regional, que deve ser estruturado em rede, com natureza associativa e comunitária, na perspectiva da economia solidária.
	Diversificar e ampliar os canais de comercialização dos produtos e serviços regionais, contemplando o fortalecimento da aquisição institucional da produção agrícola local, que abrange as políticas públicas e programas governamentais, com destaque para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), priorizando a agricultura familiar; a criação de entrepostos locais de comercialização, a fim de mitigar o papel dos atravessadores e facilitar o escoamento e comercialização de produtos provenientes de pequenos produtores e da agricultura familiar; a promoção de canais de comercialização mais curtos (vendas diretas), a partir da criação ou fortalecimento de plataformas e aplicativos para a promoção de vendas online dos produtos e serviços das diversas cadeias produtivas.

	Desenvolver e fomentar redes de CT&I integradas com as potencialidades regionais, incentivando desenvolvimento de projetos e iniciativas de tecnologia social, estimulando a cooperação e integração entre as instituições de ensino técnico e superior presentes na região, empresas capixabas e instituições de fomento para produção de soluções inovadoras que atendam às necessidades das demandas e oportunidades dos mercados e contemplem a inclusão de segmentos populacionais invisibilizados, gerando renda e inserção na estrutura produtiva.
Conflitos sociais	Promover acesso à moradia digna e à posse legal das casas e terrenos, buscando reduzir o ônus excessivo do aluguel nas zonas urbanas, o déficit habitacional e inadequação das moradias e reconhecendo os territórios específicos.
	Fomentar políticas afirmativas transversais (geração de renda, acesso à terra, educação, assistência social, direitos humanos, saúde, cultura) com destaque para as relações geracionais, de gênero, étnico raciais e atenção às populações tradicionais e às pessoas com deficiência fortalecendo a identidade local e territorial.
	Alcançar o acesso universal e equitativo à água potável e segura para todos, uma vez que uma parcela da população não é atendida, para tanto ampliar e modernizar a rede de distribuição e de monitoramento quali-quantitativo das águas superficiais e subterrâneas, assegurando retiradas sustentáveis de água dos aquíferos para enfrentar períodos de escassez hídrica, controlando de forma mais eficiente a emissão de outorga que garante o direito de uso da água visto que este instrumento da política regulariza o uso dos recursos hídricos permitindo um maior controle do balanço hídrico na microrregião, assim promovendo o uso eficiente dos recursos hídricos.
	Estimular a implantação de sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar boas práticas agrícolas resilientes por meio de cursos de capacitação e educação ambiental para trabalhadores e produtores rurais com objetivo de adotarem medidas alternativas que promovam a redução da poluição ambiental nas bacias hidrográficas da microrregião.
	Proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, por meio da ampliação do Programa Reflorestar, aumentando as áreas de preservação dentro das áreas prioritárias por serem estas áreas de recarga de aquíferos assegurando sua função ecossistêmica de recuperação e conservação dos recursos hídricos controlando os processos erosivos e melhorando a qualidade dos recursos hídricos.

Fonte: Elaboração dos autores.

Considerações Finais

A pandemia que assola o Brasil e o mundo desde março de 2020 impôs desafios ainda mais robustos para pensar o desenvolvimento regional sustentável. Ter como norte uma sociedade mais socialmente equânime, para além do pressuposto moral, contribui decisivamente para que grupos economicamente mais vulneráveis participem do ciclo de consumo. Assim, demandas reprimidas pelas condições socioeconômicas terão força para movimentar a economia local, bem como produzir efeitos satisfatórios na diminuição da pressão social por serviços do Estado.

Para caminhar em direção a uma sociedade mais socialmente justa, com ampliação de qualidade de vida para a população como um todo, é necessário concentrar esforços. Sociedade civil, governos municipais e estadual, buscando apoio constante do governo federal, devem ter como objetivo único e maior uma sociedade de bem-estar coletivo.

Nesse sentido, o desenvolvimento deve ser abrangente, multifacetado. A proposta capitaneada pelo Instituto Jones dos Santos Neves – IJSN, assim, reflete essa preocupação ao apontar os cinco eixos centrais: território, social, econômico, ambiental e de gestão pública. Nosso trabalho foi o de buscar dados sólidos, a partir de fontes testadas cientificamente, para alinhar demandas, expectativas, pesquisas e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ONU) para gerar um produto que seja possível de pactuação entre os entes da sociedade civil e política, no sentido de unir forças em torno do Desenvolvimento Regional Sustentável da Microrregião Central Serrana.

Referências Bibliográficas

ARTMANN, Elizabeth. O planejamento estratégico situacional no nível local: um instrumento a favor da visão multissetorial. **Cadernos da Oficina Social 3**: Série Desenvolvimento Local. Rio de Janeiro: Coppe/UFRJ; 2000. Disponível em: < https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2153.pdf>. Acesso em: 19 mar 2021.

GIOVANELLA, Ligia. As origens e as correntes atuais do enfoque estratégico em planejamento de saúde na América Latina. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 26-44, 1991. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1991000100004>. Acesso em: 08 mai 2021.

BRASIL. MINISTERIO DA SAÚDE. **Manual de Planejamento no SUS**. Ed. 1ª revisada. Fundação Oswaldo Cruz: Brasília. 2016. Disponível em: < http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/articulacao_interfederativa_v4_manual_planejamento_atual.pdf>. Acesso em: 08 mai 2021.

BRASIL. MINISTERIO DA SAÚDE. **Sistema de Planejamento do SUS**: uma construção coletiva. ed 2ª. Brasília. Serie Cadernos de Planejamento. v. 2. 2009. Disponível em: < https://www.saude.mg.gov.br/images/documentos/planejasus%20-%20caderno%202.pdf>. Acesso em: 19 mar 2021.

MATUS, Carlos. O plano como aposta. In: GIACOMONI, James; PAGNUSSAT, José Luiz. **Coletânea Planejamento e Orçamento governamental**. ed. 1. ENAP: Brasilia. v. 1, 2006. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/805/1/Colet%c3%a2nea%20Planejamento%20e%20Or%c3%a7amento%20-%20O%20plano%20como%20aposta.pdf>. Acesso em: 19 mar 2021.

ESPÍRITO SANTO. **Plano de desenvolvimento do Estado do Espírito Santo - 2030**. Vitória, ES: Governo do Estado do Espírito Santo, 2013. v. 1

Apêndice 1

Quadro 1 - Detalhamento dos Fundos Públicos do Estado do ES

Fundos Públicos do Estado do ES	Regulamentação	Objetivos/Finalidade	Quem pode captar/utilizar
FUNSES - Fundo soberano do estado do espírito santo	Lei complementar nº 914, de 17 de junho de 2019.	Promover o desenvolvimento econômico sustentável do Estado, que possam minimizar os impactos do declínio das receitas provenientes da indústria do petróleo e do gás e gerar mecanismos de poupança, com finalidade intergeracional e como forma de mitigar possíveis riscos fiscais e auxiliar a condução da política fiscal em períodos anticíclicos.	Aplicados diretamente pelo Estado - Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ.
Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo – FUNDES	Lei Estadual n° 9.968/12, alterada pela Lei Estadual n° 10.262/14	Contribuir para a expansão, modernização e diversificação dos setores produtivos do Estado, estimulando a realização de investimentos, a renovação tecnológica e o aumento da competitividade estadual, com ênfase na geração de emprego e renda e na redução das desigualdades sociais e regionais.	Pessoas físicas e pessoas jurídicas domiciliadas no Estado do Espírito Santo; Administração Pública Municipal.
FUNSEFAZ - fundo de modernização e desenvolvimento fazendário	Lei nº 8.360, de 29 de junho de 2006.	Custear despesas com programas de modernização, desenvolvimento, aperfeiçoamento e manutenção da Administração Fazendária.	Aplicados diretamente pelo Estado - Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ.
FUNCAD - Fundo de Modernização e Incentivo à Cobrança da Dívida Ativa e de Reestruturação Administrativa	Lei complementar nº 386, de 04 de abril de 2007.	Modernizar à Cobrança da Dívida Ativa e Reestruturar a Procuradoria Geral do Estado.	Aplicados diretamente pelo Estado - Procuradoria Geral do Estado - PGE

da Procuradoria Geral do Estado			
FECC - Fundo Estadual de Combate a Corrupção	Lei 10.498/2016 Decreto nº 4224-R, de 13 de março de 2018.	Financiar ações e programas dos órgãos de controle interno do Estado do Espírito Santo, com a finalidade de prevenir, fiscalizar e reprimir a prática de ilícitos que causam prejuízo ao erário estadual ou que gerem enriquecimento ilícito de servidores públicos estaduais ou das pessoas jurídicas, bem como de realizar campanhas educacionais e de conscientização acerca dos efeitos deletérios da corrupção.	Aplicados diretamente pelo Estado - Secretaria de Controle e Transparência
Fundo financeiro	Lei complementar nº 282, de 22 de abril de 2004.	Destina-se ao pagamento dos benefícios previdenciários aos segurados que tenham ingressado no serviço público estadual e aos que já recebam benefícios previdenciários do Estado, até a data de publicação desta Lei Complementar, e aos seus respectivos dependentes.	Aplicados diretamente pelo Estado - Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo - IPAJM
Fundo previdenciário	Lei complementar nº 282, de 22 de abril de 2004.	Destina-se ao pagamento dos benefícios previdenciários aos servidores titulares de cargo efetivo que ingressarem no serviço público estadual a partir da publicação desta Lei Complementar, e aos seus respectivos dependentes.	Aplicados diretamente pelo Estado - Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo - IPAJM
FPS - fundo de proteção social dos militares	Lei complementar nº 943, de 13 de março de 2020.	Manter os benefícios de inatividade dos militares e das pensões militares, nos termos desta Lei Complementar e da legislação vigente.	Aplicados diretamente pelo Estado - Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado do Espírito Santo – IPAJM
FUNPEN - Fundo Penitenciário Estadual	Lei complementar nº 68, de 19 de dezembro de 1995.	Prover, em caráter complementar, as condições financeiras e de administração de recursos destinados ao sistema penitenciário do Estado do Espírito Santo.	Aplicados diretamente pelo Estado - Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS

FRSP - Fundo Rotativo do Sistema Penitenciário	Lei complementar nº 920, de 20 de setembro de 2019.	Proporcionar recursos e meios para financiar e apoiar as atividades e programas de modernização e aprimoramento dos programas, projetos e ações de assistência aos presos, internados e egressos do Sistema Penitenciário Estadual.	Aplicados diretamente pelo Estado - Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS
FADESPES - Fundo de Aparelhamento da Defensoria Pública	Lei complementar nº 105, de 21 de novembro 1997.	Apoiar, em caráter supletivo, os programas de trabalho da Defensoria Pública.	Aplicados diretamente pelo Estado - Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo
FESP - Estadual de Segurança Pública e Defesa Social	Lei complementar nº 922, de 11 de outubro de 2019.	Apoiar políticas, programas, projetos, atividades e ações na área de segurança pública e defesa social e na prevenção e repressão à criminalidade.	Aplicados diretamente pelo Estado ou transferidos aos órgãos de segurança pública, defesa social e trânsito estaduais vinculados à SESP, ou aos municípios, na hipótese destes entes federativos terem instituído fundo municipal de segurança pública.
FUNREPOM - Fundo Especial de Reequipamento da Polícia Militar	Lei complementar nº 72, de 26 de novembro de 1995.	Cobrir custos e de prover, em caráter complementar, recursos financeiros para dotar a Polícia Militar de equipamentos e condições indispensáveis à Execução de suas atividades institucionais.	Aplicados diretamente pelo Estado - Polícia Militar do Estado do Espírito Santo - PMES
FUNREPOCI - Fundo Especial de Reequipamento da Polícia Civil	Lei complementar nº 71, de 26 de novembro de 1995.	Cobrir custos e prover, em caráter complementar, recursos financeiros para dotar a Polícia Civil de Equipamentos e Condições Indispensáveis à execução de suas atividades constitucionais.	Aplicados diretamente pelo Estado - Polícia Civil do Espírito Santo - PCES
FUNREBOM - Fundo Especial de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militar	Lei complementar nº 102, de 22 de setembro 1997.	Prover, em caráter complementar, recursos financeiros para dotar o Corpo de Bombeiros Militar de equipamentos e	Aplicados diretamente pelo Estado - Corpo de Bombeiros Militar do Espírito Santo - CBMES

		condições indispensáveis à execução de suas atividades constitucionais.	
FUNPDEC/ES - Fundo de Proteção e Defesa Civil do Estado	Lei complementar nº 694, de 08 de maio de 2013. Decreto nº 3.681-r, de 22 de outubro de 2014.	Prover, em caráter emergencial e complementar, recursos financeiros e materiais para fazer frente a desastres ocorridos em municípios capixabas impactados por esses sinistros, ou ainda para serem utilizados na prevenção e preparação para os desastres pelo Estado e Municípios por interveniência, respectivamente de seus órgãos CEPDEC e COMPDEC.	Aplicados diretamente pelo Estado - Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil – CEPDEC e municípios que tiverem seus órgãos municipais de proteção e defesa civil criados e implantados com recursos do orçamento municipal destinados à Coordenadorias Municipais de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC).
Fundo Reconstrução ES	Lei Nº 11104 DE 27/01/2020	Prover recursos para garantir o acesso facilitado ao crédito, por meio de financiamentos para pessoas físicas, microempreendedores individuais e de micro, pequenas e médias empresas, inclusive as de autogestão e cooperativas de produção, localizados em Municípios atingidos por desastres naturais decorrentes das chuvas que acometeram o Estado no mês de janeiro de 2020	Pessoas Físicas e jurídicas
FEFIN - Fundo Estadual para o Financiamento de Obras e Infraestrutura Estratégica	Lei nº 11.002, de 17 de junho de 2019. Decreto nº 4.650- R, de 13 de maio de 2020.	Dar suporte financeiro e auxiliar as melhorias na infraestrutura estratégica do desenvolvimento de obras no Estado do Espírito Santo.	Aplicados diretamente pelo Estado - Secretaria de Mobilidade e Infraestrutura - SEMOBI
FEP - Fundo Especial para Construção, Reforma e	Lei complementar nº 786, de 02 de julho de 2014.	Prover, em caráter complementar, recursos financeiros para dotar o Governo do Estado do Espírito Santo de infraestrutura e equipamentos públicos com condições adequadas à execução de suas atividades constitucionais, na área de	Aplicados diretamente pelo Estado - Instituto de Obras Públicas do Espírito Santo – IOPES

Ampliação de Equipamentos Públicos Estaduais		educação, saúde, segurança pública e justiça, prevenção de riscos de desastres naturais, esporte e lazer, infraestruturas urbana e rural e mobilidade urbana.	
FEHAB - Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social	Lei nº 8.784, de 21 de dezembro de 2007.	Centralizar e gerenciar recursos orçamentários para os programas destinados a implantar políticas habitacionais de interesse social direcionadas à população de menor renda.	Aplicados diretamente pelo Estado - Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano – SEDURB
FEAC - Fundo Especial de Apoio ao Programa Caminhos do Campo	Lei complementar nº 800, de 26 de junho de 2015.	Prover, em caráter complementar, recursos financeiros para apoiar a implementação do Programa Caminhos do Campo.	Aplicados diretamente pelo Estado - Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG.
FEACME - Fundo estad. De apoio à conservação e manutenção das estradas que integram o Programa Caminhos do Campo	Lei nº 10.795, de 26 de dezembro de 2017	Fortalecer o Programa Caminhos do Campo e dar celeridade às ações preventivas e corretivas, mediante transferência de recursos financeiros aos municípios capixabas que detenham condições de executar, por meio de gestão própria, os serviços de manutenção e conservação necessários para manter as condições satisfatórias de trafegabilidade.	Município com fundo municipal especificamente criado para esta finalidade,
FUNSAF - Fundo Social de Apoio à Agricultura Familiar do Estado do Espírito Santo	Lei nº 10.297, de 20 de novembro de 2014.	Apoiar financeiramente os projetos da agricultura familiar, na organização dos processos de produção, na agroindustrialização, no beneficiamento, na comercialização, na gestão dos empreendimentos, na qualificação da prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER) e no desenvolvimento de pesquisas agropecuárias voltadas para agricultura familiar.	Associações, as cooperativas de agricultores familiares, as instituições que desenvolvam pesquisas agropecuárias, as instituições prestadoras de serviços de assistência e extensão rural.

FEAP - Fundo Especial de Apoio ao Programa Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável	Lei nº 10.510, de 05 de abril de 2016. Decreto Nº 3966- R DE 25/04/2016.	Implementar políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável voltadas para a melhoria da qualidade de vida no meio rural.	Municípios e, associações e cooperativas de produtores rurais, regularmente constituídas, no âmbito do Estado do Espírito Santo.
FUNDEMA - Fundo de Defesa e Desenvolvimento do Meio Ambiente	Lei complementar nº. 513, de 11 de dezembro de 2009.	Dar sustentação à Política Estadual de Meio Ambiente	I – pessoas jurídicas de direito público da administração direta ou indireta da União, Estados e Municípios; II – pessoas físicas e jurídicas de direito privado que desenvolvam ações associadas às do Fundo, sem fins lucrativos; III - entidades ambientalistas não-governamentais devidamente cadastradas junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEAMA; IV – outras entidades indicadas pelo Conselho Consultivo do Fundo.
FUNDÁGUA - Fundo Estadual de Recursos Hídricos e Florestais do Espírito Santo	Lei nº 9.866, de 26 de junho de 2012.	Dar suporte financeiro à implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos e às ações nela previstas; à implementação de ações, programas e projetos voltados à segurança hídrica; à manutenção, recuperação e ampliação da cobertura florestal; e ao aperfeiçoamento de profissionais da área ambiental e correlatas.	I – pessoas jurídicas de direito público, da administração direta e indireta da União, dos Estados e dos Municípios; II - concessionárias de serviços públicos, nos campos de saneamento, meio

			ambiente e de aproveitamento múltiplo de recursos hídricos; III - pessoas jurídicas de direito privado e físicas, servidores públicos ou não, no desenvolvimento de atividades e/ou ações afins ao objetivo deste Fundo, respeitando-se as especificidades de cada subconta; (Redação dada pela Lei n° 10.557, de 07 de julho de 2016) IV - instituições públicas e privadas de ensino, pesquisa e extensão; V - consórcios municipais regularmente constituídos; VI - agências de bacias ou entidades delegatárias.
FES - Fundo Estadual de Saúde	Lei nº 4.873, de 10 de janeiro de 1994.	Criar condições financeiras e de gerência dos recursos destinados a custear o desenvolvimento das ações e serviços de saúde, executados ou coordenados pela Secretaria de Estado da Saúde, consoante o estabelecido no art. 164 da Constituição Estadual e na Lei Estadual nº 4.317, de 04 de janeiro de 1990	Aplicados diretamente pelo Estado - Secretaria de Estado da Saúde
FESAD- Fundo Estadual Sobre Drogas	LEI Nº 7.743, DE 13 DE ABRIL DE 2004	Facilitar a captação, o repasse e a aplicação de recursos destinados exclusivamente à execução da Política Estadual sobre Drogas, que compreende o desenvolvimento de ações nas áreas de prevenção, tratamento, repressão ao tráfico, recuperação e a reinserção social de dependentes de	Aplicados diretamente pelo Estado - Secretaria de Estado de Direitos Humanos – SEDH

		substâncias psicoativas ou que determinem dependência física e/ou psíquica, estudos e pesquisas, capacitação, realização e participação de eventos pertinentes ao tema.	Organizações governamentais e não-governamentais concernentes à prevenção, tratamento, recuperação e reinserção social de dependentes
FEPI - Fundo Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa	Lei nº 5.780, de 21 de dezembro de 1998.	Captar recursos e financiar políticas públicas, programas, projetos e ações voltados para a pessoa idosa.	Os órgãos e as entidades da administração pública estadual e os municípios e entidades privadas sem fins lucrativos que estejam devidamente credenciadas junto à SEDH.
FIA - Fundo Para A Infância e a Adolescência	Lei nº 4.653, de 03 de julho de 1992.	Implementar a política de promoção, defesa e atendimento a infância e a Adolescência.	Órgãos e entidades da administração pública estadual e os municípios; e entidades privadas sem fins lucrativos.
FEAS/ES - Fundo Estadual de Assistência Social	Lei nº 9.966, de 19 de dezembro de 2012	Proporcionar recursos para cofinanciar gestão, serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social.	Aplicados diretamente pelo Estado e repassado aos municípios por meio dos Fundos de assistência social destes.
FUNCOP - Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza	Lei complementar nº 615, de 16 de dezembro de 2011.	Viabilizar o acesso a níveis dignos de subsistência à população do Estado, em cumprimento ao disposto no artigo 82 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT da Constituição Federal, cujos recursos serão aplicados em ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde, reforço da renda familiar e outros programas de relevante interesse social voltados para a melhoria da qualidade de vida, em cumprimento ao disposto no artigo 61 do ADCT da Constituição Estadual.	Órgãos públicos federais, estaduais e municipais, ou entidades sem fins lucrativos que realizem atividade no campo da inclusão social e/ou produtiva com foco no combate à pobreza.

FET/ES - Fundo Estadual do Trabalho do Estado do Espírito Santo	Lei nº 11.041, de 20 de setembro de 2019 Decreto nº 4.647- R, de 05 de maio de 2020.	Destinar recursos para execução das ações e serviços, bem como atendimento e apoio técnico e financeiro à Política Estadual de Trabalho, Emprego e Renda, em regime de financiamento compartilhado, no âmbito do Sistema Nacional de Emprego - SINE no Estado do Espírito Santo, nos termos da referida Lei e legislação complementar vigente.	Aplicados diretamente pelo Estado e repassado aos municípios por meio dos Fundos Municipais de Trabalho.
Fundo de Proteção ao Emprego	Lei nº 11.247, de 7 de abril de 2021	Prover recursos para garantir o acesso facilitado ao crédito, por meio de financiamentos para empresas afetadas pela crise econômica decorrente da pandemia do novo coronavírus (COVID-19).	Pessoas jurídicas de direito privado
FUNPAES - Fundo Estadual de Apoio à Ampliação e melhoria das Condições de oferta da Educação Infantil no Espírito Santo	Lei nº 10.787, de 18 de dezembro de 2017	Ampliar e melhorar o acesso à educação das crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, mediante transferência financeira a municípios capixabas signatários do Pacto pela Aprendizagem no Espírito Santo, instituído pela Lei Estadual nº 10.631, de 28 de março de 2017	Municípios capixabas signatários do Pacto pela Aprendizagem no Espírito Santo, Obs.: Previsto para vigorar até o ano de 2025.
FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação	Lei nº 8.621, de 11 de setembro de 2007.	Regulamenta, no âmbito do Estado do Espírito Santo, a gestão dos recursos originários do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, cuja utilização se dará de acordo com as normas estipuladas na Lei nº 11.494/07.	Aplicados diretamente pelo Estado - Secretaria de Estado da Educação - SEDU e municípios que celebrarem convênio com o Estado
FUNTUR - Fundo de Fomento do Turismo	Lei complementar nº 192, de 22 de novembro de 2000.	Prover, em caráter complementar, recursos financeiros para fomentar o desenvolvimento do turismo no Estado do Espírito Santo.	Aplicados diretamente pelo Estado - Secretaria de Estado do Turismo e Representação Institucional - SETUR

FUNCULTURA - Fundo de Cultura do Estado do Espírito Santo	Lei complementar nº. 458, 20 de outubro de 2008.	Fomentar e incentivar a criação, produção e distribuição de produtos e serviços que usem o conhecimento, a criatividade e o capital intelectual como principais recursos produtivos.	Pessoas físicas e jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos de caráter estritamente artístico ou cultura.
Pró-esporte - Fundo de Incentivo ao Esporte e Lazer do Estado do Espírito Santo	Lei nº 9.365, de 18 de dezembro de 2009.	Desenvolver e a promover práticas no campo do esporte, lazer e atividade física, nas suas diversas dimensões.	Pessoas físicas e jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos, de caráter estritamente esportivo.
FEDC - Fundo Estadual de Defesa do Consumidor	Lei complementar nº 82, de 10 de junho de 1996	Criar condições financeiras e de gerenciamento dos recursos destinados ao desenvolvimento das ações e serviços de proteção e defesa dos direitos dos consumidores, coordenadas ou executadas pela Secretaria de Estado da Justiça – SEJUS, por meio do Conselho Estadual de Defesa do Consumidor – CONDECON e do Instituto Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON/ES.	Aplicados diretamente pelo Estado - Instituto Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON/ES
FUNCITEC - Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia	Lei complementar nº 964, de 10 de março de 2021	Prestar apoio financeiro a programas e projetos de interesse para o desenvolvimento científico e tecnológico do Estado do Espírito Santo.	Concedido a pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, que apresentem proposições portadoras de mérito técnico-científico e que se enquadrem nas condições estabelecidas pela Política Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
FDI - Fundo de Desenvolvimento das Atividades Produtivas Inovadoras	Lei complementar nº 806, de 03 de setembro de 2015.	Prestar apoio institucional, financeiro e técnico a empresas, programas e projetos que tenham por finalidade precípua a inovação	Empresas públicas e privadas

FEADM - Fundo Estadual de Apoio ao desenvolvimento Municipal (Fundo Cidades)	Lei complementar nº 712, de 13 de setembro de 2013.	Apoiar investimentos municipais nas áreas de infraestrutura urbana e rural, educação, esporte, turismo, cultura, saúde, segurança, proteção social, agricultura, saneamento básico, habitação de interesse social, meio ambiente, sustentabilidade e mobilidade.	Fundo Municipal de Investimento
FUMDEVIT - Fundo Metropolitano de Desenvolvimento da Grande Vitória	Lei complementar nº 318, de 17 de janeiro de 2005.	Dar suporte financeiro ao planejamento integrado e às ações conjuntas de interesse comum entre o Estado e os Municípios integrantes da RMGV	Aplicados diretamente pelo Estado e Municípios integrantes da RMGV

Fonte: Elaborado pelos autores.

Não conseguimos maiores informações acerca do FSPMES - Fundo de Saúde da Polícia Militar Espírito Santo, e por isso não foi incluído neste quadro.

Quadro 2: Relação dos Fundos Públicos do Estado do ES com os eixos do Projeto DRS

Fundos Públicos do Estado do ES	Órgão ou Secretaria a que está vinculado	Eixos				
		Ambiental	Econômico	Gestão Pública	Social	Território
FUNSES - Fundo soberano do estado do espírito santo	Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ		x			
Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo – FUNDES	Secretaria de Desenvolvimento - SEDES		x			
FUNSEFAZ - fundo de modernização e desenvolvimento fazendário	Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ.			x		
FUNCAD - Fundo de Modernização e Incentivo à Cobrança da Dívida Ativa e de Reestruturação Administrativa da Procuradoria Geral do Estado	Procuradoria Geral do Estado - PGE			x		
FECC - Fundo Estadual de Combate a Corrupção	Secretaria de Controle e Transparência - SECONT			x		
Fundo financeiro	Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo - IPAJM				x	
Fundo previdenciário	Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo - IPAJM				x	
FPS - fundo de proteção social dos militares	Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado do Espírito Santo – IPAJM				x	

FUNPEN - Fundo Penitenciário Estadual	Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS.			x		
FRSP - Fundo Rotativo do Sistema Penitenciário	Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS				x	
FADESPES - Fundo de Aparelhamento da Defensoria Pública	Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo			x	x	
FESP - Estadual de Segurança Pública e Defesa Social	Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social – SESP				x	
FUNREPOM - Fundo Especial de Reequipamento da Polícia Militar	Polícia Militar do Estado do Espírito Santo - PMES			x		
FSPMES - Fundo de Saúde da Polícia Militar Espírito Santo	Polícia Militar Espírito Santo			x		
FUNREPOCI - Fundo Especial de Reequipamento da Polícia Civil	Polícia Civil do Espírito Santo - PCES			x		
FUNREBOM - Fundo Especial de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militar	Corpo de Bombeiros Militar do Espírito Santo - CBMES			x		
FUNPDEC/ES - Fundo de Proteção e Defesa Civil do Estado	Corpo de Bombeiros Militar do Espírito Santo – CBMES /Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil - CEPDEC				x	x
Fundo Reconstrução ES	Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ		x			x
FEFIN - Fundo Estadual para o Financiamento de Obras e Infraestrutura Estratégica	Secretaria de Mobilidade e Infraestrutura - SEMOBI					x

FEP - Fundo Especial para Construção, Reforma e Ampliação de Equipamentos Públicos Estaduais	Secretaria de Mobilidade e Infraestrutura - SEMOBI/ Instituto de Obras Públicas do Espírito Santo – IOPES					x
FEHAB - Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social	Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano – SEDURB					x
FEAC - Fundo Especial de Apoio ao Programa Caminhos do Campo	Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG.					x
FEACME - Fundo estad. De apoio à conserv. e manut. Das estradas que int. o Progr. Caminhos do Campo	Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca - SEAG		x			x
FUNSAF - Fundo Social de Apoio à Agricultura Familiar do Estado do Espírito Santo	Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG		x		x	
FEAP - Fundo Especial de Apoio ao Programa Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável	Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG.		x		x	
FUNDEMA - Fundo de Defesa e Desenvolvimento do Meio Ambiente	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEAMA;	x	x	x		
FUNDÁGUA - Fundo Estadual de Recursos Hídricos e Florestais do Espírito Santo	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEAMA	x	x	x		
FES - Fundo Estadual de Saúde	Secretaria de Estado da Saúde			x	x	
FESAD- Fundo Estadual Sobre Drogas	Secretaria de Estado de Direitos Humanos – SEDH				x	

FEPI - Fundo Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa	Secretaria de Estado de Direitos Humanos – SEDH				x	
FIA - Fundo Para A Infância e a Adolescência	Secretaria de Estado de Direitos Humanos – SEDH				x	
FEAS/ES - Fundo Estadual de Assistência Social	Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social – SETADES		x		x	
FUNCOP - Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza	Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social – SETADES		x		x	
FET/ES - Fundo Estadual do Trabalho do Estado do Espírito Santo	Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social – SETADES		x		x	
Fundo de Proteção ao Emprego	Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ.		x		x	
FUNPAES - Fundo Estadual de Apoio à Ampliação e melhoria das Condições de oferta da Educação Infantil no Espírito Santo	Secretaria de Estado da Educação – SEDU				x	
FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação	Secretaria de Estado da Educação - SEDU				x	
FUNTUR - Fundo de Fomento do Turismo	Secretaria de Estado do Turismo e Representação Institucional - SETUR		x		x	

FUNCULTURA - Fundo de Cultura do Estado do Espírito Santo	Secretaria de Estado da Cultura – SECULT		x		x	
Pró-esporte - Fundo de Incentivo ao Esporte e Lazer do Estado do Espírito Santo	Secretaria de Estado de Esportes e Lazer - SESPORT				x	
FEDC - Fundo Estadual de Defesa do Consumidor	Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ Instituto Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON/ES		x		x	
FUNCITEC - Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia	Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo – FAPES		x			
FDI - Fundo de Desenvolvimento das Atividades Produtivas Inovadoras	Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional – SECTI		x			
FEADM - Fundo Estadual de Apoio ao desenvolvimento Municipal (Fundo Cidades)	Secretaria de Estado de Economia e Planejamento - SEP	x	x	x	x	x
FUMDEVIT - Fundo Metropolitano de Desenvolvimento da Grande Vitória	Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento "Jones dos Santos Neves" – IPES	x	x	x	x	x

Fonte: Elaborado pelos autores.